

Eleições 2000: Oposição vai fortalecida para a batalha final de 2002

www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00



ISSN 0101-7993
10999010179938

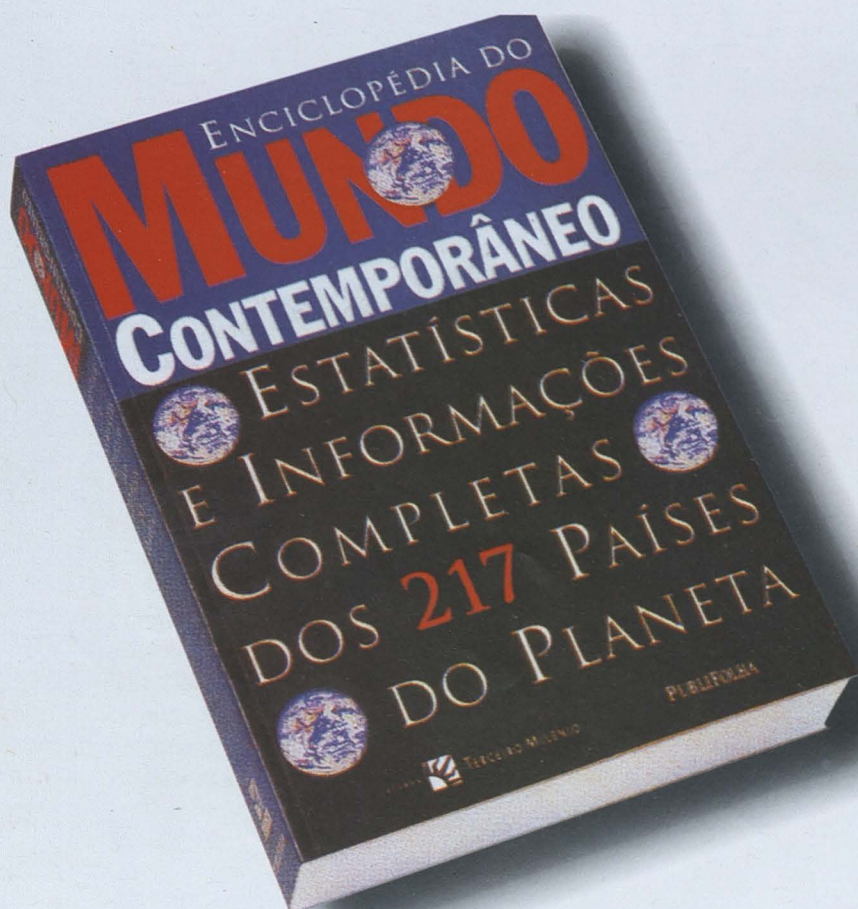
224



ISRAEL-PALESTINA

UM BANHO DE SANGUE

A ENCICLOPÉDIA DO NOVO MILÊNIO



Preço: R\$ 54,00

*Pagamento somente com cartão de crédito
Preço sujeito à alteração. Frete não incluído*

Tel.: (0xx21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou pela Internet:

**e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br**

Chegou a Enciclopédia do Mundo Contemporâneo. Um livro completo e atualizado sobre os 217 países do planeta em pleno fim de milênio. São 628 páginas com um panorama da história, sociedade, economia e organização política de cada país. Mais de 220 mapas, estatísticas e análise dos grandes problemas contemporâneos mundiais como: ecologia, globalização, trabalho, tecnologia, saúde, infância, comunicações, demografia e educação. Uma fonte de consulta indispensável para estudantes e profissionais de todas as áreas.

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Avanço da oposição

Os resultados do segundo turno da eleição municipal mostraram que o brasileiro vem procurando renovar o cenário político, depositando sua confiança em candidatos cuja plataforma enfatiza a ética, o combate à corrupção e o compromisso com a questão social, além de apresentarem uma trajetória política que transmite ao leitor uma alta credibilidade. É o caso da vitória de ex-deputada Marta Suplicy, em São Paulo, por exemplo, que enfrentou nas urnas o ex-prefeito Paulo Maluf.

Esse tema será abordado com maior profundidade no nosso próximo número, já que estávamos com quase toda a edição fechada, quando os resultados foram divulgados. Mas já apresentamos ao leitor um primeiro balanço na principal matéria da cobertura nacional.

A capa é a crise do Oriente Médio, cujo mais novo estopim foi a visita do general Ariel Sharon a Jerusalém Oriental - que faz parte dos territórios ocupados ilegalmente por Israel, desde 1967.

As consequências políticas das várias semanas desse conflito são gravíssimas. A letra do Acordo de Oslo, ratificado em sucessivas negociações posteriores - a última das quais em Camp David, em julho passado -, está praticamente morta. E os ódios gerados por elevadíssimas perdas humanas e materiais - quase cem mortos são palestinos - dificultam toda a negociação.

A comunidade internacional tem um papel a desempenhar, para evitar que a crise degenera numa guerra aberta, cujas consequências são imprevisíveis para a região e o mundo.

Na cobertura nacional, ainda destacamos a entrevista exclusiva do bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, conhecido pelas suas posições ideológicas bem definidas, que reivindica uma Operação Mãos Limpas para garantir o retorno da credibilidade à classe política brasileira.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 224 - Set / Out 2000

EDITORA



TERCEIRO MILENIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Publicidade:

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -

05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -

Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140

Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro

Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exem-

plar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio

ao **Departamento de Assinaturas**, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France

Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os ser-

viços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia),

WAFI (Palestina), e a rede de agências dos Países

Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

'Fusarium oxysporum'

Iniciamos este contato com o objetivo de divulgarmos um alerta de uma grande ameaça à saúde das populações humanas e aos ecossistemas da Amazônia Ocidental. Estamos cansados de saber que os países menos desenvolvidos continuam a ser cobaías para testes de produtos gerados por uma elite de cientistas dos países desenvolvidos, tanto para aplicação na imoral e covarde guerra químico-bacteriológica, como também para objetivos econômicos inconfessáveis, onde se destacam a transgenia, os testes em populações humanas de novos medicamentos, aplicações de biocidas e agrotóxicos de alta potência e muitas outras experiências que, num passado não muito distante, pertenciam à ficção científica.

Ao analisarmos somente os fatos que vieram a público, temos a confirmação do uso indiscriminado pelos países desenvolvidos, nas áreas do denominado Terceiro Mundo, de produtos e tecnologias com efeitos a médio e longo prazos totalmente desconhecidos, em um gritante desrespeito à vida das populações e da qualidade do meio ambiente destas nações, situação esta agora altamente potencializada pela atual globalização.

A história do passado recente está cheia de exemplos que continuam a se repetir agora com uma maior sofisticação: a utilização maciça de desfolhantes usados na guerra do Vietnã, denominado de "agente laranja", que teve sua produção e comercialização proibida nos EUA, mas é vendido ao Brasil para acelerar a formação de pastagens na floresta amazônica; a estranha contabilidade das medidas compensatórias propostas para o sequestro de carbono através da preservação da floresta amazônica; o lançamento indiscriminado de resíduos tóxicos e radioativos no fundo do Atlântico Sul; o desenvolvimento de superbactérias; e, especificamente na Amazônia brasileira, tivemos os megaprojetos da Fordlândia, dos lagos amazônicos do Hudson Institute, projeto Jarí, entre outros.

Hoje, novamente, os Estados Unidos e seus aliados estão ameaçando especificamente a Amazônia Ocidental com o que poderá transformar-se numa catástrofe em nível regional e afetar todo o equilíbrio do globo terrestre. É a utilização maciça do fungo transgênico *Fusarium oxysporum* para a destruição biológica das

plantações de coca, conforme noticiado em editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, em 22 de agosto deste ano e pelo jornal colombiano *El Tiempo*, de 21 do mesmo mês. Evidentemente, esta ação irá custar aos norte-americanos uma ínfima parte do que deveriam gastar em mecanismos de combate às drogas em seu território, bem como em programas educacionais e de propaganda dirigidos para a desestimulação ao uso das drogas por sua população, de alto poder aquisitivo.

Problemas mais sérios surgem a partir desta política de intervenção na soberania dos países em desenvolvimento, fazendo o uso direto de uma potente arma biológica, indiscriminadamente no meio ambiente amazônico, sem consultas aos países limítrofes, e não se executando estudos prévios de seus impactos, o que poderá vir a causar danos irreparáveis à biodiversidade e aos recursos hídricos da bacia amazônica.

Convém salientar que a maior parte da drenagem hidrográfica da área a ser atingida pelo fungo converge para território brasileiro, habitado em sua primeira porção por populações indígenas de baixo grau de aculturação e, evidentemente, de baixa resistência a agentes tóxicos modernos.

Pedimos o esforço de nossos colegas das organizações governamentais e não-governamentais ambientalistas, sociais e de produção que nos ajudem a divulgar e colocar em discussão mais esta grande ameaça que paira sobre a vida humana e a natureza. É chegado o momento, tal como preconizado pela Agenda 21, de as pessoas e instituições da Amazônia serem respeitadas e consultadas, através da realização de estudos técnicos prévios, conduzidos com seriedade, visando com isto evitar impactos ambientais e sociais irreversíveis, de atividades que venham a ser realizadas ou implantadas na bacia amazônica.

Jaime de Agostinho
Presidente da EcoAmazônia
Fundação para o Ecodesenvolvimento
da Amazônia
mperr@technet.com.br

Sales Eurico Melgarejo Freitas
Procurador de Justiça do Meio Ambiente
Ministério Público do Estado de Roraima
sales@technet.com.br
Boa Vista - Roraima

Intercâmbio

A seção Intercâmbio também é colocada na edição on-line de **Cadernos** (www.etm.com.br)

Geraldo do Nascimento
AR 6 - AE 02
Sobradinho - DF - Brasil
CEP 73060-600
Tel.: DDD (61)3871351

Orlando de Oliveira
Rua do Rezende 198/803
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20231-091 - Brasil

Edson Nogueira
Caixa Postal 6949
CEP 41811-970
Salvador - Bahia - Brasil

Paulo César Adriano Ludgero
Rua Redentor SN - QD 05
LT 45 - CEP 26110-090
Jardim Bom Pastor - Belford Roxo
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Sidney Lima
Caixa Postal 118
Caraguatatuba - SP
CEP 11660-000 - Brasil

Raquel Andino Pérez
San Octavio #77 - Manzanillo
Esq. San Javier - Granma
Cuba - Caja Postal 87510

Alina Carrazana Cabrera
Calle Serafin Sánchez #24
Caja Postal 85100
Bayamo - Granma - Cuba

Dr. Santiago López Vela
Apartado Postal #21
Ciego de Avila
Prov. C. de Avila
65100 - Cuba

Protesto luterano

O documento *Dominus Iesus* contém a expressão de que "as comunidades eclesiais, que não preservaram o episcopado válido e a genuína e integral substância do mistério eucarístico, não são Igrejas no sentido próprio do conceito".

As Igrejas luteranas, ao lado de outras Igrejas oriundas da Reforma, não estão prontas a aceitar as categorias agora enfatizadas pela Congregação para a Doutrina da Fé, nem as definições e critérios subjacentes a elas. Sentimo-nos desapontados, uma vez que os 35 anos

de diálogo ecumênico entre católicos romanos e luteranos parecem não ter sido levados em consideração na formulação da mensagem papal e nos documentos divulgados pela Congregação para a Doutrina da Fé. O impacto dessa declaração é ainda mais penoso, porque ela reflete um espírito muito diferente daquele que encontramos em muitos outros relacionamentos entre luteranos e católicos romanos.

Em 31 de outubro de 1999, a Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica tomaram significativa iniciativa ecumênica ao assinarem a Declaração Conjunta, que desfez séculos de

conflitos entre nossas igrejas a respeito da Doutrina da Justificação. Foi um marco na história da Unidade Cristã.

A Federação Luterana Mundial mantém-se comprometida com o diálogo ecumênico. Acreditamos que o ecumenismo não é opcional, mas essencial, para a Igreja. Eventuais retrocessos não podem servir para anuviá-lo ou escurecer nossa visão sobre a unidade cristã, tal como a desejou e recomendou o próprio Cristo.

P. Dr. Ishmael Noko - Secretário-Geral
Federação Luterana Mundial - Genebra - Suíça

Voto eletrônico 1

Venho me manifestar sobre a matéria escrita pelo Sr. Osvaldo Maneschy, intitulada "Minas debate o voto eletrônico", onde aborda apenas o projeto do senador Roberto Requião, esquecendo de mencionar o PL nº 1696/99, do deputado José Dirceu, projeto que defendi no mesmo debate. Esta visão "parcial" do jornalista deve-se ao fato de que ele já tem definido que a impressão dos votos é a única maneira de evitar fraudes, visão esta ultrapassada, pois opõe-se a uma série de discussões e estudos que tratam da eliminação da necessidade do papel em documentos oficiais e faturas eletrônicas, bastando apenas a tecnologia de assinatura digital.

A tese do projeto defendida por mim, e com ampla aceitação no plenário, é que, para evitar a fraude eletrônica e dar uma maior transparência ao processo, seria criada uma Comissão Externa de Auditoria, composta por membros da sociedade civil, como OAB, ABI, Febedados, Sucesu e partidos políticos com representação no Congresso Nacional, que acompanhariam todo o processo, desde a criação dos programas e chaves de criptografia, até o controle de componentes usados na fabricação das urnas - essa comissão é que atestaria e garantiria a inexistência de fraude na urna. Após o acompanhamento de todo o processo, as fontes seriam lacradas e assinadas digitalmente para garantir que os programas aferidos pela Comissão seriam os mesmos que estariam nas urnas eletrônicas. E no fim, para dar ainda uma maior transparência ao processo, no dia da eleição, máquinas prontas para receberem votos nas seções seriam escolhidas aleatoriamente pelo comitê interpartidário, sendo levadas a ambiente controlado e receberiam votos, seguindo uma tabela pré-determinada. Após as 17 horas, essas máquinas imprimiriam os Boletins de Urna e o seu resultado seria conferido, devendo bater com o número de votos inseridos na urna. Essa técnica de informática chama-se *input/output*: se eu coloco 10 votos para o candidato A, logo a urna deve totalizar os 10 votos para esse candidato, técnica esta que o Sr. Osvaldo Maneschy e os demais seguidores do fórum eletrônico parecem desconhecer.

Moacir Casagrande - Coordenador de Informática
Liderança do PT da Câmara dos Deputados - Brasília/DF

Voto eletrônico 2

A proposta do Sr. Casagrande, contida no projeto de Lei do Deputado José Dirceu, já foi apresentada e debatida no Fórum do Voto Eletrônico e reprovada pelas seguintes razões:

1 - Diminui os poderes atuais de fiscalização dos eleitores e dos partidos, ao declarar que o TSE tem obrigação de manter sigilo dos programas da urna (a Lei atual obriga o TSE a apresentar todos os programas aos partidos). Com a manutenção do sigilo, a urna eletrônica pode tudo.

2 - Cria mais um órgão burocrático, no qual os eleitores teriam que depositar confiança cega.

3 - O teste proposto, com tabela "pré-determinada" de entrada, é tecnicamente inócua para avaliar a confiabilidade do programa.

4 - Fazer a certificação de que as 350.000 urnas, espalhadas em quase 6.000 municípios, receberam o programa correto é impossível na prática - a informática não faz parte do dia-a-dia dos brasileiros como o feijão e o arroz;

5 - Os dois outros representantes do PT (Márcio Teixeira e Evandro Silva), que deram palestras na Assembléia de Minas, defenderam o projeto de lei do senador Requião e não o do deputado José Dirceu, o qual acredito que foi preparado pelo Sr. Casagrande e que, na prática, é um retrocesso - em vez de avanço, ao contrário do projeto do Requião.

6 - O Sr. Casagrande não consegue ter estas suas propostas apresentadas em congressos ou seminários científicos de porte e renome (como o Simpósio de Segurança em Informática do ITA, por exemplo), porque seus argumentos são fracos do ponto de vista científico, na opinião dos demais técnicos que freqüentam o Fórum do Voto Eletrônico (www.votoseguro.org), criado por Amílcar Brunazo Filho há três anos. E, finalmente, por defender com tanta ênfase as urnas eletrônicas do jeito torto que elas têm hoje, já que tornaram as eleições brasileiras inaudíveis, acho que o Sr. Moacir Casagrande mais defende o TSE junto ao PT do que os interesses do PT junto ao TSE.

Osvaldo Peres Maneschy
Niterói - Rio de Janeiro

Sumário

SET / OUT • 2000 • Nº 224 • Ano XXVI



Foto de capa: AFP

2 CARTAS

6 PLANALTO

9 FRASES

10 PANORAMA NACIONAL

ELEIÇÕES - BRASIL

12 A prova da urna

A primeira eleição totalmente informatizada passou no teste?

14 Uma surpresa bem-anunciada

Irregularidades ocorridas em São Domingos, no estado de Goiás, poderiam ser consequência de uma alteração no programa da urna

17 Base governista quer reforma política

Passadas as eleições, o Congresso deve começar a repensar os alicerces do sistema político brasileiro, à luz da experiência de mais uma década de exercício democrático

20 LIVROS

GEOPOLÍTICA - BRASIL

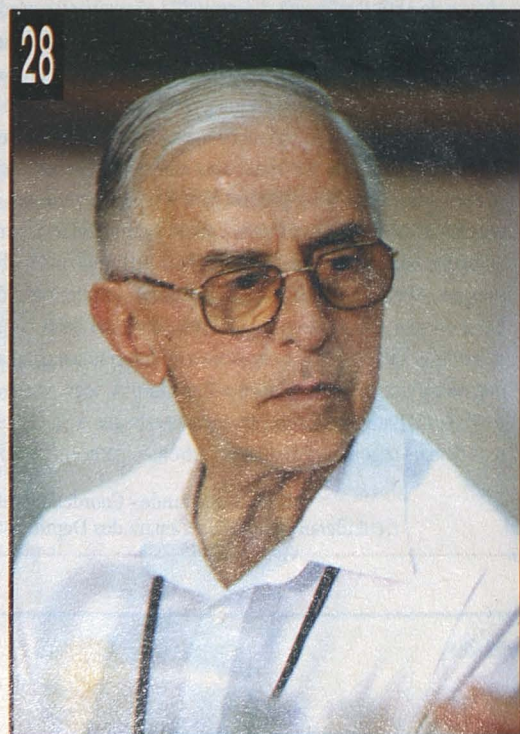
22 Plano controvertido

Assessor de FHC está em campanha pela defesa do Plano Colômbia

HISTÓRIA - BRASIL

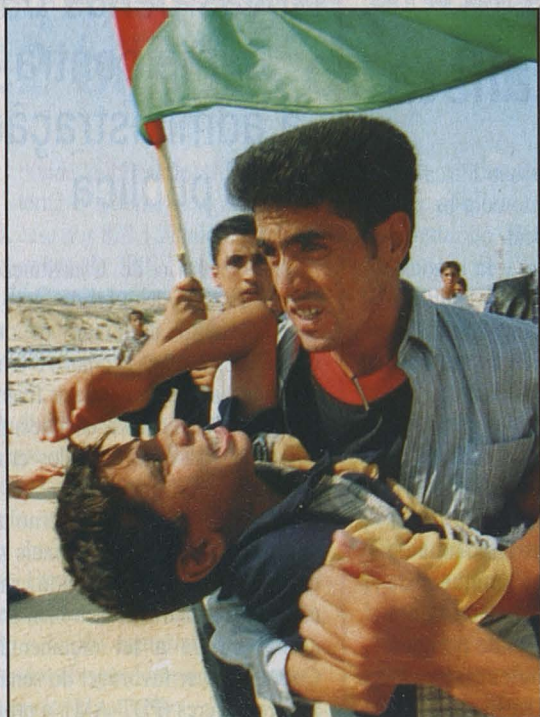
24 A Revolta dos Marinheiros Negros faz 90 anos

Neste mês de novembro, completam-se 90 anos da Revolta da Chibata, quando os marujos brasileiros apoderaram-se da esquadra e exigiram o fim dos castigos corporais e melhores condições profissionais



ISRAEL - PALESTINA

UM BANHO DE SANGUE



A pior crise entre palestinos e israelenses desde a assinatura do Acordo de Oslo, que deu o Nobel da Paz a Rabin e Arafat, em 1993, ameaça a estabilidade de uma das regiões mais estratégicas do planeta



Capa

50

ENTREVISTA

28 **D. Pedro Casaldáliga: A última palavra é dos pobres**

Aos 72 anos, o bispo matogrossense, espanhol de nascimento, explica sua trajetória pastoral com uma simples frase: "Pecado é não fazer política"

CULTURA - BRASIL

33 **Um olhar sobre as etnias**

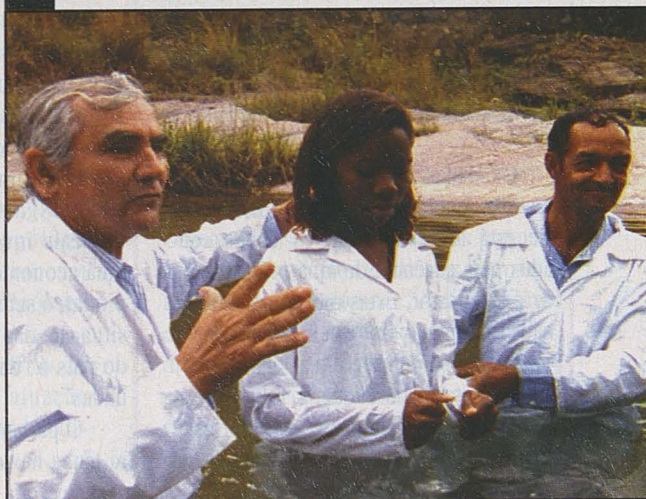
Câmeras curiosas buscam o homem além da superfície e produzem um painel do brasileiro profundo e múltiplo

36 **PANORAMA ECONÔMICO**

40 **PANORAMA INTERNACIONAL**

49 **GENTE**

33



PF acompanha investigação do assassinato de sindicalista

A Polícia Federal está acompanhando a investigação do assassinato do sindicalista Gildo da Silva Rocha, um dos diretores do Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal, morto por agentes da Polícia Civil de Brasília, quando dirigia o movimento grevista.

O acompanhamento foi solicitado por parlamentares oposicionistas do Distrito Federal, entre eles o deputado Pedro Celso (PT-DF), que já integrou o movimento sindicalista de Brasília. Pedro Celso responsabilizou o governador Joaquim Roriz (PMDB) por mais um assassinato durante manifestações de funcionários. Há menos de um ano, a PM do Distrito Federal atirou contra grevistas durante manifestação, matando um jardineiro. E, na opinião do deputado pe-

tista, o governador Roriz não busca nenhum tipo de entendimento com os trabalhadores do governo local.

"No lugar do diálogo e da negociação responde aos apelos dos trabalhadores com balas", disse o deputado.

Além de ter solicitado ao ministro da Justiça, José Gregori, o acompanhamento das investigações pela PF, Pedro Celso encaminhou pedido de convocação do diretor da Polícia Civil de Brasília, Laerte Bessa, para depor na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Bessa é acusado também de ter invadido, em 1995, o apartamento de um hotel em Brasília, onde prendeu dois jornalistas que pretendiam denunciar o ex-senador Júlio Campos (PFL-MT) de envolvimento com o tráfico de cocaína. ■

Novas penas para crime contra a administração pública

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou projeto definindo condutas que tipificam crimes comuns e crimes de responsabilidade contra as finanças públicas. De iniciativa do Executivo, o projeto visa à punição dos crimes fiscais.

Na justificativa, o governo afirma que sua proposta dará mais proteção à moeda, estabelecendo crimes não apenas contra o Fisco bem como crimes contra a lei orçamentária. Com o parecer favorável do senador Jéfferson Peres (PDT-AM), o projeto deverá ir em breve a votação em plenário. ■

Brasil precisa de saneamento básico

A falta de saneamento básico provocou a morte de 342 mil crianças no Brasil, entre 1995 e 1997.

Os dados foram apresentados pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que está alarmado com os danos causados pela ausência de uma política eficaz para o setor. Estas mortes, assinalou, "são inadmissíveis e envergonham o país".

Alcântara disse que a falta de saneamento, além de provocar mortes e internamentos hospitalares em mais de

dois milhões de pessoas, entre 1995 e 1997, é responsável também "por prejuízos ambientais e econômicos". Com um levantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostrando que, para cada quatro reais investidos em saneamento, há uma economia de dez reais na rede hospitalar, o senador cearense afirmou que a situação das empresas de saneamento do país é "de crise e crescentes dificuldades".

O parlamentar disse ainda que embora tenha havido investimentos na área, "o



Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)

montante aplicado mostra-se aquém do que seria necessário para atender às necessidades da população". ■

Dívida federal ultrapassará 822 bilhões de reais

A dívida pública da União, interna e externa, vai atingir a casa dos 822,1 bilhões de reais em dezembro de 2001. Esta é a previsão da Comissão de Orçamento do Congresso. Só de juros, o governo federal terá um gasto bruto de 93,4 bilhões.

A dívida federal no mercado interno, que era de 60 bilhões de reais, aproximadamente, em 1994, cresceu, segundo o Ministério do Planejamento, em razão da política do presidente Fernando Henrique Cardoso em federalizar as dívidas estaduais, quando a União comprou as dívidas dos estados obrigando-os a um programa de ajuste financeiro.

A notícia do crescimento da dívida pública foi amenizada pela queda do déficit do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para 2001. A Comissão de Orçamento constatou que o déficit terá uma queda de 2,8%, caindo para 10,2 bilhões de reais.

O crescimento deste déficit é o argumento que vem sendo usado ultimamente pelo governo federal para aprovar reformas na Previdência Social, instituindo o "fator previdenciário", que pune quem se aposenta mais cedo.

A Previdência é o item de maior gasto dentro do Orçamento, com 31,7% de todas as despesas. ■

Governo concede medalha de mérito a antropólogo

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai conceder, *post mortem*, a medalha do mérito indigenista ao antropólogo e sertanista Ezequias Heringer, conhecido como Xará, que morreu em dezembro de 1997. Ex-assessor do antropólogo Darcy Ribeiro, Xará desenvolveu trabalhos no contato com os índios panará, povo com o qual viveu durante alguns anos, além dos uaimiri-atroaris.

Profundo conhecedor da Amazônia, onde passou grande parte de sua vida, sua obra continua inédita e pode ser publicada pela UnB.

Seu último trabalho, não concluído, faz referência ao mapeamento das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS, entre as populações tradicionais da Amazônia.

Além da medalha a ser agraçada ao sertanista e antropólogo Ezequias Heringer, o governo vai homenagear também a antropóloga Mary Alegretti, titular da Secretaria da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, pela sua atuação na demarcação de territórios indígenas. ■



Renan Calheiros (PMDB-AL)

Calheiros quer punir crimes da informática

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ex-ministro da Justiça, quer punir os crimes cometidos com o auxílio da informática, entre eles o acesso não autorizado a computadores e sistemas eletrônicos, destruição e alteração das informações, sabotagem por computadores, intercessão de correio eletrônico, fraude eletrônica e a mais grave e cada vez mais usada transferência ilícita de fundos via internet.

De acordo com o projeto do senador, a pena maior para os crimes será a prisão de um a seis anos, que deverá ser aplicada a quem usar indevidamente a informática, atentando contra a vida e a integridade física das pessoas ou para quem atentar contra a moral pública, corrupção de menores e divulgação de material pornográfico.

Elemento novo na legislação, os crimes da informática vêm preocupando a Organização das Nações Unidas porque nenhum país adaptou ainda suas leis para a novidade tecnológica. "A tipificação desses delitos é medida urgentíssima", disse o senador, informando que os *hackers* (piratas cibernéticos) vêm provocando "prejuízos generalizados em todo o planeta". ■

Ação contra tortura

"A sociedade brasileira deve cobrar e exigir do Estado uma ação intransigente, imediata e peremptória contra a tortura e os torturadores". A conclamação foi feita pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que só acredita no fim destas práticas nas delegacias policiais e penitenciárias, cada vez mais comuns desde o regime militar, quando o Estado começou a punir seus agentes, apontados como torturadores.

Citando o enviado especial das Nações Unidas, Nigel Rodley, que esteve no Brasil para investigar as denúncias de torturas, disse Ademir que os exemplos mais recentes desse crime foram constatados nas delegacias de Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Belém, Marabá (PA) e São Paulo.

"A tortura continua vigente como método de investigação policial. Não mais contra os presos políticos, como nos tempos da ditadura, mas dirigida a suspeitos e detentos pobres", afirmou o senador.

Além do enviado da ONU, que em visita-surpresa a uma delegacia de Marabá pôde conhecer instrumentos de tortura usados pela Polícia Militar paraense, a Anistia Internacional divulgou seu relatório de 2000 apontando o Brasil como um dos países onde a tortura ainda sobrevive. No relatório, a organização diz que esta prática é usada contra os menores internados na Febem, além de negros, homossexuais e prostitutas. O senador pretende sair em campanha nacional contra a tortura e cobra do governo uma ação mais eficaz contra as polícias responsáveis por estes métodos. ■

Pulso de celular com preço igual a telefone fixo

As ligações dos telefones celulares podem ter a tarifa reduzida com a aprovação do projeto apresentado pelo deputado Rodrigo Maia (PTB-RJ). Já aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, o projeto reduz para seis segundos o pulso da telefonia celular para efeito de cobrança. Com isso, a medição será equiparada ao preço dos telefones fixos. Ao apresentar seu projeto, Maia afirmou que seu objetivo é impedir que o usuário do celular pague por fração de tempo não utilizado.

A conversão para o novo sistema deve ser feita sem que haja elevação de tarifas, informou o deputado carioca. O projeto prevê um prazo de três anos para que seja feita



esta conversão para que as empresas que utilizam os equipamentos eletromecânicos possam se adaptar.

Na defesa de seu projeto, Maia disse que "há estimativas informando que os usuários do sistema

chegam a ter uma perda equivalente a 925 milhões de reais e não há argumento que explique pagar o que não se usa".

O parlamentar lembrou ainda que "quando não havia condições para evitar estas perdas, por atrasos tecnológicos, podia-se aceitar esta cobrança indevida. Mas, no momento em que estamos caminhando para a digitalização completa de nossa planta de telecomunicações, não há mais por que permitir impropriedades dessa natureza". ■

Regulamentação do uso de anabolizantes

O uso de esteróides anabolizantes está sendo regulamentado pela Câmara, a partir de projetos apresentados pelos deputados Márcio Bittar (PPS-AC) e Fernando Coruja (PDT-SC). Bittar está preocupado com o uso descontrolado de esteróides. Frequentador de academia de ginástica, o deputado acreano condenou o "culto ao corpo" que se instalou na nossa sociedade. Ele quer tornar crime inafiançável o comércio, a guarda, propaganda e indução dessas substâncias que são vendidas em academias sem o menor controle.

Já o deputado Fernando Coruja quer proibir a fabricação, manipulação e comercialização dos medicamentos que contenham certas drogas que podem produzir dependência.

Em seu projeto, Fernando Coruja prevê também a proibição de prescrição médica com substâncias que contenham anfetaminas e são usadas nos tratamentos contra a obesidade e nas dietas de emagrecimento. O deputado catarinense argumenta que estas substâncias "têm causado graves riscos à saúde pública".

No momento, a legislação é regulamentada apenas por portarias ministeriais e Coruja acredita que só uma lei federal poderá reduzir os problemas provocados pelo uso indiscriminado destas drogas. ■

O que eles dizem...

"Um terço das obras públicas federais contém irregularidades graves que resultam em prejuízos aos cofres públicos"

Ministro Benjamin Zymler,
relator do Tribunal de Contas da União

"Para uma promoção da classificação, você tem de determinar que eles não ganharão ou que suas políticas convergirão para uma linha mais ortodoxa"

John Chambers, *economista da agência classificadora de riscos financeiros Standard e Poor's, ensinando qual deve ser o perfil do próximo presidente brasileiro, ao condenar Lula e Ciro Gomes, aos quais considera contrários aos interesses dos investidores internacionais*

"Renuncie, presidente Kwasniewski, pela ofensa feita ao Santo Padre"

Lech Walesa, *a dez dias das eleições polonesas, quando tinha apenas 4% das intenções de voto e seu oponente 60%. Um vídeo mostrou o presidente polonês fazendo uma brincadeira com seu chefe de segurança, que beijou o solo num desembarque em aeroporto, à moda do papa, que desempenhou papel fundamental na desestabilização do comunismo polonês*

"Um barril de Coca-Cola sairia por US\$78,70, 303% a mais que o de petróleo. Um barril de água mineral valeria 360% a mais"

Hugo Chávez, *presidente da Venezuela, na conferência da Opep em Caracas, rebatendo as críticas dos países ricos sobre a alta de preços do petróleo*

"O Brasil estaria hoje tendo crescimento negativo, com uma taxa de desemprego crescente. Seria um desastre"

Armínio Fraga, *presidente do Banco Central, defendendo a influência do Banco Mundial e do FMI na economia brasileira e justificando a política de abertura financeira aos capitais externos*

"A vida pública de Jader não é digna de biografia, e sim de um prontuário policial"

Senador Antônio Carlos Magalhães, em mais uma troca de farpas com o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho

"Antônio Carlos Magalhães é um farsante travestido de coisa séria, um falso arauto da moralidade"

Senador Jader Barbalho
em resposta ao presidente do Congresso

"O governo Clinton tenta manter um delicado equilíbrio entre mostrar apoio à oposição, que ajudou a financiar, e manter a distância para não ofender os eleitores iugoslavos. Cerca de US\$25 milhões foram enviados pelos Estados Unidos a organizações independentes no país (para gastos eleitorais contra Milosevic)"

Jane Perlez, *comentarista, no The New York Times*

"O uso de dinheiro de corporações na promoção dos debates, além de ilegal, corrompe o processo político, limita drasticamente o confronto a democratas e republicanos, subvertendo os demais partidos e limitando as opções dos eleitores. As corporações injetam dinheiro nos dois grandes partidos, o republicano e o democrata, para excluir as vozes alternativas"

Ralph Nader, *advogado defensor dos direitos do consumidor e candidato presidencial pelo Partido Verde, denunciando sua exclusão dos debates pela TV e apontando o controle das grandes corporações sobre o desenho político dos Estados Unidos*

"Nós achamos que o Banco Mundial é uma instituição financeira e tem que falar com quem toma empréstimos e não com os beneficiários"

Marcos Caramuru, *secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, ao rebater, na reunião de Praga, declarações de James Wolfensohn sobre o agravamento da crise social nos países que adotaram o neoliberalismo*

"A maioria dessas pessoas foi executada porque violou leis chinesas durante a invasão de nosso país pelos imperialistas e colonialistas. Cometeram crimes monstruosos contra os chineses"

Sun Yuxi, *porta-voz de Beijim, ao criticar a canonização pelo papa de 120 católicos chineses considerados mártires da fé e mortos entre 1648 e 1930.*

A canonização foi no dia 1º de outubro, data nacional da Revolução Chinesa

"Não cabe ao Bird exigir estratégias específicas de combate à pobreza nos países de renda média. Cada país já sabe o que deve fazer"

Pedro Malan, *ministro da Fazenda, idem*

"A Rússia mantém-se firmemente com o povo da Iugoslávia, que tem plena liberdade para expressar sua vontade sem pressão interna ou externa. A desestabilização serviria apenas àquelas potências que não estão interessadas na preservação de uma única Iugoslávia e na restauração de seu lugar na arena mundial"

Igor Ivanov,
ministro do Exterior da Rússia

"O favoritismo não favorece o Brasil, porque, na verdade, o brasileiro não torce - pressiona. Não faz corrente - faz zona"

Jésus Rocha, *filósofo do humor, meditando sobre as esfumadas certezas de vitória de nossas equipes nas Olimpíadas, na Tribuna da Imprensa*

IAB denuncia criminalização

A Comissão Especial de Estudo da Violência no Campo e na Cidade, do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), decidiu recomendar que a categoria tome uma posição contra o que considera uma tentativa governamental de desqualificar as manifestações e reivindicações de grupos sociais e de atribuir-lhes caráter criminoso. A comissão, reunida no Rio de Janeiro, apelou para que o IAB encabece um movimento de condenação a essa tentativa oficial, começando por enviar aos três Poderes da República a moção aprovada na reunião, além de mobilizar a Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades da sociedade civil.

A moção tem por título "Criminalização dos movimentos populares" e alerta que "o Estado brasileiro, um Estado que se constrói voltado para os interesses patrimoniais privados de determinado

segmento social, hoje, mais do que nunca, se volta para a manutenção do *status quo* vigente. Assim, desde que haja qualquer movimento na direção de mudanças, sobretudo que impliquem a transformação do atual regime capitalista de produção e acumulação de riquezas dos mercados financeiros globalizados, os governos federal e estaduais têm intervindo usando de seu poder de coerção (polícia, exército, judiciário, política criminal, enfim) e do qual a última instância é a força física.

Os mecanismos jurídicos, à disposição do Estado, apenas regulam e legitimam a atuação deste, de forma que ele possa exercer seu papel precípua de garantidor da ordem. Mas que ordem? A ordem da cotidiana humilhação das maiorias; a tranquilidade de que a injustiça continue sendo injusta e a fome faminta, diria Eduardo Galeano."

O documento da comissão do IAB denuncia ainda que "o combate à pobreza tem sido tratado não por meio de políticas de inclusão, outrossim pela diuturna vivência de violências legitimadas pelo Estado, ao atribuir à causa social soluções policiais.

Embutida no discurso de manutenção da ordem está a política de criminalização dos movimentos populares, que anseiam por transformações profundas na sociedade brasileira. Assim, criminaliza-se para deslegitimar o discurso político transformador desses movimentos e das classes oprimidas; estigmatiza-se como desordem e crime as mais legítimas, democráticas e justas reivindicações de uma enorme parcela da população brasileira".

Em outro trecho, a comissão do IAB denuncia que "o controle social se sofisticou, as suas estratégias se escondem nos discursos jurídico-midiáticos das campanhas de lei e ordem. (...) Assim, os Movimentos dos Sem Terra e dos Sem Teto são uma ameaça à ordem pública (já que ameaçam a sacrossanta propriedade privada, inconstitucionalmente despida de qualquer função social); as favelas e seus moradores representam uma desordem na suposta ordem urbana (expõem a sua miséria e desorganização aos olhos de todos); os funkeiros são barulhentos e violentos; a juventude pobre é perigosa e rebelde, logo associada ao tráfico de drogas. Ou seja, toda e qualquer categoria que possa romper com a ordem existente, seja à procura de novas bases para as relações sociais, seja denunciando com suas atitudes e modos de viver que algo vai mal na ordem vigente, tem que ser submetida, patrulhada, controlada, quiçá eliminada."

A análise-denúncia da Comissão Especial de Estudo da Violência no Campo e na Cidade, do IAB, termina com a conclamação de que "a Democracia e a Cidadania exigem a pronta cessação deste processo de criminalização e ameaças concretas aos movimentos populares e a seus militantes". ■



Advogados brasileiros denunciaram a tentativa do governo de desqualificar as manifestações legítimas de diversos grupos sociais, atribuindo-lhes caráter antidemocrático e criminoso



'Todo brasileiro sabe que uma instituição como o MST só pode sobreviver com o auxílio dos assentados e de pessoas de boa vontade, já que o governo e a elite só estão preocupados em ajudar banqueiros, multinacionais e especuladores'

MST na mira, de novo

Embora requeitada, veio de novo a público, através da Rede Globo, a informação de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recebe contribuições de seus militantes para sustentar as ações pela reforma agrária. A nova tentativa de denegrir o movimento, no momento em que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) intermediava a retomada de negociações entre o governo e os trabalhadores, motivou uma carta de vários intelectuais à emissora, criticando o tom denunciador da reportagem.

Segundo os signatários, "todo brasileiro sabe que uma instituição como o MST só pode sobreviver com o auxílio dos assentados e de pessoas de boa vontade, já que o governo e a elite só estão preocupados em ajudar banqueiros, multinacionais e especuladores. Sabemos também que um sindicato, uma instituição de caridade, organizações não-governamentais e tudo mais dependem de recursos e cobrar taxas de contribuição nunca foi crime neste país, principalmente quando o dinheiro é utilizado para uma boa causa. O que a imprensa está esque-

cendo de mostrar é onde está o dinheiro roubado pelo juiz Nicolau, o Salvatore Cacciola, o Eduardo Jorge, o caso Sivam, o dinheiro pago aos deputados para aprovar a reeleição de FHC, desvios no INSS, desvios na Saúde, desvios na Educação, os precatórios etc. Por que esses assuntos estão esquecidos pela imprensa? Chega de mexer com quem luta e trabalha por um país melhor", afirmaram os autores do pronunciamento. "Vamos atrás dos verdadeiros bandidos desta nação! O MST é um movimento sério e transparente sim, Sr. Roberto Cabrini! Se existem pessoas atrapalhando e destruindo este país, essas pessoas não são os sem-terra. São os sem-vergonha, sem-escrúpulo, sem-ética e sem-moral! Contra esses é que temos de lutar e apresentar denúncias, para que toda a sociedade possa tomar providências com relação aos desmandos existentes no Brasil!"

Assinaram a nota, entre outros, Wilson Trevizam, Elcian Granado, José Antônio Carnielli, Daniela Stefano, Breno Altman, Aton Fon Filho, Mônica Martins, Joselita Maria de Almeida e Mário Maestri. ■

BRINDARTE

A arte de fazer brindes



Toda linha de brindes promocionais

Rua Ceçari, 111 - Cordovil - RJ
Tel/Fax: (0XX21) 351-6447
Vendas: 96982727 (Marcio)
E-mail: brindart@bol.com.br



Apesar do grande avanço que significou a informatização total da eleição municipal, denúncias de vários casos de irregularidades exigem uma investigação completa por parte da Justiça, para que a transparência do pleito não deixe dúvidas na opinião pública brasileira e internacional

A prova da urna

A primeira eleição totalmente informatizada passou no teste? O TSE diz que sim, muitos políticos dizem que não. Técnicos reafirmam que o sistema precisa de aperfeiçoamentos que garantam sua finalidade de refletir, com absoluta fidelidade, a vontade do cidadão brasileiro

Desde o primeiro turno das eleições já era possível sumarizar um conjunto de queixas, recursos e suspeitas de candidatos insatisfeitos com os resultados obtidos nas urnas.

Choro de derrotados? Denúncias de irregularidades reais? Várias dessas queixas chegaram à redação de **cadernos do terceiro mundo**, que na edição 219 publicou extensa reportagem, analisando a votação eletrônica. Políticos e, sobretudo, especialistas em informática expuseram ali dúvidas sobre a segurança do sistema e defenderam a necessida-

de de que os programas utilizados sejam - como manda a lei - examinados pelos partidos políticos, para que o processo ocorra com transparência absoluta. Momento maior da cidadania, eleição não pode transcorrer sob clima de suspeita, advertem.

Para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi um sucesso a experiência do voto totalmente informatizado no país. O percentual de urnas que deixaram de funcionar foi considerado baixo e dentro da projeção de quebras, num sistema que correspondia a 335 mil urnas eletrônicas. Igualmente como sucesso foi apontado o baixíssimo índice de votos

nulos e brancos, que caíram para a faixa em torno de 3%.

Na apreciação de muitos, a informatização desmontou a atuação de grupos que praticavam a fraude nas mesas de votação ou de apuração, votando por ausentes, substituindo urnas, anulando votos válidos, tornando válidos votos brancos, conforme inúmeras denúncias e recursos da época.

Alguns casos

Entre os problemas apontados em 1º de outubro, há os que se queixaram das pesquisas eleitorais claramente orientadas para impulsionar certos candidatos e manter imóveis ou em queda outros postulantes. Em alguns casos, o que saiu das urnas negou inteiramente a previsão.

Em outros - e estes são casos numerosos - eleitores se queixaram de não terem podido votar em seus candidatos, pois o retrato que aparecia não coincidia com o número teclado. Em situações assim, há relatos de que mesários orientaram o eleitor inquieto a simplesmente apertar a tecla "Anula", o que o levava a perder o voto.

Outro tipo de relato inclui urnas misteriosamente ligadas antes da chegada dos mesários às seções. Outras reclamações atingem técnicos contratados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para dar assistência a determinada cidade. Às seguidas queixas da oposição de que as máquinas estavam errando demais a combinação de número e retrato do candidato oposicionista, os técnicos, segundo o relato, teriam afirmado que era só uma questão de temperatura alta do equipamento, mas que os eleitores poderiam votar sem susto, que a opção a ser confirmada seria a do número teclado.

Junto aos tribunais regionais eleitorais tramitam hoje centenas de reclamações, envolvendo, na maior parte, aspectos de funcionamento dos equipamentos de recepção do voto. Seria conveniente que o TSE promovesse deta-

Crescimento da oposição

Os partidos de oposição elegeram 13 dos 26 prefeitos de capitais, incluindo a maior cidade do país, São Paulo, onde Marta Suplicy (PT) venceu com 58,51% dos votos, contra 41,49%, de Paulo Maluf (PPB). O Partido dos Trabalhadores (PT) estará à frente de seis capitais (São Paulo, Belém, Recife, Aracaju, Goiânia e Porto Alegre); o PSB, de quatro (Natal, Maceió, Macapá e Belo Horizonte); o PDT, duas (São Luís e Porto Velho); e PTB, uma (Rio de Janeiro). Em 1996, PT, PDT e PSB tinham conquistado apenas sete capitais. Contabilizando os resultados do primeiro e segundo turnos, os candidatos que se opõem ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) somaram 30% dos votos do país.

Principal força de oposição em número de votos obtidos (11,9 milhões, enquanto o PDT obteve 5,6 milhões; o PSB, 3,8 milhões; PPS, 3,5 milhões; PCdoB, 0,3 milhão), o PT saiu das urnas com 193 prefeitos (o PDT elegeu 287; PPS, 164; PSB, 131), nos 5.559 municípios do país, o que deixou seus integrantes eufóricos, já de olho nas eleições de 2002, quando os eleitores estarão escolhendo o futuro presidente, governadores e os parlamentares federais e estaduais. Na eleição anterior, o PT conquistara 110 cidades. Do outro lado, a base governista (PSDB, PFL e PMDB) manifestava preocupação com o crescimento da oposição, encarando o resultado como um "aviso" para Fernando Henrique Cardoso e seus correligionários.

A presença do PSDB nas capitais manteve-se inalterada. O partido saiu vitorioso em quatro capitais (Boa Vista, Cuiabá, Teresina e Vitória), mesmo número do último pleito. O PMDB perdeu um posto e também ficou com quatro (Rio Branco, Fortaleza, João Pessoa e Campo Grande); e o PPB, de Paulo Maluf, venceu em apenas uma (Florianópolis). O PFL, que tinha seis prefeituras de capital, perdeu a metade; ganhou apenas em Palmas, Curitiba e Salvador. O PL só venceu em Manaus.



Simpatizantes da candidata Marta Suplicy, de São Paulo, festejam a sua vitória na noite de 29 de outubro, logo após a divulgação do resultado da eleição

lhado estudo dessas queixas, de preferência em conjunto com técnicos nomeados pelos partidos, para avaliar possíveis falhas e corrigi-las, inclusive aperfeiçoando o sistema, para que não venha

a ocorrer o que já move suspeitas entre alguns: a de que, à margem da responsabilidade das autoridades eleitorais, possam surgir equipes clandestinas gerando atalhos técnicos ao sistema oficial. ■

Uma surpresa bem-anunciada

Irregularidades ocorridas em São Domingos, no estado de Goiás, poderiam ser consequência de uma alteração no programa da urna

SUMÁRIO DO CASO: São Domingos, em Goiás, 7.000 eleitores, distribuídos em 23 seções, 20 das quais eram presididas por pessoas ligadas à chapa do PSDB. Resultado - PSDB: 2.546 votos; PMDB: 2.459; votos nulos: 10% (taxa muito acima do perfil histórico da cidade).

Gervásio Gonçalves da Silva, advogado, candidato do PMDB, ex-prefeito da cidade e a quem as pesquisas davam mais de 70% dos votos, previa ganhar por mais de 1.200 votos de diferença. Perdeu por 87. Concorreu contra a chapa do PSDB, composta por Hélio Régis e pelo juiz aposentado José Honorato Pinheiro como vice.

"Quinze dias antes, o disse-me-disse tomou conta da cidade, indicando que eu perderia, porque seria dado um jeito nas máquinas de votar. Não acreditei, confiando nas garantias dadas pelo TSE. Com a insistência dos boatos, pedi a um correligionário que sondasse no outro lado. Este correligionário voltou com a informação de que uma armação fora efetivamente preparada e que custara 60 mil reais. Na véspera do pleito, sábado à noite, faltou luz na cidade. Na escuridão, foram vistos entrando no prédio do fórum o juiz eleitoral Joanir Leal e os integrantes da chapa do PSDB, acom-

panhados de assessores. Ficaram horas no local. Na manhã de domingo, com a energia restabelecida, os mesários chegaram às seções de votação e já encontraram as máquinas ligadas, contrariando a orientação do próprio juiz eleitoral, que, nas instruções aos mesários, exigira que as máquinas fossem ligadas apenas pelos presidentes das mesas", descreve um desiludido Gervásio.

Iniciada a votação, "tornou-se constante a reclamação dos eleitores de

que minha foto não aparecia, quando acionada a tecla. Em várias ocasiões, os técnicos - terceirizados - a serviço do TRE foram chamados, mas sempre saíam com evasivas, como a de que 'a máquina está quente e por isso a foto do Gervásio não aparece, mas pode votar que o voto está sendo registrado'.

Apesar desse argumento, mesmo com 'a máquina quente', a foto do adversário nunca deixava de aparecer quando o eleitor votava nele", estranha o candidato oposicionista.

A tabela diferenciada

Sumário do caso: Deputado teria sido procurado por funcionário eleitoral, que propusera tabela de 500 mil reais para ajustar resultados em cidades maiores e 60 mil reais em cidades menores. O parlamentar prometeu pronunciamento no Congresso.

A narrativa é ainda do candidato peemedebista de São Domingos, Gervásio Gonçalves da Silva. Dias depois das eleições, em contato com um parlamentar amigo, a quem procurara para se queixar da forma como foi derrotado e pedir apoio para a luta judicial, Gervásio ouviu que o próprio deputado fora procurado por um funcionário eleitoral, que lhe oferecera resultados garantidos na cidade de maior influência do parlamentar, ao preço de 500 mil reais, naquele ou em outros colégios eleitorais grandes, caindo a tabela para 60 mil reais, em pequenas cidades. A quantia relatada coincidiu com a que o correligionário de Gervásio ouvira, dias antes das eleições. Segundo Gervásio, o deputado promete fazer um discurso-bomba no Congresso.

Foto difícil de aparecer

Sumário do caso: Candidato de oposição previa ganhar por diferença de 12 mil votos, mas perdeu por 2.241 votos e atribui o inesperado a falhas nas urnas eletrônicas.

Trata-se do município de Queimados, na Baixada Fluminense, colégio de 73 mil eleitores, onde o médico Jorge Pereira, ex-prefeito e candidato pelo PDT, era apontado como vitorioso ante o prefeito Azair Ramos, que tentava a reeleição. O candidato opositor reclama de defeito nas máquinas, especialmente o não aparecimento da sua foto, depois de o eleitor teclar o seu número e luta para conseguir recontagem ou anulação do pleito.

"Essa situação era tão freqüente que pudemos até verificar a ocorrência de certo padrão: nosso eleitor precisava insistir três vezes, para conseguir realizar o voto segundo sua opção. Nas vezes em que dava problema, o retrato que aparecia era do adversário. Quantos eleitores nossos deixaram de votar ou acabaram anulando o voto ou votando errado?", pergunta o advogado Jorge Bonfim, que está cuidando do caso junto à Justiça Eleitoral.

O candidato a vereador Moacir Augusto complementa a descrição, lembrando que houve casos em que mesários expulsaram eleitores mais velhos e humildes, alegando que "estavam demorando muito e que o tempo se esgotou". Candidatos a vereador reclamam ainda ter boletins com números conflitantes, o que teria influído para a não eleição de alguns dos integrantes da coligação opositora.

Um reparo especial é feito à juíza Mônica de Holanda Daibert, responsável pela 138ª Zona Eleitoral, pela posição que consideraram intransigente de sempre negar as solicitações do bloco de oposição. "Tivemos que entrar com os protestos diretamente no Tribunal Regional Eleitoral, na capital. Entre outras coisas, solicitamos cópias das atas das seções eleitorais e da listagem de votantes. Ela indeferiu sumariamente os pedidos", estranha o advogado Jorge Bonfim. "E há suspeitas de que constem, como tendo votado, vários nomes de pessoas que faleceram. Para esclarecer a dúvida, é essencial que as listagens dos que votaram sejam conferidas", explica o advogado. Ele considera a legislação também desfavorável aos reclamantes, pois os prazos são muito curtos e impedem, muitas vezes, que os advogados consigam juntar todos os documentos necessários. A posição de certos juízes, que negam sempre, contribui para criar dificuldades e vedar o acesso dos reclamantes a informações vitais para viabilizar suas queixas.



Os parlamentares de oposição defendem a instalação de comissões de inquérito para investigar o papel dos institutos de pesquisa e a forma como a sua divulgação incide na vontade do eleitor

Juiz nega recursos

Gervásio tentou a intercessão do juiz, mas este se ausentara do município, para reaparecer apenas quando faltava menos de uma hora para o encerramento da votação. O juiz negou todos os recursos, no domingo de votação e nos dias subsequentes.

"Durante a votação e nos dias seguintes, inúmeros eleitores me procuraram, consternados, para dizer que não tinham conseguido votar em mim, devido a problemas na máquina", atesta o peemedebista, inconformado também porque o TRE de Goiás está negando perícia nos equipamentos.

No recurso enviado ao juiz eleitoral de São Domingos, Gervásio e seu advogado, Mário do Vale Monteiro, pedem que o juiz Joanir se declare impedido.

Para tanto alegam que "o envolvimento de V. Exa., em favor do partido contrário à Coligação Nova Visão, é fato incontroverso e chegou ao ponto de, na noite anterior ao dia da eleição, reunir-se no Fórum da comarca até altas horas da noite, com o candidato José Honorato da Silva e outros simpatizantes do partido adverso dos recorrentes, ora excipientes, sendo voz corrente, que o que aconteceu com as urnas em seu funcionamento foi fruto dessa reunião.

Também é notório que V. Exa., na qualidade de magistrado, em conversa sem reservas, disse que no dia da eleição haveria surpresas, e isso foi interpretado como uma mudança no resultado das pesquisas, que apontava, de forma clara, o candidato Gervásio como o vitorioso nas urnas.

Outro fato de repercussão e notoriedade consistiu no churrasco que realizou em sua residência, em companhia de elementos simpatizantes e mesmo ardorosos defensores do candidato que apresentou maioria de votos na eleição, na noite logo após a proclamação dos eleitos". ■



O deputado Neiva Moreira (PDT-MA) e o candidato pedetista à prefeitura de Itapecuru, no Maranhão, falam à multidão à margem da represa onde se presumia terem sido lançadas algumas urnas eletrônicas fraudadas

Protestos no Maranhão

No Maranhão verificaram-se protestos em várias cidades, principalmente Itapecuru, Ribamar e Anajatuba, onde prefeitos, candidatos à reeleição, foram acusados de uso do poder econômico, de pressão administrativa e manipulação do voto.

As manifestações na cidade de Itapecuru envolveram milhares de pessoas e se agravaram, quando o depoimento de um jovem, que assegurou haver presenciado o ensacamento de duas urnas por pessoas ligadas ao prefeito e o seu lançamento em uma represa próxima, levou milhares de pessoas às ruas em uma manifestação de protesto. A operação de busca por mergulhadores profissionais foi assistida dia e noite por uma multidão e só foi suspensa quando os mesmos foram ameaçados de morte e tiveram que retirar-se. No mesmo dia, a casa do candidato a prefeito pela oposição foi atacada a tiros por um adversário, que passou em prisão apenas algumas poucas horas.

Juízes e outras autoridades e os candidatos da coligação do prefeito negaram qualquer possibilidade de se encontrarem urnas na represa, mas a oposição seguiu exigindo investigações judiciais e policiais meticolosas, que demonstrassem a impossibilidade técnica do "afogamento" das mesmas e comprovassem a legalidade da eleição, considerada fraudulenta.

Procedimentos judiciais sobre os casos onde ocorreram denúncias estão em curso.

Base governista quer reforma política

Passadas as eleições, o Congresso deve começar a repensar os alicerces do sistema político brasileiro, à luz da experiência de mais de uma década de exercício democrático

Memélia Moreira

COM O RESULTADO DO PRIMEIRO turno das eleições em mãos, deputados e senadores da base governista começam a se manifestar em defesa de uma ampla reforma política, enquanto a bancada oposicionista comemorava o resultado das urnas, criticando os institutos de pesquisa de opinião.

O ex-relator da reforma, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), acredita que esta mudança possibilitaria "o amadurecimento do processo político-eleitoral". A proposta de reforma se encontra na Câmara dos Deputados e depende de um pedido de urgência para que seja votado.

Além do ex-relator, os senadores Íris Rezende (PMDB-GO) e Moreira Mendes (PFL-RO), além dos deputados Léo Alcântara (PSDB-CE), Ney Lopes (PFL-RN) e Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) foram à tribuna com argumentos favoráveis à reforma política.

"Só esta reforma permitirá o fortalecimento dos partidos, para que possam selecionar melhor os candidatos que disputam as convenções", disse Ubiratan Aguiar.



Foto: AFP

Foto: Cedoc



O crescimento da organização das populações indígenas se refletiu numa boa votação dos seus candidatos nas últimas eleições

Indígenas triplicam representação

Os indígenas brasileiros triplicaram sua representação nas políticas locais, segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Este resultado foi possível devido ao crescimento também do número de candidatos, um total de 335 oriundos de 71 povos diferentes, quatro vezes mais do que o registrado no pleito de 1996. Destes, 73 estarão presentes nas Câmaras Municipais do país a partir de janeiro de 2001, seis na vice-prefeitura e um na

prefeitura. O único prefeito índio do país, o potiguara Marcos Antônio dos Santos, foi reeleito na cidade de Baía da Traição, na Paraíba.

No entanto, o crescimento dos índios na política local não obedece a uma coordenação central nem a uma orientação de organizações nacionais. Em 1996, o Cimi estima que apenas vinte índios tenham sido eleitos.

Apesar de considerar o resultado deste ano surpreendente, o se-

cretário-adjunto do Cimi, Roberto Antonio Liebgott, alerta para o temor de que muitos dos novos políticos atuem individualmente, sem assumir a causa indígena como um todo ou nem mesmo os interesses de sua própria comunidade. Liebgott diz que essa atitude que não pode ser generalizada, mas que verificou ser comum entre eleitos em anos anteriores.

Liebgott acredita, no entanto, que esses candidatos foram bem votados em função do crescimento da organização indígena, em geral, e do desejo de combate à discriminação étnica. (IPS/Cimi)

Ele quer discutir a questão do financiamento oficial das campanhas porque, na sua opinião, "na legislação eleitoral em vigor, os candidatos acabam sendo avaliados na medida em que satisfazem as necessidades imediatas do eleitor" e com o financiamento oficial, afirma, "será mais fácil para o Ministério Público acompanhar, fiscalizar e inibir os

abusos de compra e venda de votos e do aliciamento das campanhas como vem ocorrendo".

Moreira Mendes, que viu seu partido derrotado para a prefeitura de Porto Velho, disse que está na hora de votar a reforma "para promover as mudanças necessárias, entre elas o instituto da fidelidade partidária, o

voto distrital misto e o financiamento oficial".

Ele prega também o fim das coligações nas eleições proporcionais. E Íris Rezende, que já foi prefeito de Goiânia e governador de Goiás, garante que vai começar a trabalhar pela reforma partidária, porque a lei atual "favorece práticas retrógradas e perni-

ciosas, clientelismo e interesses cartoriais.

"Precisamos de partidos fortes, para que não se fortaleçam legendas que brotam ao sabor das conveniências", disse ele, que também defende a fidelidade partidária, punindo, com a perda de mandato, aqueles que trocam de legenda logo depois de serem eleitos.

Pesquisas

Enquanto os governistas debatem a necessidade de uma reforma política, os parlamentares da oposição sustentam a instalação de comissões de inquérito para investigar o papel dos institutos de pesquisa nas eleições.

Professor Luizinho (PT-SP), ao criticar a divulgação das pesquisas, afirmou que a repetição dos erros "é injustificável e há indícios claros de manipulação dos dados", citando Goiânia, Curitiba e Recife entre as cidades, onde as pesquisas apontavam o Partido dos Trabalhadores em segundo ou terceiro lugar e os candidatos petistas foram para a disputa no segundo turno.

Também citando o desempenho do PT em Curitiba, o senador Álvaro Dias (PMDB-PR) disse estar convicto de que "os candidatos com grande poder econômico se juntaram aos institutos de pesquisa para manipular as informações de tendência do eleitorado". Ele quer que o Ministério Público investigue as empresas responsáveis, porque, segundo o senador, elas "se transformaram numa fonte de corrupção, envolvendo grandes e pequenos institutos".

Dias pretende também trabalhar, para que a reforma política proíba a divulgação de pesquisas 30 dias antes das eleições. ■



A prefeita eleita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), que recebeu 58,51% dos votos válidos

Amplia-se a presença feminina

As mulheres começam a influir cada vez mais na política. Nas eleições municipais, tornaram-se vereadoras aos milhares e já somam centenas de prefeitas. Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram eleitas 7.000 vereadoras e 317 prefeitas, incluindo a maior cidade, São Paulo, com Marta Suplicy (PT).

A legislação deu sua colaboração, ao impor que pelo menos um quarto dos postulantes às câmaras fossem do sexo feminino, como forma de ampliar sua participação nos negócios públicos.

Um dado que sobressai dos números finais da eleição é que, das 317 prefeitas eleitas no primeiro turno, 276 (87%) fazem parte de partidos da base do governo federal, a chamada base conservadora. As demais 41 (12,1%) pertencem aos partidos considerados

progressistas. O PFL elegeu 75 prefeitas; o PMDB, 59; PSDB, 58; PPB, 32; PTB, 25; PSD, 10; PL, 9; PSC, 3; PRP, 3; PRP, 3; PST, 1; PT do B, 1.

Nos partidos classificados como progressistas, o PSB fez 13 prefeitas; PPS, 11; PT, 9; PDT, 6; PV, 1; PC do B, 1.

Entre as vereadoras, os partidos progressistas fizeram 1.247 (PDT, 374; PT, 350; PPS, 282; PSB, 191; PV, 30; PC do B, 20), correspondendo a 17,8% do total de 7.000 eleitas. Os partidos conservadores tiveram o seguinte desempenho: PMDB, 1.333; PFL, 1.161; PSDB, 1.010; PPB, 835; PTB, 583; PL, 322; PSD, 170; PSC, 61; PST, 51; PSL, 43; PMN, 41; PRP, 41; PT do B, 20; PRTB, 19; PSDC, 19; PHS, 12; PTN, 7; PRN, 6; Prona, 5; PGT, 3 - perfazendo os restantes 82,3% do universo feminino que marcará presença nas câmaras municipais do país. (Procópio Mineiro)

Postal Norte-Sul

POLÍTICA



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães **Cód. 0205**
O autor apresenta dois ensaios por achar que podem ser úteis para os jovens, aos quais incumbe questionar e achar os caminhos para a solução dos desafios que se opõem hoje diante do país e do mundo. 112 págs. R\$14,00 - Ed. Revan



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé **Cód. 225.02862**
Leitura indispensável a todos aqueles que se interessam pelos destinos das sociedades e, portanto, pela história do Brasil. 365 págs. R\$29,00 Editora FGV



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro **Cód. 517**
Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Uerj/USP) faz a apresentação. 306 págs. R\$34,00 Oficina do Autor



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.) **Cód. 85.326.2174-0**
O processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 págs. R\$17,60 - Editora Vozes



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:

Determinantes da descentralização
Marta Arretche **Cód. 85.7106.194-7**
A autora estabelece, de forma sistemática, relações entre o jogo político-institucional e os resultados substantivos de políticas de governo. 304 págs. R\$29,00 - Ed. Revan



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Dória **Cód. 0075**
É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170 páginas. R\$16,00

Editora Revan



IUGOSLÁVIA

Laboratório de uma nova ordem mundial
Mário Augusto Jakobskind **Cód. 85.87414-01-1**
Análise sobre a guerra nos Balcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas. R\$14,00 - Novos Ideais



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO

Hilary Wainwright **Cód. Z 0486**
Combina uma discussão sobre ideia política neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimentos sociais e partidos. 152 páginas. R\$19,00 - Editora Jorge Zahar



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS

Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman **Cód. 20412-1**
O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas. - R\$39,00 - Editora Campus



DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA

Idéias, instituições e personagens
Vários organizadores **Cód. 0100-92**
Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260 págs. R\$78,00 - Editora Mauad



DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia política do abastecimento
Miranda Neto **Cód. 00124**
A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. E ela é manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas. R\$9,90 - Forense Universitária

HISTÓRIA



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho **Cód. 0200-17**
Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$99,00 Editora Mauad



ESCRavidÃO OU MORTE

Jorge Preta de Souza **Cód. 0100-20**
O autor esclarece o motivo pelo qual lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas. R\$22,00 - Editora Mauad



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória
Leonid Ieremeev **Cód. 0084**
Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se, pois revive um momento crucial para a sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 págs. R\$12,00 - Editora Revan



BINÔMIO - EDIÇÃO HISTÓRICA

Dir: José Maria Rabêlo **Cód. BA 7013**
A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$34,00 - Editora Barlavento e Armazém de Ideias



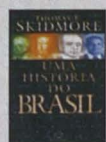
HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.) **Cód. 0159**
Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas. R\$34,50 - Editora Revan



MINAS DO OURO E DO BARROCO

As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino **Cód. BA 7014**
O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional, marcada por fortes características anticoloniais. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248 páginas. R\$38,00 Barlavento Grupo Editorial.



UMA HISTÓRIA DO BRASIL

Thomas E. Skidmore **Cód. 20488**
Mostra o processo integral de formação do Brasil. O que vem à tona é a história do povo brasileiro na procura de um país moderno e reconhecido internacionalmente em sua singularidade. 358 págs. R\$ 32,00 Ed. Paz e Terra



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré **Cód. 0100-68**
O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00

Editora Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER

Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX
Márcia Maria M. Motta **Cód. A-025**
O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 Arquivo Público

POLÍTICAS PÚBLICAS



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna **Cód. 0156**
As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas. R\$30,00 - Editora Revan

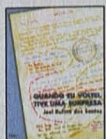
EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador
Moema Toscano **Cód.: 85.326.2285-2**
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 págs. R\$ 14,30 - Ed. Vozes

SOCIOLOGIA


QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA

Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1
Cartas escritas pelo autor, quando estava no cárcere pelo pecado de amar o Brasil, para o filho que ainda estava por nascer. R\$48,00

Ed. Rocco


GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global

Roland Robertson Cód. 85326.2247-X

Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$32,00 - Editora Vozes


O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manuel Castells Cód. 20.495

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas. R\$42,00 - Editora Paz e Terra

BIOGRAFIAS


CONFISSÕES

Darcy Ribeiro Cód. C 0890

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas. R\$36,00 - Editora Cia. das Letras


E LYSÂNEAS DISSE BASTAI

Jonas Resende Cód. 0100-85

A vigorosa atuação de Lysâneas começa a ser resgatada pelo pastor Jonas Rezende. O prefácio é do político Francisco Pinto e o posfácio, do sociólogo Elter Maciel. 156 páginas. R\$25,00 - Editora Mauad


PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 págs. R\$39,00 - Ed. Mauad

MEMÓRIAS


HERANÇA DE UM SONHO

Marcio Antonio Tavares Coelho Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 págs. R\$45,00 - Editora Record


EUROPA 1935 - Uma aventura de juventude

Moacir Werneck de Castro Cód. 85.01.05771-1

A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 - Editora Record

FILOSOFIA


A ÁGUA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00 Editora Vozes


O DESPERTAR DA ÁGUA

Leonardo Boff Cód. 5-326-1977-0

O livro continua o anterior *A água e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 Editora Vozes


SABER CUIDAR

Leonardo Boff Cód. 85-326-2162-7

O livro detalha o cuidado em suas várias concretizações: com a Terra, a sociedade sustentável, o corpo, o espírito e a grande travessia da morte. 200 páginas. R\$18,00 Editora Vozes

AUTO-AJUDA


DOCES PALAVRAS

Ednalva Tavares Cód. 0001

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 págs. (formato: 15cmx11cm). R\$5,00 - Janine Prod.

SAÚDE


A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray Cód. 20310-0

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 págs. R\$29,00 - Editora Campus


O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras Cód. 2210

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 págs. R\$26,00 - Editora Pallas


MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray Cód. 20311-0

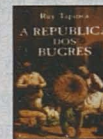
Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. R\$29,90 Editora Campus

LITERATURA


A INVENÇÃO DO MAR

Gerardo Melo Mourão Cód. 050229

Uma grande epopeia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. 368 páginas. R\$28,00 Editora Record


A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Tapioca Cód. 85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532 págs. R\$35,00 - Editora Rocco

REPORTAGEM


HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emilio Azevedo Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 - Ed. Multitexto

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão _____ Nº _____ Validade até _____ / _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura do comprador

CADERNOS 224

Os preços estão sujeitos a alteração

VALIDADE: até durar o estoque

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha em letra de forma e envie para a
Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Plano controvertido

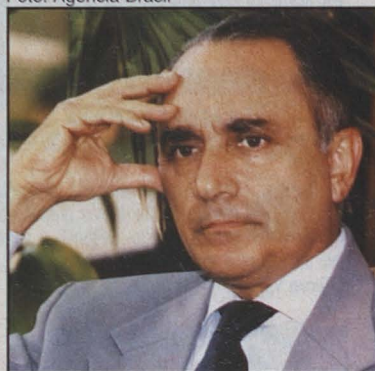
Assessor de FHC está em campanha pela defesa do Plano Colômbia

O GENERAL ALBERTO CARDOSO, ministro-chefe da Secretaria Institucional da Presidência da República, é defensor do Plano Colômbia e garante que não há possibilidades de o combate ao narcotráfico na região se transformar num novo Vietnã. Ele está em campanha para convencer o Congresso e a sociedade de que, embora a ofensiva militar deva ser cercada de cuidados para evitar conflitos, a ação militar se dará mais na fronteira do Equador com o Peru do que na divisa brasileira. Na véspera do encontro dos ministros de Defesa da América Latina, entre os dias 17 e 19 de outubro, em Manaus, o general manifestou-se sobre o Plano a ser desencadeado em janeiro de 2001.

Do ponto de vista estratégico, ele classifica a ação como "um incômodo geopolítico", devido ao incremento da presença militar de uma superpotência na região. Ele ressalta que esta é também uma preocupação da sociedade norte-americana. "O Congresso norte-americano, sempre recordando a tragédia do Vietnã, aprovou a ajuda à Colômbia com tetos explícitos de participação: não poderão estar envolvidos mais do que 500 militares e 300 especialistas civis."

"Todos os cuidados, entretanto, não serão justificativa para desconsiderar o princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros países, ou para fazer esquecer que a Colômbia estará enfrentando a poderosa indústria de drogas. E esta indústria, hoje, constitui ameaça às instituições democráticas na América do Sul, dado que deve ser levado em conta", afirma.

Foto: Agência Brasil



General Alberto Cardoso

Repúdio

As explicações do ministro não convenceram parlamentares oposicionistas, que manifestaram repúdio pela presença de militares norte-americanos na Colômbia, alertando ainda para a possibilidade de generalização do conflito. Por iniciativa dos deputados Evandro Milhomem (PSB-AP) e Vanessa Grazziotin (PC do B - AM), a Comissão da Amazônia ouviu em audiência pública o contra-almirante Hélcio Blecker Espozel, subchefe de Inteligência do Estado-Maior de Defesa; Bráulio de Souza Dias, diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; e João Solano Carneiro da Cunha, subsecretário-geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores. Na pauta, estavam os problemas militares, ambientais e políticos que poderão afetar a região em caso de conflito.

Mesmo com as garantias dadas por Blecker de que o Brasil não permitirá o

trânsito de militares nem de guerrilheiros em território nacional, os deputados reagiram contra a posição do governo brasileiro de apoiar o plano.

"O combate ao narcotráfico é somente uma cortina de fumaça, pois o Plano Colômbia tem como objetivo destruir a guerrilha colombiana que há duas décadas luta pela melhoria das condições socioeconômicas da população. O que vemos é uma guerra se armando, com recursos de 7,5 bilhões de dólares, dos quais mais 3,5 bilhões, da Europa e dos EUA", frisou o deputado Sérgio Novaes (PSB-CE). Ele lembrou que há dez anos, quando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia participaram das eleições, três mil integrantes do movimento foram assassinados.

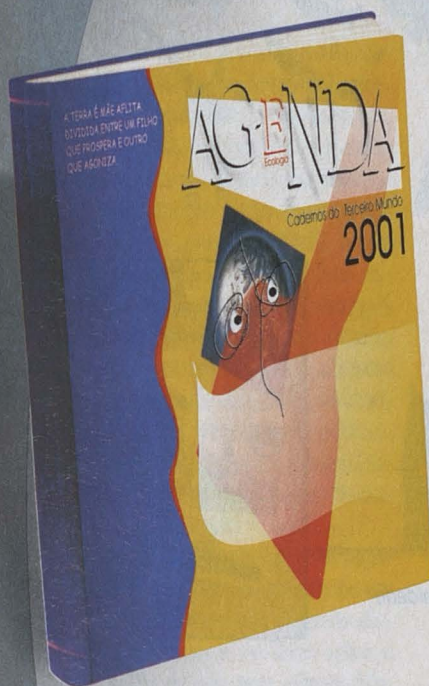
"O Plano visa reprimir o movimento dos trabalhadores colombianos que lutam por melhores condições de vida. Se os Estados Unidos quisessem barrar o consumo de cocaína, controlariam o fornecimento dos produtos químicos necessários ao fabrico da pasta de coca. Mas o narcotráfico interessa aos Estados Unidos por movimentar anualmente 500 bilhões de dólares, que alimentam o mercado financeiro internacional", acentuou o deputado Babá (PT-PA).

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), depois de alertar contra os perigos ambientais do uso de fungicidas, criticou o presidente da República. "Lamento que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha essa posição de subserviência à política norte-americana, que tem uma política paranóica e fracassada no combate ao narcotráfico, pois a guerra biológica resultará na redução da oferta com a conseqüente elevação dos preços e o aumento do número de plantadores", disse.

O tema ainda será debatido na Câmara a partir de novembro porque os deputados da Comissão de Meio Ambiente não estão convencidos de que não haverá danos ecológicos, conforme assegura o general Alberto Cardoso. (Memélia Moreira) ■

Lançamentos 2001

Produtos de qualidade ETM



Você que é fã da revista Ecologia e Desenvolvimento agora pode levar para casa os novos lançamentos da ETM: Agenda para 2001, camisetas e chaveiros com motivos ecológicos. Todos eles a preços promocionais até o final do ano. Faça já o seu pedido!

Agenda: Cód. 1001-A - R\$17,90

Tamanho 20cm x 13cm - 380 páginas

Além dos dados usuais de uma Agenda, enriquecemos o calendário de 2001 destacando datas de importantes acontecimentos, em sua maioria, do século XX, e registrando citações que ficaram para a eternidade



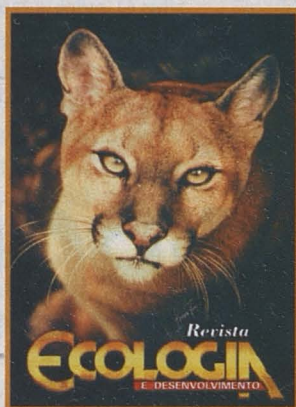
Chaveiro: Cód. 1002-C

R\$8,90

Acabamento em couro



EDITORA
TERCEIRO
MILÊNIO



Camiseta Adulto/Estampa Suçuarana:

Malha de qualidade (Tipo 30.1)

Tamanho Único

- Preto - Cód. 1003-P - R\$21,90
- Branco - Cód. 1004-B - R\$16,90

PREENCHA ESTE CUPOM E ENVIE

CÓDIGOS	V. Unitário X QUANT.	SUB-TOTAL	FRETE*	TOTAL
Cód. 1001 - A	R\$ 17,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1002 - C	R\$ 8,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1003 - P	R\$ 21,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1004 - B	R\$ 16,90	R\$	R\$	R\$

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 a 510 - Lapa
20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (55 XX 21) 221-7511 - Fax: (55 XX 21) 252-8455

e-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Nome: _____

Endereço: _____

Profissão: _____

Cidade: _____

Tel.: _____

Bairro: _____

Dt. Nascimento: _____

Estado: _____

CEP: _____

E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$

Cartão Nº Validade até ____ / ____

Aceitamos todos os cartões de crédito, sem parcelamento (inclusive em cheque)

Data ____ / ____ / ____

*O FRETE DE R\$ 2,50 será cobrado a cada duas unidades, e o prazo máximo de entrega é de 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e grandes remessas.

Assinatura do comprador



Foto: Divulgação

Foto histórica mostra João Cândido (terceiro à esquerda) e um grupo de seus companheiros de inconformidade



A Revolta dos MARINHEIROS NEGROS faz 90 anos

Neste mês de novembro, completam-se os 90 anos da Revolta da Chibata, quando os marujos brasileiros apoderaram-se da esquadra e exigiram o fim dos castigos corporais e melhores condições profissionais. Ainda pouco conhecida no Brasil e ignorada no exterior, a revolta foi dirigida pelo marinheiro João Cândido, que passou à história como o Almirante Negro. Um livro evoca o tema, que, nesta matéria, terá também o depoimento e reflexões de Adalberto Nascimento, um dos filhos do líder da revolta

Procópio Mineiro

O EPISÓDIO DE 1910 NAS ÁGUAS DA GUANABARA NÃO SE TORNOU UM FILME, como *O encouraçado Potemkin*, de Serguei Eisenstein, obra mundialmente consagrada,

mas, quando isto acontecer, *A Revolta da Chibata* terá um argumento imensamente mais rico que o dos inconformados marinheiros russos de 1905, indignados com a carne podre que lhes serviam. O inconformismo dos marujos brasileiros envolve muito maior riqueza de temas - discriminação racial, elitismo político, negação de cidadania, mentalidade escravista, negociação política, traição de acordo, vingança, incapacidade de aceitar a história, dramas humanos de alta intensidade.

Os 90 anos da rebelião dos marinheiros, a se completar neste mês de novembro, está estimulando algumas discussões acadêmicas e um livro sobre o assunto acaba de sair pela editora Moderna, de São Paulo, *Cisnes negros*, do historiador gaúcho Mário Maestri, 52, que refaz a análise da Revolta da Chibata. Em poucas palavras, pode-se descrever os acontecimentos como a tomada da esquadra brasileira sediada na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, pelos marinheiros revoltados com mais uma sessão de chibatadas contra um colega considerado faltoso pela oficialidade.

Com a ameaça de bombardear a capital da República com o potentíssimo fogo dos encouraçados recém-trazidos da Inglaterra, os marujos exigiram o fim dos castigos físicos - uma marca da escravidão ainda em vigor na esquadra, 22 anos após a abolição da escravatura - além do direito de indicar os novos comandantes dos navios e a anistia para todos os rebelados.

Conseguiram tudo, por três semanas. Logo perderiam a anistia, os líderes sofreriam prisão, onde muitos morreriam, e os sobreviventes foram desligados. Mas os castigos físicos, esses fo-

ram suprimidos para sempre. E uma pesada cortina de silêncio baixou sobre aqueles acontecimentos.

Moderno contra o antigo

"O silêncio sobre aqueles episódios atribuo ao caráter popular e contestador do movimento. Os pobres e os negros nunca tiveram espaço em nossos livros de história." A análise é de Adalberto Cândido do Nascimento, o filho caçula do líder da rebelião (veja a entrevista na página 28).

Opinião semelhante tem o historiador Mário Maestri, em seu livro. Mais que um puro episódio militar, envolvendo a disciplina naval, o pesquisador considera que "os acontecimentos de 1910 continuam sendo vistos como fatos desviantes. As elites nacionais, de ontem e de hoje, possuem dificuldade estrutural de respeitar a cidadania da população trabalhadora e pobre. O radicalismo social do movimento determinou que se transformasse em quase tabu historiográfico. Ainda hoje, 90 anos após os fatos, são raros os estudos sobre ele. Fora publicações de oficiais, quase nada tinha sido escrito, até que, em 1958, Edmar Morel lançou *A Revolta da Chibata*, que tirou os fatos do olvido e interpretou, pela primeira vez, a revolta desde a ótica dos marujos. O livro baseou-se sobretudo no depoimento de João Cândido e referiu-se pouco às outras lideranças e à influência da revolta russa. Desde 1964, por quase vinte anos, o regime militar dificultou estudos sobre o movimento.

O historiador defende a tese de que a revolta nasceu do avanço da consciência social da marujada, composta de homens oriundos dos extratos mais pobres da população e, em grande maioria, negros e mulatos, filhos e netos de escravos. Como se deu esse aumento do sentimento da cidadania?

"O Brasil das elites vivia bons ventos econômicos e os senhores da nação

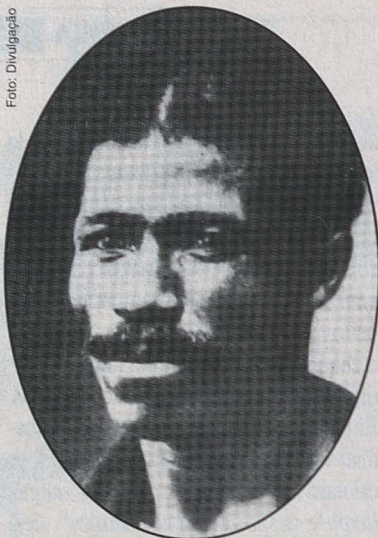
decidiram a modernização faraônica da Marinha, que tinha sido dizimada na Revolta da Armada, em 1893. Assim, os novos navios eram os melhores, mas as condições de vida dos marujos continuavam semelhantes às dos tempos dos tumbeiros do século XIX! O soldo era baixo; a comida, ruim; o trabalho, duro. As mínimas faltas eram castigadas com surras. Em plena República, os marinheiros apanhavam como cativos. Piorando tudo, os oficiais orgulhavam-se de seu *sangue limpo* e desprezavam os marujos", descreve Mário Maestri. Para aprenderem a manejar as novas unidades, "marinheiros partiram para a Inglaterra e lá conheceram o movimento sindical e socialista europeu e informaram-se sobre a revolta dos marinheiros russos de 1905".

O historiador acredita que as notícias da rebelião do Potemkin foram profundamente absorvidas e meditadas pelas tripulações que passaram um tempo relativamente longo na Inglaterra.

"À medida que se aprofundam os estudos, fica clara a influência dos marinheiros russos, de certa forma inevitável. Os marinheiros brasileiros chegaram à Inglaterra após o fim da revolta russa, divulgada pela imprensa mundial. Em *Cisnes negros* apresento dois breves capítulos sobre a revolta russa, já que creio que os nossos marujos discutiram e aprenderam com os acertos e erros de 1905. Muitas de suas ações são melhor compreendidas quando cotejadas com as dos companheiros russos", diz Maestri. Uma das lições foi a recusa de participação de oficiais na rebelião, uma vez que os graduados que se envolveram na ação do Potemkin representaram um peso para o movimento.

O pesquisador lamenta que ainda hoje a Marinha mantenha uma atitude de reserva contra o protesto antichibata, no entanto destaca o trabalho do contra-almirante Leôncio Martins como um avanço.

"O estudo referido do contra-almirante Leôncio Martins, apesar do caráter semi-oficial e da antipatia para com os



João Cândido, já velho

marujos, constitui real esforço para superar o partidarismo extremado dos escritos anteriores de oficiais. Portanto, deve ser valorado como tal. Porém, ainda hoje, a Marinha não consegue absorver, mesmo relativamente, o verdadeiro sentido da revolta."

Sem anistia

Os filhos, netos e bisnetos de João Cândido continuam esperando que a Marinha o anistie. Mas, segundo Maestri, embora derrotados pessoalmente, os marujos de 1910 conseguiram uma vitória como classe.

"Os marinheiros negros foram presos, expulsos, alguns deles executados a sangue frio. Porém, venceram, como classe. As reivindicações foram atendidas plenamente. Obtiveram o fim do castigo físico. Nunca mais um oficial teve o direito de chicotear um marujo. As condições de existência melhoraram. Todos os marujos da Esquadra têm dívida eterna para com os marinheiros revolucionários. Outra vitória, individual, foi a própria rebelião. Enquanto viveram, recordaram-se, orgulhosos, de se terem levantado dos porões imundos de uma escravidão velada para resgatar suas humanidades. De negros semicativos, tornaram-se marinheiros modernos, cidadãos orgulhosos, respeitados e temidos", analisa Mário Maestri. ■

Família sofre com a não-reabilitação

Filho do marinheiro reivindica revisão do caso

Maria do Socorro Franco, César Guerra e Antony Devalle

ADALBERTO CÂNDIDO DO NASCIMENTO é o filho caçula do marinheiro João Cândido e, além do orgulho pelo pai, carrega a mágoa de não ter visto a reabilitação política e profissional do líder da revolta. Atribui o fato a uma já quase secular mágoa da Marinha contra o marinheiro rebelde e à proverbial amnésia histórica dos brasileiros, que esquecem rápido feitos importantes da vida nacional. "A gente acha que a Marinha deveria reconhecer a luta de meu pai. Ele morreu amando a Marinha. Mesmo depois de ter sido excluído dela, meu pai nunca a renegou. Extinguir os castigos físicos era uma questão de justiça e humanidade."

"Contar a verdade sobre João Cândido seria contar uma parte importante das lutas dos negros no Brasil", diz Adalberto, o Candinho.

Amargurado

"A vida de meu pai, depois da exclusão da Marinha, foi como a de um peixe fora d'água. Os 18 meses de prisão e os maus-tratos sofridos fizeram de meu pai um trapo. Excluído sem direito a um tostão, buscou trabalho em navios mercantes, onde sofreu intensa perseguição. Só muito tempo depois conseguiu receber uma pensão, mas do governo gaúcho. Assim, nos anos que se seguiram à exclusão, contraiu tuberculose e foi obrigado a suspender a vida no mar. Sem dinheiro e esquecido, foi parar na

periferia do Rio, num casebre com esgoto a céu aberto. Mesmo com tantos problemas, em 1930 chegou a ser preso de novo, acusado de envolvimento em articulações políticas, embora não fosse verdade. Chegou a ser internado num hospício, como louco. Meu pai parecia desiludido e amargurado. Em 1964, depois de participar da famosa reunião dos marinheiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, ele saiu dizendo que "marinheiro faz revolta é no mar." A vida dele foi muito sofrida até o dia de sua morte, em 6 de dezembro de 1969, por complicações causadas pelo câncer.

Candinho lembra que o pai entrou criança na Marinha. "Meu pai nasceu em 24 de junho de 1880, na cidade gaúcha de Rio Grande, filho de escravos do almirante Alexandrino Alencar. Bem novo, foi mandado pelo avô para trabalhar no Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Com a necessidade de mais gente na Armada, ele entrou na Marinha aos 14 anos. Era muito dedicado ao trabalho e até benquisto por oficiais. A vida dos marinheiros era muito sofrida. Trabalhavam em condições desumanas e, por qualquer falta que cometessem, eram submetidos a castigos corporais, como as cruéis chibatadas, verdadeira sessão pública de tortura", assinala o filho de João Cândido.

"Meu pai contava como os marinheiros eram pobres, muitos negros, que encontravam dificuldade para arrumar emprego", continua. "Afinal, a abolição da escravidão não veio acompanhada de um plano de inserção social dos ex-escravos e de seus filhos. Quando um filho

era rebelde em casa, os pais costumavam botar na Marinha. Aliás, as Forças Armadas precisavam de muita gente, tanto que se chegava a laçar jovens nas ruas e encaminhá-los para a Marinha. Essas pessoas tentavam sobreviver como militares", lembra Candinho.

Segundo conta, a Revolta da Chibata foi planejada. "As condições de vida e de trabalho dos marinheiros eram terríveis e eles já estavam descontentes havia muito tempo. Algumas leis contra os castigos corporais foram editadas, mas na Marinha os suplícios continuaram. Havia, pois, a crueldade de quem castigava, a humilhação do castigado e o terror dos que assistiam ao castigo. Em 1906, um contingente da Armada foi à Inglaterra, para treinar e receber os novos navios que fariam da esquadra brasileira a terceira maior e mais moderna do mundo. Lá viram a diferença de tratamento de que seus colegas ingleses gozavam. E tomaram conhecimento também da famosa revolta do encouraçado Potemkin, acontecida no ano anterior na Rússia czarista, contra maus-tratos a bordo. A partir de 1908, a Revolta da Chibata começou a ser preparada, através de reuniões em comitês clandestinos, e deveria eclodir no dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 1910. Foi adiada para o dia 24 ou 25, mas acabou mesmo explodindo no dia 22, impulsionada pela indignação contra o açoite, no navio Minas Gerais, do marinheiro baiano e negro Marcelino Rodrigues, que pegou 250 chibatadas e quase morreu. Os marinheiros assumiram o controle dos navios, jogaram ao mar toda bebida alcoólica, para não serem acusados de bêbados, e impediram qualquer violação dos cofres das embarcações, para não serem acusados de ladrões. E exigiram do governo o fim dos castigos físicos. Aproveitando que a revolta não era contra o regime, mas contra os excessos da disciplina, o governo do marechal Hermes da Fonseca aceitou as condições e concedeu anistia aos rebeldes, que puderam também escolher

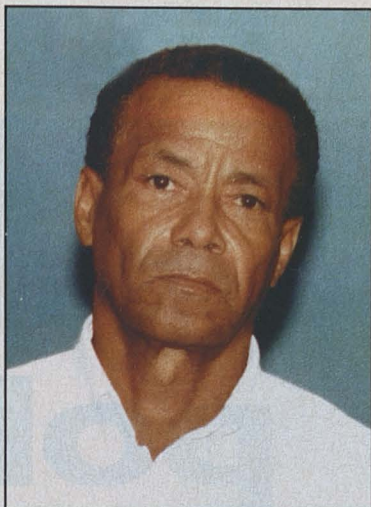


Foto: Pedro Martins

Adalberto: ele morreu amando a Marinha

os novos comandantes dos barcos rebeldes", narra o filho de João Cândido.

Tudo parecia resolvido, mas no dia 10 de dezembro houve um levante na Ilha das Cobras (instalações da Marinha) e o governo decidiu esquecer o compromisso, estendendo a repressão contra os amotinados daquela ilha também aos da Revolta da Chibata, entre estes o líder, que ficou preso no Rio, enquanto outros companheiros eram despachados, a bordo do navio Satélite, para trabalhos forçados no Amazonas, na extração da borracha.

"No Rio, ficaram meu pai e mais 18 companheiros, espremidos num cubículo", descreve Candinho. "Passaram fome e sede, alguns chegaram a beber a própria urina, sofreram os efeitos da cal jogada na masmorra. Meu pai sobreviveu com mais um único companheiro. Mas passou a sofrer doenças pulmonares. Saiu da prisão diretamente para a rua, estava fora da Marinha."

A solidariedade

"Muitos brasileiros e marinheiros nunca ouviram falar de meu pai. O silêncio sobre aqueles episódios atribuiu ao caráter popular e contestador do movimento. Os pobres e os negros nunca tiveram espaço em nossos livros de história. O conteúdo humano e social da revolta sempre incomodou muita gente. Já em 1934, quando publicou em seu

jornal uma reportagem lembrando meu pai e a Revolta da Chibata, o Barão de Itararé (o jornalista Aparício Torelli) foi seqüestrado por oficiais da Marinha. A cidade de Porto Alegre foi impedida de erguer um busto de João Cândido e homenagens foram canceladas em diversas ocasiões. Não quero aqui responsabilizar a Marinha de hoje pelos fatos ocorridos no passado, mas não se deve impedir que a história seja conhecida. Meu pai nem teve pensão ou aposentadoria, e sequer existe um auto de expulsão dele."

Mas Candinho lembra que a solidariedade também existiu por parte de algumas pessoas.

"Meu pai contou com a solidariedade de alguns amigos depois que foi afastado da Marinha. Algumas pessoas se esforçaram para resgatar a história da Revolta da Chibata. Além do Barão de Itararé, outro jornalista, Edmar Morel, publicou, em 1958, a primeira edição de *A Revolta da Chibata* e doou seus 10% de direito autoral ao meu pai. Edmar Morel se tornou depois um grande amigo de nossa família. João Bosco e Aldir Blanc também ajudaram a popularizar a revolta, com o samba *Mestre-sala dos mares*, de 1975, censurado pela ditadura militar. Atualmente vão crescendo as homenagens. No município fluminense de São João de Meriti, onde viveu, uma escola estadual leva o nome de meu pai e há uma praça com seu busto. Porto Alegre batizou como João Cândido uma avenida. Professores, políticos e historiadores começam a dar atenção ao episódio, assim como grupos do movimento negro, que pretendem erguer um monumento na Praça Quinze de Novembro, também no Rio de Janeiro. Eles entendem que o levante mexeu com os preconceitos raciais e sociais da oficialidade e da sociedade daquela época. Assim, falar de João Cândido e da Revolta da Chibata será contar uma parte importante das lutas dos negros no Brasil", completa Adalberto Cândido do Nascimento. ■

D. Pedro Casaldáliga

A última palavra é dos pobres

Aos 72 anos, o bispo matogrossense, espanhol de nascimento, explica sua trajetória pastoral com uma simples frase: "Pecado é não fazer política"

Cícero Henrique

O BISPO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, D. PEDRO CASALDÁLIGA PIÁ, conhecido internacionalmente pelas posições ideológicas bem definidas, diz que o Brasil precisa de uma Operação Mãos Limpas para garantir o retorno da credibilidade à classe política.

"Se há corruptos roubando dinheiro público, é porque há corruptores do outro lado e uma sensação de impunidade nas duas pontas", resume o bispo, nesta entrevista que concedeu a **cader-nos do terceiro mundo** na sede da regional oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Cuiabá.

Filho de um lavrador-vaqueiro, Casaldáliga, espanhol de nascimento, chegou ao Brasil como missionário, em 1968. No mesmo ano, optou pelo trabalho em Mato Grosso. Eram tempos difíceis, em pleno regime militar.

Com inúmeros livros editados, inclusive em catalão e castelhano, o bispo mantém sua postura progressista. Aos 72 anos, explica seu posicionamento com uma simples frase: "Pecado é não fazer política".

Religioso da Congregação dos Missionários Claretianos, D. Casaldáliga atua junto a pastorais, já dirigiu revistas, rádios, escreveu para jornais e até fez teatro. Com esse perfil sente-se autorizado a admoestar autoridades pilhadas em situações delicadas, do ponto de vista moral ou político.

Nesta entrevista, além de apontar a incompetência do Judiciário para punir a corrupção, pede a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as acusações que pesam contra o presidente Fernando Henrique Cardoso, fala da dívida externa, da ala progressista da Igreja e do trabalho com a prelazia, na região que costuma chamar de "nortinho".

✓ *Qual a análise que o senhor faz do governo Fernando Henrique Cardoso, atualmente?*

D. Pedro Casaldáliga Piá - Sobre tudo nas célebres comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, Fernando Henrique Cardoso mostrou por que vinha acumulando uma imagem negativa: porque no seu governo falta o diálogo, negando-se a conversar com a oposição, esquivando-se de críticas e até se negando a reconhecer o direito

dos povos, fato mais do que legítimo num processo democrático. A imagem do que foi a repressão dos povos indígenas na Bahia certamente deixa qualquer cidadão humilhado. Foi como me senti. O governo parece cínico. Além disso, reconhecemos que estamos submetidos a uma dívida bastante poderosa que, a cada dia, denigre ainda mais nossa imagem lá fora. Não adianta mentir, mentir e mentir. Chega a ser mesmo ridícula a encenação do escândalo que envolve o ex-secretário da Presidência. Por que não se aceita uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos? Se isso ocorresse, a população ficaria mais tranqüila.

✓ *Desde sua chegada ao Brasil, há 32 anos, o senhor considera que o país está mais corrupto?*

Casaldáliga - Acho que, atualmente, se conhece mais a corrupção. A mídia não tem dúvida de que há muitas possibilidades de corrupção e isso é esboçado diariamente, o que não ocorria em épocas anteriores. A famigerada distribuição de renda tem facilitado os atos de corrupção. E, se há corruptos roubando dinheiro público, é porque há corruptores do outro

"Os credores não cedem, porque nós, os países pobres, esquecemos a força que teríamos, se nos uníssemos"

lado e uma sensação de impunidade nas duas pontas.

✓ *O senhor acompanhou o assunto do escândalo Eduardo Jorge?*

Casaldáliga - Acompanhei pela mídia e lamento profundamente que não se faça uma CPI limpa, redonda, para apurar as denúncias. Ficaríamos todos mais tranqüilos e o prestígio do presidente só teria a ganhar, principalmente se ele não tiver culpa no processo. O povo assistiu estupefato à resposta do presidente, que disse assinar um documento sem saber o que estava assinando. Isso eu até aceitaria, porém, de um pobre sertanejo que dificilmente sabe ler. Agora, de um sociólogo... Essa desculpa do Fernando Henrique, além do mais, é muito pouco inteligente.

✓ *O que pensa do neoliberalismo?*

Casaldáliga - A política neoliberal é o capitalismo assassino. É onde o capitalismo é levado às últimas consequências, porque, mais mundializados do que estamos, impossível. A situação atual conflita com o que tinha antes. Ou seja, quando ainda havia regimes socialistas e comunistas, existia no mundo um certo equilíbrio de forças. Hoje, o capitalismo neoliberal tem as mãos livres, não existe complicador. Daí a bandalheira em que se encontra o Brasil em pleno ano 2000.

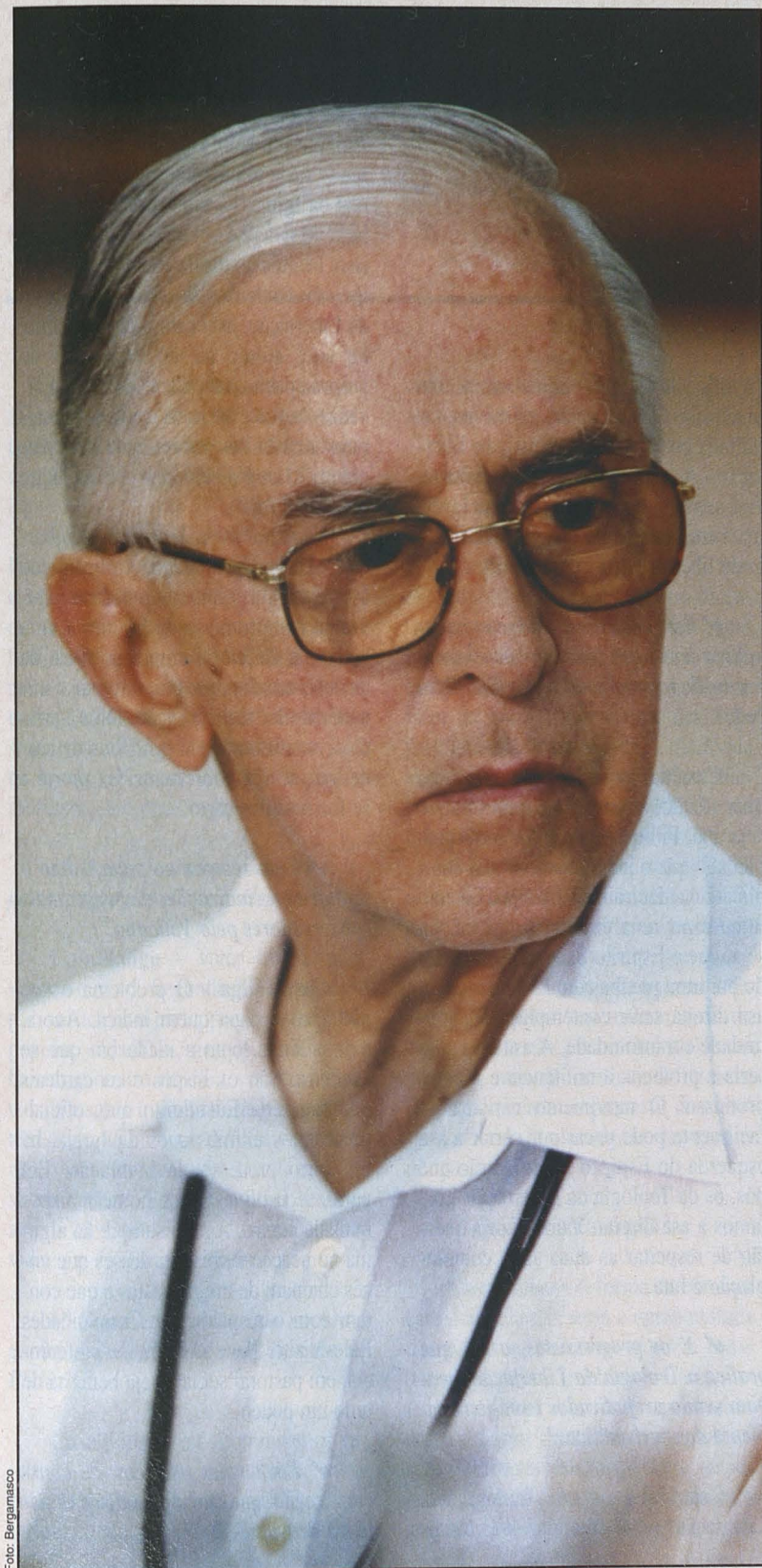


Foto: Bergamasco

"Apesar de todos os pesares, há muito mais consciência hoje do que há 30 anos, quando eu cheguei aqui. Há mais consciência, mais mobilização e mais organização"

✓ *Como o senhor define a globalização?*

Casaldáliga - É o capitalismo neo-liberal mundializado. Aliás, é inclusive uma palavra *gringa*, que já indica de onde é que vem o império persistente de hoje em dia. Eu sou a favor da mundialização, acho que até Deus é a favor da mundialização, porque a humanidade é uma só. Mas queremos outro tipo de mundialização. Um modelo que seja discutido, como, por exemplo, a mundialização da solidariedade, da partilha, de iguais oportunidades para os diferentes povos e para as diferentes pessoas e culturas. Longe de ideologias político-partidárias.

✓ *A Igreja Católica, hoje, apresenta um avanço do chamado setor carismático. Está aí, por exemplo, o padre Marcelo e outros que, de certa forma, acabam classificados de produtos. Como o senhor vê isso?*

Casaldáliga - Você sabe que há carismáticos católicos e carismáticos evangélicos. Isso é fruto, em parte, da religiosidade, da gente que está vivendo em um mundo terrível. Se apela mais facilmente para um tipo de religiosidade consoladora, estimulante, de curas, de milagres e consolação interior. Por outro lado, não tenho dúvida de que o povo do mundo inteiro passa mal e apela a essas religiões um pouco mais imediatistas. Se o povo da classe média pratica essa religião, isso não

significa dizer que não estariam com uma visão da religião cristã menos voltada por uma luta de justiça e libertação. A classe média, logicamente, fará sempre uma opção por uma Igreja mais carismática do que por uma igreja de libertação.

✓ *Esse crescimento do setor carismático, em tese, freia um movimento evangélico como o do bispo Edir Macedo?*

Casaldáliga - Se for carismático bem cristão, a pregação é a mesma, ou seja, Pai, Filho e Espírito Santo. O problema é que o imediatismo acaba complicando a decisão das pessoas. Eu costumo dizer uma expressão gráfica, ou seja, que o Espírito Santo é representado por uma pomba com as duas asas. A asa direita seria contemplação, a gratuidade e a intimidade. A asa esquerda seria a profecia, a militância e o compromisso. O movimento carismático facilmente pode pecar por cortar a asa esquerda do Espírito Santo. Dirão que nós, os da Teologia da Libertação, cortamos a asa direita. Vamos fazer questão de respeitar as duas asas, contemplação e luta.

✓ *E os progressistas, a ala que pratica a Teologia da Libertação, acabam sendo prejudicados com o crescimento dos carismáticos?*

Casaldáliga - A Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais

de Base (CEBs), essas igrejas que vocês chamam de progressistas não têm hoje, logicamente, o gancho publicitário que tinha anos atrás, quando era novidade. Isto, por um lado. De outro lado, já está muito mais diluída na própria vida normal da Igreja, há muitos textos e registros no Brasil e em outros países sobre isso. Muitos textos de encíclicas papais, que são também utilizados na Teologia da Libertação, esboçam este raciocínio. Se você quiser, há até expressões do próprio papa que podem parecer marxistas, como "os ricos cada vez mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres". Isso é dialético: o conflito entre trabalho e capital.

Eu acho que a Teologia da Libertação já deu uma grande contribuição à Igreja e abriu um caminho irreversível de compromisso da fé com a vida concreta, da Bíblia com a política, da terra com o céu, que era retomar o ministério da reencarnação. Nós, cristãos, acreditamos em um Deus de carne, que se fez pobreza, se fez morte e se fez ressurreição.

✓ *Com relação ao papa, como o senhor vê as indicações de bispos mais conservadores pelo Vaticano?*

Casaldáliga - O problema é que não é só o papa quem indica. Agora, menos ainda, com a idade em que se encontra. São os bispos e os cardeais que sugerem. Eu admito que, oficialmente, nos últimos anos da Igreja, há um certo processo de involução. Em parte, se faz questão de nomear bispos mais de centro. Agora, sempre há alguma nomeação de bispos, desses que vocês chamam de progressistas e que contam com o respaldo das Comunidades Eclesiais de Base. Atuam, de preferência, em pastoral social. Veja bem, há de tudo um pouco.

✓ *Em termos políticos, de conscientização, qual foi a grande conquista no Brasil, até hoje?*

**"Eu admito que, oficialmente,
nos últimos anos da Igreja,
há um certo processo de involução.
Em parte, se faz questão
de nomear bispos mais de centro"**

Casaldáliga - Sem dúvida, a consciência do povo. Apesar de todos os pesares, há muito mais consciência hoje do que há 30 anos, quando eu cheguei aqui.

Fruto disso, os movimentos populares e todo movimento da cidadania, essas marchas que estamos presenciando nos últimos anos, esse próprio plebiscito de agora contra a dívida externa, esse milhão de assinaturas contra corrupção eleitoral, o movimento dos sem-terra, as próprias pastorais sociais na Igreja. Há mais consciência, mais mobilização e mais organização.

✓ **O que o senhor diria sobre a participação popular nas eleições?**

Casaldáliga - Votar limpo, não vender o voto. Segundo lugar, participar, participar e participar, tanto na luta popular, cidadania, grupos de rua, de bairros e dentro de casa, participe. Em terceiro, saber que a maioria e os pobres têm a última palavra. A última palavra não é somente dos pobres pelo fato de serem maioria. É que, por último, essa é a opção de Deus: eu acredito no Deus da vida, que é o Deus dos pobres.

✓ **Como anda a sua luta no Araguaia, principalmente com relação à Prelazia?**

Casaldáliga - Nós continuamos na luta de sempre, lá naquele nortinho, que, com frequência, as autoridades e os meios de comunicação de Cuiabá esque-

cem. Só se lembram do nortão, que é mais produtivo, e esquecem do nortinho.

✓ **E a dívida externa?**

Casaldáliga - O encerramento da dívida externa é problema difícil, mas não impossível de resolver. Para incentivar a sociedade, paródio o líder popular venezuelano Simón Bolívar, dizendo que as pessoas devem primeiramente fazer as coisas impossíveis, deixando para amanhã o que é difícil. A dívida externa figura como a maior dependência dos países do Terceiro Mundo em relação aos países desenvolvidos.

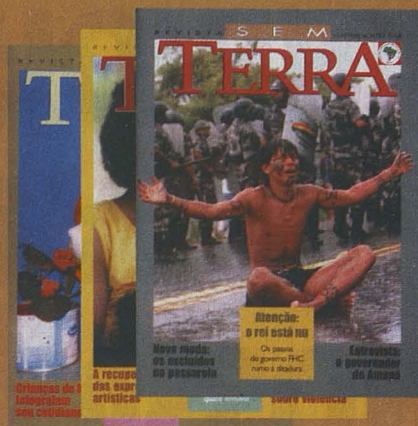
A dívida causa uma dependência visceral, constituindo um obstáculo de norte a sul. A manutenção do pagamento da dívida significa a maior guerra que já aconteceu na história da humanidade. Nenhuma guerra tem matado mais do que esta. Ela não é o holocausto de um povo só, mas de continentes inteiros. Dar continuidade ao processo de quitação da dívida implica deixar de pagar as dívidas sociais.

✓ **Qual seria a solução?**

Casaldáliga - A forma de eliminar esse mal pela raiz seria a união política dos países subdesenvolvidos em torno desse propósito. Se México, Chile, Argentina e Brasil se unissem, os fornecedores externos baixariam a cabeça.

Os credores não cedem, porque nós, os países pobres, esquecemos a força que nós teríamos, se algum dia nos uníssemos. ■

Assine a
Revista Sem Terra



A Revista Sem Terra
chegou ao seu 3º ano.
Se você ainda não conhece,
peça seu exemplar-cortesia.
E para receber os números
seguintes, faça sua assinatura!

Aqui você encontra, todo trimestre, reportagens, entrevistas e artigos sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais nacionais e internacionais. Envie seus dados (nome, endereço completo, telefone, correio eletrônico) juntamente com a opção de pagamento: cheque nominal à ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola ou depósito em conta Bradesco agência 0136-8 c/c 117138-0, em favor da Associação. Assinatura por 4 edições: R\$ 25,00 - Assinatura por 8 edições: R\$ 46,00

Revista Sem Terra
Al. Barão de Limeira, 1232 -
Campos Eliseos
01202-002 São Paulo - SP
revista@mst.org.br
http://www.mst.org.br





Novo endereço: Rua Conde de Lages, 44, Gr. 508 a 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP 20241-080

Tel.: (0XX21) 221-7511
Fax: (0XX21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

INDIQUE UM AMIGO PARA ASSINAR NOSSAS PUBLICAÇÕES

PROMOÇÃO SÓ PARA ASSINANTES

VOCÊ GANHA
desconto de

20%*

**NA RENOVAÇÃO
DE SUA ASSINATURA**

SEU AMIGO GANHA
uma revista grátis para avaliação e

10%*

**DE DESCONTO NO ATO
DA ASSINATURA**

Quanto mais amigos você indicar, mais você ganha

PREÇO DA ASSINATURA À VISTA (12 EDIÇÕES): R\$ 60,00

*Se validada a assinatura de seu amigo

PROMOÇÃO INDIQUE UM AMIGO

ENVIAR AO MEU AMIGO (assinale com um x)

- ☐ CADERNOS
☐ REVISTA DO MERCOSUL
☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

DADOS DO ASSINANTE

Nome:
E-mail:
Código:
Data de envio:/...../.....

DADOS DO AMIGO

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP:
Profissão:
E-mail:
Data de nascimento: / /

Um olhar sobre as etnias

Câmeras curiosas buscam o homem além da superfície e produzem um painel do brasileiro profundo e múltiplo

Tetê Duche

A VII MOSTRA INTERNACIONAL DO FILME ETNOGRÁFICO comprovou que filmes, vídeos e fotografias são hoje, mais do que nunca, produtos de investigação científica de primeira linha. Certificou ainda que a indústria audiovisual favorece o campo acadêmico da antropologia, ao permitir uma leitura precisa do comportamento humano, de seus confrontos e

das trocas entre os homens convivendo em sociedade. O público desfrutou a rara oportunidade de assistir, no Museu do Folclore, no Rio de Janeiro, a cerca de 70 filmes e vídeos, exibidos durante uma semana, uma maratona de documentários brasileiros e das mais recentes produções estrangeiras do gênero.

Segundo Patrícia Monte-Mór, curadora do evento e coordenadora do Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), "esta sétima edição do

festival confirmou como cinema e antropologia encontraram um fórum singular, onde os debates ganharam maturidade e se ampliaram, reunindo especialistas em ciências sociais e cinema, estudantes e o público leigo".

Um dos pontos altos da mostra foi o grande número de documentários relatando a realidade brasileira das periferias dos grandes centros urbanos. A favela esteve presente ainda na homenagem à vida e obra do cineasta Nelson Pereira dos Santos, agora com 70 anos.



Fotos: Divulgação

A imigração pomerana no Espírito Santo foi o tema do documentário 'Passado presente', do diretor Luís Eduardo Lerina, que ficou com o prêmio Manuel Diégues Júnior, na categoria de contribuição à área etnográfica, além do prêmio de Melhor Documentário da ABD



Ao falar do primeiro CD, que vai lançar em breve, Adão é só alegria. O CD inclui quinze das quase 500 músicas que ele fez ao longo da vida

Um filme e 500 canções

A realidade das favelas esteve presente em muitas produções audiovisuais da VII Mostra Internacional do Filme Etnográfico, mas o Morro do Cantagalo, no Rio de Janeiro, foi o cenário ideal para revelar a vida do compositor Adão dos Santos Tiago, 54 anos. Ele é autor de cerca de 500 canções, mas nunca teve uma composição gravada - chance que vai ter em breve, graças a mais uma reviravolta que o destino deu em sua vida. Como tantas outras.

Pobre, negro, semi-analfabeto que sobrevivia fazendo biscates, Adão ficou paraplégico antes dos 30 anos, depois de baleado quando reagiu a um assalto em Belford Roxo, Baixada Fluminense.

Ali, ele já sentia que estava marcado para ser mais uma vítima do sistema capitalista: um marginal. "Sou

muito complexo. Minha vida é sofrida. É por isso que faço música. É o meu lado meio sacerdotal de levar uma mensagem às pessoas e de criticar essa globalização e esse FMI, que para mim significa fome e miséria internacional, um leão que nos sufoca", define-se. Ele explica que adotou o nome artístico de Adão Dãxalebaradã que, em iorubá, quer dizer princípio, meio e fim.

Filho de empregada doméstica, Adão tem nove irmãos. "Antes de eu nascer, minha mãe tinha perdido dois filhos e a aconselharam a batizar o próximo de Adão. Assim, ela não perderia mais nenhum. Eu sou solteiro e tenho cinco netos. Sempre vivi acompanhado. Hoje, vivo apenas na companhia de minha filha Luanda, que participa do projeto Dançando para não Dançar, coordenado pela bailari-

na Teresa Aguiar", explica ele ao contar um pouco de sua trajetória.

Personagem principal do curta-metragem *Somos todos filhos da terra*, uma criação coletiva dos cineastas Daniela Thomas, Walter e João Moreira Salles e Katia Lund, Adão Dãxalebaradã despertou a atenção do grupo que filmava o *Notícias de uma guerra particular*, documentário sobre o universo do narcotráfico no Morro do Cantagalo, entre outras favelas cariocas. Aliás, tóxico é um assunto que ele conhece bem.

Ex-trafficante de maconha, "vendia para sobreviver. Naquela época, o tráfico não era essa facção, não", defende-se, ao dizer que foi preso duas vezes, e que seu advogado de defesa foi ele mesmo "quando viu a luz do mundo e conseguiu sair dessa caverna escura". Em criança chegou a ser internado no extinto Serviço de Amparo ao Menor algumas vezes, "lá onde a criança chora e a mãe não vê", diz Adão emocionado, lembrando o passado difícil.

Mas, ao falar do primeiro CD, que vai lançar em breve pela Gravadora Panasonic, Adão Dãxalebaradã é só alegria. Produzido por Antonio Pinto, o lançamento vai incluir quinze das quase 500 músicas que fez ao longo da vida. O que, para ele, é um estímulo para continuar criando seus funks e raps de cunho social.

Um dos pioneiros do Cinema Novo, Nelson foi lembrado pela inserção da favela em *Rio, 40 graus*, de 1955, quando o assunto entra no cinema brasileiro pela primeira vez.

Pomeranos, carnaval e fé

A imigração pomerana no Espírito Santo foi o tema do documentário *Pasado presente*, do diretor Luís Eduardo

Lerina, que ficou com o prêmio Manuel Diégues Júnior, na categoria de contribuição à área etnográfica, além do prêmio de Melhor Documentário da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD). O filme recupera a história dessas pessoas que desembarcaram no estado na segunda metade do século XIX, instalou-se numa região remota e montanhosa e lá se manteve isoladas por quase um século. Esta condição permitiu que chegassem às portas do século

XXI com suas tradições intactas e com o dialeto pomerano bem conservado.

Outro filme premiado (Desenvolvimento e Pesquisa do Roteiro, e Renovação de Linguagem) foi *Filhos de Gandhi*, de Lula Buarque de Hollanda, que buscou retratar o universo carnavalesco baiano, enfocando a já tradicional agremiação cultural popular de Salvador. Depoimentos dos fundadores e de integrantes mais recentes reconstituíram o universo cultural que envolve o bloco.



O diretor João Moreira Salles ganhou o prêmio de Concepção e Realização com um filme que enfoca a expansão de seitas evangélicas, mostrando o nascimento de uma igreja pentecostal, a Casa de Oração Jesus é o General, no subúrbio carioca de Santa Cruz

Santa Cruz, do agora polêmico diretor João Moreira Salles, ganhou o prêmio de Concepção e Realização, ao enfocar outro tema de profunda atualidade: a expansão de seitas evangélicas.

O filme mostra o nascimento de uma igreja pentecostal, a Casa de Oração Jesus é o General, no subúrbio de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Na apreciação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Saúde e Cultura (Unesco), que premiou a obra, *Santa Cruz* estimula a cultura da não-violência e o respeito à diversidade da paz.

Somos todos filhos da terra, obra coletiva de Daniela Thomas, Walter e João Moreira Salles e Katia Lund, recebeu a distinção oferecida pela Organização Católica Internacional do Cinema e do Audiovisual (Oci do Brasil) pelo

seu valor humano. O filme examina a vida do favelado carioca Adão Xelebaradã, um paralítico que se locomove em cadeira de rodas e que de sua realidade já extraiu 500 composições musicais, sem ter ainda conseguido gravar uma sequer. (Ver quadro.)

A fotografia também marcou presença na mostra, através da exposição do professor e antropólogo Milton Guran, que atraiu o público para ver e ouvir sobre povos indígenas - ianomâmis, caia-pós, xavantes, entre outros - e também sobre descendentes africanos de ex-escravos brasileiros que fizeram o caminho de volta após a abolição.

Em *Agudás, os brasileiros de Benin* (ed. Nova Fronteira), Guran focaliza o enclave cultural brasileiro na costa oeste africana. ■

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para
(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço da assinatura é de R\$ 72,00, mas estamos com uma promoção POR TEMPO LIMITADO (até 30/11/00), de R\$ 60,00 (à vista).

Pode enviar cheque nominal à Editora Terceiro Milênio ou solicitar envio de boleto bancário.

Estamos à sua disposição de segunda Segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:
NOVO ENDEREÇO



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br

Comércio externo cada vez mais desigual

Mais uma vez, as previsões sobre os resultados do balanço comercial do Brasil foram superadas por uma realidade que não parece estar ao alcance da equipe econômica do governo. Longe, muito longe de um superávit de 2,8 bilhões de dólares - mais ainda dos 5 bilhões previstos no começo do ano -, os números até setembro revelam o acumulado de 717 milhões. Isto, depois de deduzida a importação de dois aviões para a Vasp, no valor de 370 milhões de dólares, de repente devolvidos e transformados em exportação para comporem um saldo positivo virtual. Sem esse artifício, o acumulado até setembro não teria passado de 347 milhões.

O retrato da situação do comércio externo brasileiro está num trabalho realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), instituição mantida pelo empresariado industrial. O estudo revela, que, no período 1994-1998, o aumento de 14,4% nas importações teve como contraparti-

da um aumento de apenas 4,1% das exportações, e, entre 1991 e 1994, o contraste foi entre importações de 16,2% e exportações de 11,4%.

Na contramão

Afinal, o que aconteceu no período de 1994 a 1998? Simplesmente, o Brasil acusou perdas em segmentos do mercado, nos quais a demanda se expandira.

Sua participação caiu de 24%, em 1991-1994, para 18% em 1994-1998 e nos segmentos em que a demanda se retraiu, tendo obtido ganhos nos bolsões onde a demanda se estabilizou. Por fim, experimentaram retrocesso de 105 para 87 as fatias do mercado nas quais o país exibiu vantagens comparativas, entre 1994 e 1998.

Até mesmo nos setores classificados como ótimos, o Brasil viu declinar a sua participação, de 28% (1991-1994) para 18% (1994-1998). Ao longo de cinco anos de exportações reprimidas por uma taxa de câmbio que só estimu-

lava as importações, com o objetivo de fazer a inflação nivelar-se à inflação do Primeiro Mundo, os exportadores brasileiros deixaram de acompanhar as alterações no perfil da demanda no mercado internacional, notadamente dos manufaturados.

Em meio a tudo isso, destacaram-se o declínio dos preços dos nossos produtos e a agressiva investida dos países do Sudeste Asiático no mercado internacional, ao se recuperarem da crise que os atingiram em 1997-1998.

O aumento do volume físico das exportações brasileiras revelou-se insuficiente para compensar as perdas resultantes das relações de troca adversas. Para poderem competir, os exportadores nacionais tiveram de reduzir mais ainda os preços dos seus produtos.

Durante cinco anos seguidos (1995-1999), o Brasil ostentou - e com certo orgulho da equipe econômica, principalmente do então presidente do Banco Central - sistemáticos déficits na conta de mercadorias e na conta corrente.

A política econômica dos últimos anos fez evaporar os saldos comerciais substanciais que o país registrava. Desde então, as importações apresentam grande crescimento

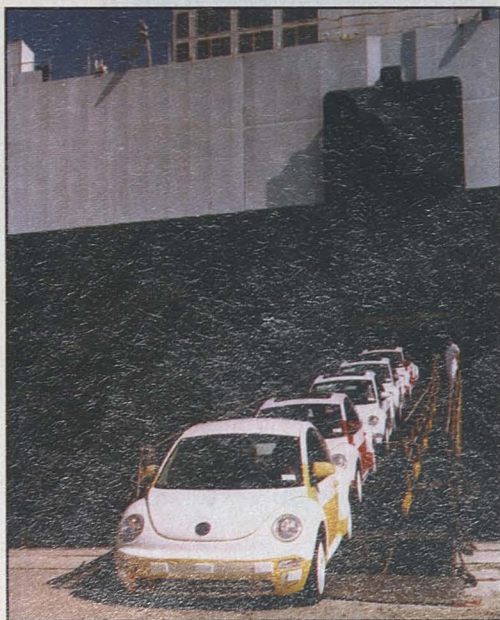


Foto: Divulgação



Colaboraram também para isso os déficits enormes no item transporte, da conta de serviços, depois da chamada "nova abertura dos portos".

O presidente do Banco Central, professor Gustavo Franco, dizia e repetia, então, que já não precisávamos de superávits para atender aos compromissos externos, uma vez que os déficits eram compensados pela entrada de recursos externos, via conta de capital. Tal disparate sinalizava a retomada do endividamento externo a um ritmo e em volumes que denunciavam insensatez por parte da equipe econômica.

Caímos no círculo vicioso do descompasso entre o aumento absurdo das importações e o insignificante incremento das exportações. O epílogo disso

tudo foi o colapso cambial de 1999, aliás previsto com grande antecipação por economistas mais sensatos.

Com a maxidesvalorização do ano passado, empresários mais otimistas passaram a depositar esperanças na retomada rápida da substituição de importações, pois havíamos passado a comprar no exterior bens antes produzidos pela indústria instalada no país.

Mas a pretensão esbarra em graves distorções que o modelo neoliberal introduziu na estrutura e na dinâmica do nosso comércio externo, agravando outras existentes desde os anos do milagre: nossas transações comerciais externas, em mais de 80%, são realizadas entre empresas estrangeiras, que exercem domínio quase completo sobre este setor. ■

UNCTAD condena privatizações

Por convicção ideológica, ou por haver conscientemente aceitado a perversa incumbência de dar orientação subalterna à inserção do Brasil na economia mundial, o atual governo federal vem se mostrando de extrema passividade diante das pressões externas, sem esboçar a menor resistência às imposições das transnacionais e do Grupo dos Sete.

No começo do seu primeiro mandato - fiel à teoria da dependência que, na prática, "enriqueceu", acrescentando-lhe matizes neoliberais -, o presidente FHC deu ênfase aos empréstimos externos e à atração de capitais especulativos, remunerados a taxas de juros estratosféricas, para dar lastro ao real e exibi-lo como moeda forte, mais forte até que o dólar.

Progressivamente, ao longo do seu primeiro quadriênio, passou a incorporar ao Programa Nacional de Desestatização (PND) empresas que antes estavam fora desse objetivo, como, por exemplo, as do Sistema Telebrás e a

Vale do Rio Doce, em nome do pagamento das dívidas interna e externa e de supostos investimentos no social. O que o governo perseguia, de fato, porém, era o cumprimento dos compromissos decorrentes das dívidas interna e externa e o propósito de inflar as reservas cambiais, para fazer face à crise, que se anunciava já nos primeiros seis meses do primeiro mandato, com os reflexos da crise do México, e que acabaria por eclodir com toda a sua força em 1999, quando o chamado "ataque especulativo" subtraiu mais de 50 bilhões de dólares das reservas, de 76 bilhões.

Há quase um ano, o estoque da dívida externa está congelado em 220 bilhões de dólares. A dívida interna rompeu a barreira dos 500 bilhões de reais. Até dezembro próximo, o serviço da dívida externa e outros compromissos vão consumir cerca de 80 bilhões de dólares, enquanto os juros da dívida pública absorverão 120 bilhões de reais. Esgotada a fonte das estatais, a insolvência externa poderá não tardar muito. ■

PARA CONFERIR... DEPOIS

Em Londres, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, reuniu cerca de 200 empresários representantes dos principais grupos da área de telecomunicações, banqueiros e diretores da Bolsa de Valores de Londres num seminário sobre telecomunicações no Brasil. Na exposição sobre as oportunidades que o país vem oferecendo depois de privatizado o Sistema Telebrás, o ministro afirmou que a economia brasileira deverá crescer acima de 4% este ano, +5%, ou, quem sabe, 6% em 2001, podendo alcançar 7% ou 8% em 2002+. Como a equipe econômica do governo de FHC não consegue acertar sequer nos resultados do balanço comercial em projeções para seis meses, o jeito é esperar para conferir os números reais a serem apurados.

ALONGAMENTO DIFÍCIL

✓ O alongamento do chamado perfil da dívida pública interna ainda não passou de um desejo do presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Se conseguir transformá-lo em realidade, será muito bom para o Brasil. Mas os banqueiros não vêm demonstrando boa vontade, quando recebem o aceno para debater a questão. Seria bom para o Brasil. Na Itália e na Bélgica, como proporção dos respectivos PIBs, as dívidas internas dos dois países chegam a mais de 120%. E não oferecem problemas. Porque os prazos são longos, muito longos. No Brasil, entretanto, não obstante corresponder a pouco mais da metade do PIB, a dívida pública é rolada em prazos muito curtos, enquanto os juros são muito altos, estratosféricos.

CONTRADIÇÃO

✓ A grande imprensa vem se esmerando no destaque à chamada volta do crescimento, mas sem convencer. Economistas mais cautelosos recomendam prudência nos comentários. Os juros estão muito elevados, a massa de salários continua comprimida, os constrangimentos externos se agravam. Levantamentos feitos em vários segmentos da indústria e no setor comercial revelam a queda de até 20% nas vendas em setembro, tomado como base de comparação o mês de agosto. A expectativa, porém, é de retomada da expansão industrial no mês de outubro.

Foto: AFP



Dolarizando a economia de seu país, Noboa ligou o destino de seu país ao dos EUA

Perda de soberania

“A adoção do dólar como moeda oficial compromete a democracia no Equador”.

A afirmação é do representante do Banco Mundial (Bird) naquele país, Augusto de la Torre, na conferência de dirigentes de bancos centrais, acadêmicos e funcionários de organismos de ajuda financeira da América Latina, Caribe e Estados Unidos, patrocinada pelo Instituto Norte-Sul, do Canadá. O tema central do evento foi o abandono da moeda nacional e sua substituição pelo dólar norte-americano como instrumento de combate à inflação.

Embora a maioria dos representantes dos bancos centrais apóie a estabilidade que a dolarização pode propiciar, muitos vêem com reserva esta vantagem, pois implica perda de soberania dos países, que transferem para o Federal Reserve norte-americano a concepção e a execução de suas políticas monetárias.

Augusto de la Torre apóia a dolarização pela estabilidade que assegura aos países sacrificados por anos segui-

dos de hiperinflação, mas sublinha as suas conseqüências em termos de redução da importância dos governos nacionais e do fortalecimento das oligarquias antidemocráticas, beneficiárias das crises monetárias e da substituição da moeda nacional pelo dólar.

Por ocasião do encerramento da conferência, em Ottawa, De la Torre lembrou que, ao adotar o dólar como moeda nacional, em setembro último, o Equador vem assistindo ao agravamento da corrupção no seu sistema econômico, que abriu maior espaço para a atuação reforçada das oligarquias tradicionais.

Apesar de o aumento do preço do petróleo ter permitido ao Equador ampliar as suas reservas em dólares e fortalecer a economia, o país desperdiça a oportunidade de ouro de erguer os muros de contenção necessários em uma economia dolarizada, como nos setores financeiro, mercado de trabalho etc.

O Equador recebeu um inesperado presente no mercado do petróleo, mas

nada conseguiu poupar - observou De la Torre. O governo não teve como impedir que a elite equatoriana debilitasse o sistema bancário com um dos mais elevados índices de inadimplência (50%) em um país de moeda dura. A seu ver, os fundamentos da economia melhoraram, mas o custo disso tudo tem assumido a forma de erosão da força e da importância das instituições do Estado. O governo do Equador perdeu significativamente a capacidade de intervir na economia. Fato lamentável, acrescenta, é que, agora, a política se torna cada vez menos importante no país.

Grande parte da capitalização tem como fonte as reservas em dólares dos bancos centrais, que, no caso do Equador, foram desperdiçadas em empréstimos sem retorno concedidos a empresas de grande risco das elites, concluiu De la Torre.

Fim da soberania

Ex-diretor do Banco Central de Barbados, Courtney Blackman também concorda que a dolarização subtrai o poder do Estado e dos bancos centrais, que são o último recurso para obtenção de empréstimos em épocas de crises financeiras. Os bancos centrais, lembra Blackman, já não têm qualquer função em países como a Argentina, que atrelaram suas moedas ao dólar. Agora, tais bancos não passam de organizações similares às débeis instituições criadas pela Grã-Bretanha no Caribe, durante o período colonial. A diferença é que os Estados Unidos tomam as suas decisões em matéria de política cambial sem levarem em consideração as necessidades dos países dolarizados.

"Os países do Hemisfério Norte permitiram o colapso do Equador e de outras nações, que aceitaram o dólar, porque são pequenos. Os EUA aceitam a imposição do poder do seu Banco Central, mas sem considerarem os fundamentos econômicos dos países dolarizados", diz Courtney Blackman. ■

Pressões e críticas às privatizações

Em Praga, por ocasião da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, em setembro, entre afagos e elogios ao governo de FHC pelo cumprimento das determinações do FMI, o vice-diretor-gerente da instituição, Stanley Fischer, exigiu do nosso país mais privatizações, incluindo o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES, em nome da "maior eficiência do sistema financeiro brasileiro".

Já o diretor-gerente do FMI, Horst Koehler, procurou amenizar a imposição de Fischer com esta declaração: "Não se deve ser ingênuo e dizer que a privatização, por si só, resolve todos os problemas. Não há uma nova ideologia segundo a qual só o privatizado é a resposta." Em seguida, acrescentou: "A privatização é a direção principal, porque temos evidência de que é mais eficiente, há mais acesso ao capital e mais consciência sobre como lidar com recursos escassos."

O economista-chefe da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), Ylmaz Akyuz, no entanto, lembrou que o Brasil tem obtido volumosos recursos externos por conta das privatizações, aproveitando-se do fato de ter sido o último a surfar na onda neoliberal.

Por outro lado - contrapôs Akyuz -, o país ficará sem ativos, e esta não é uma forma correta, nem viável, de financiar déficits estruturais. ■

Indicadores Brasil 2000

Reservas Cambiais - 2000

MÊS	EM (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	38
FEVEREIRO	37
MARÇO	27
ABRIL	28,031
MAIO	28,570
JUNHO	29,122
JULHO	29,214
AGOSTO	31,78
SETEMBRO	32
OUTUBRO	--
NOVEMBRO	--
DEZEMBRO	--

Taxas Básicas de Juros %

Brasil	16,5
EUA	6,5
Inglatera	6,00
Banco Central Europeu	4,53
França	5,40
Alemanha	4,25
Japão	0,23

Inflação - 2000 (em %)

MÊS	IPCA	IGP-DI
JANEIRO	0,62	1,24
FEVEREIRO	0,13	0,19
MARÇO	0,23	0,18
ABRIL	0,42	0,13
MAIO	0,01	0,67
JUNHO	0,30	0,93
JULHO	1,61	2,26
AGOSTO	1,31	1,82
SETEMBRO	0,23	0,69
OUTUBRO	--	--
NOVEMBRO	--	--
DEZEMBRO	--	--

Balanco Comercial 2000

MÊS	EM (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	-94
FEVEREIRO	78*
MARÇO	42
ABRIL	183
MAIO	392
JUNHO	258
JULHO	298
AGOSTO	97
SETEMBRO	717
OUTUBRO	--
NOVEMBRO	--
DEZEMBRO	--

*Dados do Secex

Investimentos Externos (Diretos) 2000

MÊS	SALDO (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	3,012
FEVEREIRO	2,053
MARÇO	1,627
ABRIL	1,627
MAIO	1,664
JUNHO	3,167
JULHO	5,101
AGOSTO	2,378
SETEMBRO	--
OUTUBRO	--
NOVEMBRO	--
DEZEMBRO	--

* Em US\$ Bilhões

Principais Países Industrializados (1999) - OCDE

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPAÑA	ITÁLIA
PIB*	1.300	1.904	1.473	8.305	3.990	501,8	980
INFLAÇÃO	+0,2% (JUN)	+0,6% (JUN)	+0,4% (MAI)	+0,1% MAI	-0,5% (JUN)	+0,2% (MAI)	+0,3% (MAI)
DESEMPREGO	-0,7% (MAI)	-1,7% (JUN)	-0,8% (MAI)	+4,5% MAI	-5,8% (MAI)	-2% (JUN)	ND
PROD. INDUST.	-0,2% (ABR)	+1,5% (ABR)	+0,1% (MAI)	+0,4% MAI	+0,2% (MAI)	-15,6% (ABR)	-0,7% (ABR)
SALDO COMERCIAL*	+0,3 (ABR)	+5 (ABR)	-3,3 (FEV)	-28,6 (FEV)	+11,1 (FEV)	-3,4 (MAR)	+0,3% (ABR)

Previsões para 2000

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPAÑA	ITÁLIA
CRESCIMENTO	+3,5%	+2,7%	+3,0%	+4,6%	+0,6%	+3,6%	+2,8%
INFLAÇÃO	+1,4%	+1,6%	+2,1%	+2,9%	-0,1%	+2,6%	+2,6%
DESEMPREGO	+9,0%	+9,3%	+4,0%	+4,2%	+5,0%	+14%	+11%

Fotos: AFP

Argentina

Reforma política para conter a crise

A resposta do presidente Fernando de la Rúa à crise vivida nos últimos meses - iniciada após denúncias de corrupção no governo - veio na forma de um projeto de lei que pretende dar transparência aos recursos movimentados por partidos políticos e autoridades a eles ligados, que passarão por controle da Auditoria Geral da Nação. A reforma política, que permitirá aos cidadãos ter acesso aos dados auditados, conta com o consenso de diferentes setores da sociedade, que espera a sua aprovação imediata pelo Congresso.

O projeto estabelece tópicos sobre gastos de campanha e regras para o financiamento da atividade política, que será canalizado por um fundo estatal permanente e por um aporte adicional permitido ao setor privado que, no entanto, será limitado a 40 mil dólares por pessoa e 200 mil por empresas.

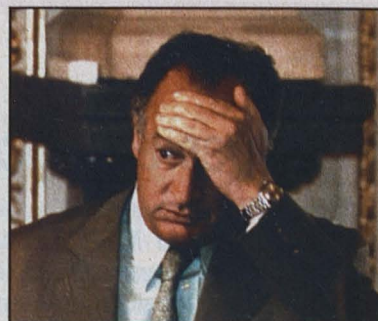
Desta maneira, o governo toma uma primeira atitude de longo prazo para conter a denúncia de corrupção no país, fenômeno que, segundo reiteradas denúncias do ex-vice-presidente Carlos "Chacho" Alvarez, se fundamenta no cada vez mais oneroso financiamento

da atividade política argentina. Alvarez renunciou ao cargo no início de outubro após as denúncias de corrupção no governo.

O pivô da crise foi o banqueiro Fernando de Santibañes, que renunciou no final de outubro ao posto de chefe do Serviço Secreto (Side), alegando "motivos pessoais". Ele é o principal suspeito de ter feito o pagamento de suborno a senadores para a aprovação de uma lei trabalhista exigida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e defendida pelo presidente De la Rúa. A lei elimina quase todas as conquistas dos sindicatos argentinos nas últimas cinco décadas.

Santibañes é dono de uma fortuna calculada em 175 milhões de dólares. A Secretaria de Investigações do governo federal (Sigen) revelou que a Side havia declarado o uso de 22 milhões de dólares como "gastos pessoais", quando, na verdade, o dinheiro fora depositado na conta bancária de Santibañes. E, supostamente, usado para pagar os subornos.

Como presidente do Senado, Carlos Alvarez pediu a renúncia dos legisladores envolvidos e dos membros do gabinete presidencial apontados como



Fernando de Santibañes: pivô da crise

suspeitos. No entanto, o ex-ministro do Trabalho, Alberto Flamarique, também citado no escândalo, deixou o posto e foi promovido por De la Rúa ao cobiçado cargo de secretário-geral da presidência. Esta decisão, intolerável para Alvarez, acabou levando à renúncia da vice-presidência.

Segundo analistas políticos argentinos, a recomposição da coalizão entre a União Cívica Radical (UCR), do presidente, e a Frente do País Solidário (Frepasso), mais à esquerda, do ex-vice-presidente, será muito difícil, mesmo com a reaproximação de ambos.

Carlos "Chacho" Alvarez pretende construir um movimento com participação da cidadania para impulsionar a luta contra a corrupção na política que ocorre na Argentina.

As consequências somavam até fins de outubro a retirada da coalizão de três deputados socialistas em desacordo com o rumo geral do governo, que não consegue reativar a economia, aumentar o emprego e combater cabalmente a corrupção. Outros quatro parlamentares, três da Frepasso e um da União Cívica Radical, anunciaram que vão deixar o bloco.

De la Rúa assumiu a presidência do país em dezembro do ano passado prometendo investigar as denúncias de corrupção institucionalizada que pairavam sobre os dez anos de seu antecessor, Carlos Menem, do Partido Justicialista (PJ), na oposição.

A Argentina convive hoje com 15,4% de desempregados, enquanto o índice de pobreza aumentou de 27,2% para 30%. Para reativar a economia, De la Rúa divulgou um pacote de medidas que inclui a venda de parte do principal banco estatal, a redução dos impostos pagos pelas empresas e a eliminação da base do Imposto de Bens Pessoais.



Trabalhadores argentinos protestam contra a política econômica do governo. O país convive há dois anos com a estagnação de sua economia e 15% de desempregados

Globalização

Brasil sediará Fórum

Social Mundial

O Brasil sediará o primeiro Fórum Social Mundial, que reunirá representantes da sociedade civil contrários às políticas neoliberais, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird), além da Organização Mundial do Comércio (OMC). O evento nasce como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, e será realizado todos os anos simultaneamente ao encontro de Davos, na Suíça, que, por sua vez, engloba acadêmicos e governos de comum acordo com as regras da globalização econômica.

O primeiro Fórum Social, de 25 a 30 janeiro, será sediado em Porto Alegre, criando um espaço político de resistência ao modelo neoliberal. Sua proposta é defender os direitos humanos, a justiça social e a proteção ao meio ambiente, estudando novos caminhos para o mundo.

Movimentos populares de todo o mundo apóiam a iniciativa. Entre os palestrantes já confirmados, estão a ex-primeira-dama de Moçambique e mulher de Nelson Mandela, Graça Machel; o escritor uruguaio Eduardo Galeano; o economista francês François Chesnais; o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado e o líder do movimento estudantil indonésio, Dita Sari. A organização do encontro está a cargo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) - organização não-governamental fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho -, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros.

Assim como nas últimas reuniões convocadas pelo FMI, OMC e Bird, os participantes do Fórum Social também programam protestos contra a globalização econômica que tem beneficiado companhias transnacionais e países do Primeiro Mundo.



Soldados do Exército cortam plantas de coca na localidade de Isinuta, a 200km de Cochabamba. A erradicação das plantações tem sido intensificada com o acompanhamento militar para prevenir possíveis ataques de narcotraficantes

Bolívia

Protestos generalizados

As manifestações que se generalizaram na Bolívia, provocando a morte de 10 camponeses em choques com a polícia e o Exército, ameaçaram a governabilidade do presidente Hugo Banzer, objeto de crítica dos plantadores da folha da coca, e também de professores, estudantes universitários e jornalistas. Ao final de 27 dias de protestos, o governo ofereceu aos "cocaleiros" 80 milhões de dólares - financiados pelo governo norte-americano - a título de ajuda para que substituam o cultivo da folha de coca por outros, como abacaxi e banana.

Assim como muitos países da América Latina, o plano antidrogas na Bolívia, iniciado há quatro anos, dispõe de apoio econômico dos Estados Unidos. Em Chapare, a maior região produtora, o governo reduziu as plantações de coca de 38 mil hectares para 2,3 mil, com a perspectiva de extingui-las por completo daqui a dois anos. Foi justamente neste local, próximo à capital, que os protestos foram mais intensos, com o fechamento da estrada que liga La Paz a Santa Cruz

de la Sierra. A Bolívia enfrentou graves problemas de abastecimento de alimentos, remédios e matérias-primas para as indústrias.

Os camponeses não aceitam a erradicação total do cultivo da coca e são contrários à construção de três quartéis militares na região. Para pôr fim à manifestação, o governo ofereceu a ajuda financeira e desistiu dos quartéis, mas os cocaleiros concordaram apenas com uma trégua para negociar com o governo.

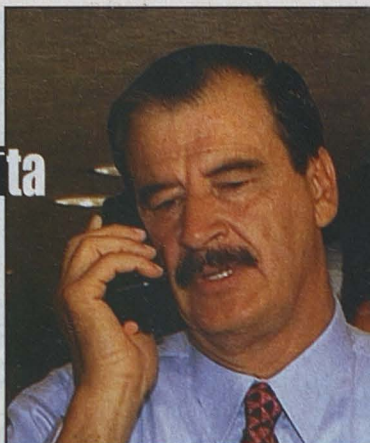
Mas o acordo não acabou com o descontentamento dos bolivianos, que continuaram saindo às ruas para protestar contra o governo e reivindicar uma nova constituição política. A Bolívia tem oito milhões de habitantes, 70% deles em situação de pobreza. O país vive atualmente uma recessão atribuída parcialmente ao impacto econômico da erradicação das plantações de coca, que teria deixado de movimentar 500 milhões de dólares. Na década de 80, calculava-se que este cultivo, base para a produção da cocaína, representava cerca de 8% do Produto Interno Bruto.

México

Um giro para a direita

As primeiras entrevistas informais concedidas pela futura equipe do presidente eleito do México, Vicente Fox, indicam que seu governo se inclinará muito mais para a direita do que para o centro. Durante a campanha, Fox - do centro-direitista Partido da Ação Nacional (PAN), que conseguiu encerrar 40 anos de PRI no poder - expressava com frequência sua indignação com a pobreza que atinge a grande parte da população mexicana. Agora, seu futuro ministro das Finanças, Ernesto Derbez, ex-funcionário do Banco Mundial, fala em aumentar em 15% os impostos sobre a venda de alimentos e remédios. Apesar de a idéia impactar principalmente os mexicanos de baixa renda, Derbez diz que sua prioridade é sanear a situação fiscal.

Fox declarou ao jornal *Clarín*, da Argentina, que será mais crítico em suas relações com Cuba, país que vinha recebendo apoio incondicional do PRI há 40 anos. O presidente cubano Fidel Castro acredita que caso o republicano George W. Bush resulte vencedor na corrida presidencial dos EUA, Fox será ainda mais duro em sua política em relação à ilha. Vicente Fox toma posse em dezembro.



Vicente Fox toma posse em dezembro

A vitória do PAN tem estimulado no interior do país, em estados e municípios governados pelo partido do futuro presidente, campanhas do que eles chamam de "moralização". O estado natal de Fox, Guanajuato, sob sua administração até o ano passado, aprovou o aborto como crime sujeito a pena de prisão de seis meses a três anos para a mulher que interromper a gravidez. A medida foi aprovada em agosto passado.

Na cidade de Juárez, fazer gestos obscenos também se tornou crime, e em Córdoba e Vera Cruz os governos locais retiraram os gays das ruas. A Igreja Católica, frequentada todos os domingos por Fox desde o anúncio de sua vitória, tem apoiado essas iniciativas. (John Ross, com IPS, de Notícias Aliadas)

Colômbia

Plano de Guerra

Cerca de cem representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN) afirmaram, em reunião que terminou em 19 de outubro, em San Jose, Costa Rica, que o Plano Colômbia causará mais violência no país nos próximos meses. Os participantes do "Encontro Internacional sobre Paz, Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário na Colômbia", inclusive o ministro colombiano de Desenvolvimento, Augusto Ramírez Ocampo, se comprometeram a trabalhar por uma solução pacífica do conflito. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o principal grupo rebelde do país, não participaram da reunião por razões de segurança.

Segundo os dirigentes da ELN, a estratégia de combate ao narcotráfico, montada com o apoio dos Estados Unidos, atingirá principalmente pequenos camponeses que cultivam folhas de coca e não os grandes traficantes. "O plano é de guerra e, se for aplicado, o conflito será maior", alertou Ramiro Vargas, da ELN.

A estratégia de combate ao narcotráfico impulsionada pelo governo Andrés Pastrana está orçada em 7,5 bilhões de dólares, dos quais a Colômbia aportará 4,5 bilhões e os Estados Unidos, 1,3 bilhão, 80% deste montante destinado à ajuda militar. (Ver cadernos do terceiro mundo 223, matéria de capa sobre Colômbia.) O governo espera completar a verba com recursos de organismos multilaterais e de países que respaldem o processo. As nações vizinhas, no entanto, relutam em conceder auxílio.

A três meses da implementação do Plano, marcado para janeiro, os confrontos entre guerrilheiros das Farc e as Forças Armadas se intensificaram, forçando o deslocamento de centenas de colombianos para fora das zonas de conflito. Somente na cidade equatoriana de Nova Loja, chegam a cada dia aproximadamente 200 pessoas, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). Segundo a ONG Comissão Colombiana de Juristas, 14 pessoas morrem a cada dia no país, devido à violência política.



O governo da Venezuela vai vender petróleo em condições preferenciais para dez nações da América Central e do Caribe, devido à alta do barril no mercado internacional. Na foto, os presidentes de Honduras, Carlos Flores (à esq.), e do Panamá, Mireya Moscoso, o vice-presidente da Guatemala, Juan Francisco Reyes López, e o ministro de Serviço Público e Energia de Belize, Maxuél Samuels, assinam o Acordo Energético de Caracas, em 19 de outubro

Peru

Anistia aos militares

O presidente Alberto Fujimori marcou para 8 de abril as eleições gerais do país, e para 28 de julho a posse do novo dirigente. A data foi marcada em meio à tensão das negociações para a transição de governo, agravadas pela volta ao Peru de Vladimiro Montesinos, pivô do escândalo de corrupção que culminou, em setembro, com a convocação de eleições gerais antecipadas (Ver cadernos do terceiro mundo 223, seção Panorama). Depois de refugiar-se no Panamá por 28 dias, ele regressou em 23 de outubro, e provocou a imediata renúncia do vice-presidente Francisco Tudela, que alegou que a presença do ex-chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) desestabiliza o país.

A população passou a viver o temor de um golpe de Estado comandado por Montesinos. Até o fechamento desta edição, o ex-chefe do SNI estava em local ignorado e,

segundo analistas políticos, estaria sob a proteção do Exército. Fujimori era acusado de negociar a concessão de anistia aos militares como condição para as eleições antecipadas. Segundo nota conjunta divulgada pelo Exército e a Polícia Nacional, a anistia estabelecida em 1995 é insuficiente para garantir que os militares "não sejam vítimas das represálias que pretendem ser tomadas por instituições ressentidas com o resultado obtido na luta anti-subversiva". A aprovação da nova lei - classificada pela oposição de chantagem - protegeria os militares até mesmo de responderem na Justiça por suspeitas de corrupção.

Em 18 de outubro, o governo peruano iniciou a desativação do SNI, acusado de intimidação da oposição, atos de corrupção, espionagem telefônica, torturas e assassinatos durante os dez anos de Fujimori no comando do país. Mas, segundo o presidente da comissão criada para desfazer o órgão, o ministro Federico Salas, o objetivo é apenas desativar o SNI e não investigá-lo.

Cuba

Embargo sem novidades

A decisão dos EUA de permitir a venda de alimentos e remédios a Cuba constitui uma falsa flexibilização do embargo imposto por Washington desde 1961 ao país latino-americano. "Trata-se de um reforço do bloqueio", frisou o chefe do Escritório de Interesses de Cuba nos Estados Unidos, Fernando Ramírez de Estenoz.

Isto porque o projeto proíbe o financiamento das vendas e mantém as restrições de fluxo financeiro e de transportes aéreo e marítimo.

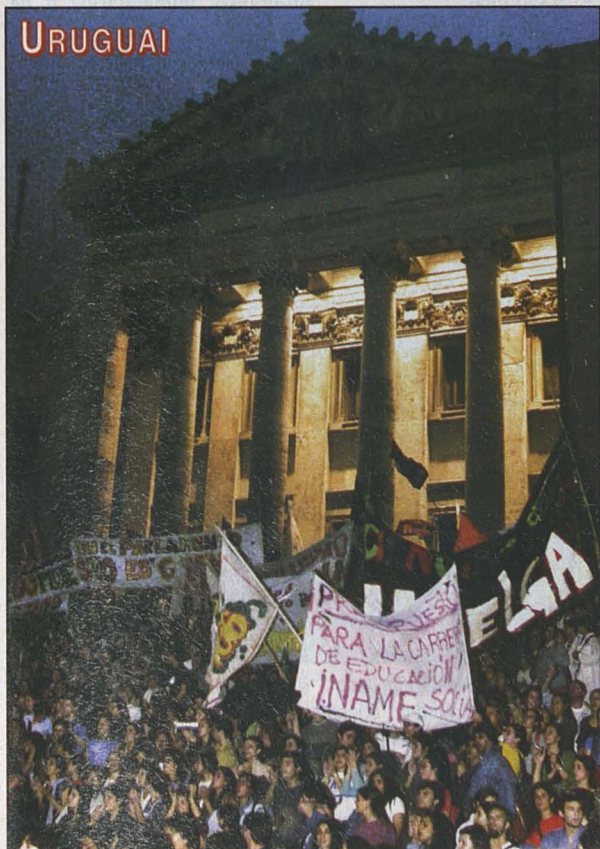
Portanto, nada tem a ver com a proposta inicial de sua flexibilização gradual do embargo, através da venda subsidiada de produtos agrícolas e medicamentos e a autorização para que turistas norte-americanos visitem Cuba. A emenda, que se refere a Cuba e também Irã, Sudão e Coreia, foi aprovada pelo Senado norte-americano em outubro, e deverá ser sancionada pelo presidente Bill Clinton.

A decisão também é um retrocesso em outro ponto: ela converte em lei as atuais restrições sobre viagens de cidadãos norte-americanos a Cuba.

Na prática, a Casa Branca não poderá suspender esta sanção sem autorização do Congresso. O embargo imposto há 40 anos impede toda relação econômica, comercial e financeira entre as duas nações.

Segundo fontes oficiais cubanas, as restrições provocaram um atraso de 15 anos no desenvolvimento da ilha e causaram perdas superiores a 70 bilhões de dólares.

URUGUAI



Milhares de estudantes de diferentes níveis de ensino exigem mais verbas públicas para a educação no Uruguai. Os manifestantes ocuparam as escadarias do Palácio Legislativo (sede do Congresso) em Montevideu. Ao mesmo tempo, estudantes de Ciências Humanas ocuparam várias faculdades e afirmam que não deixarão os centros de estudos até que suas reivindicações sejam atendidas.



Rebeldes das ilhas Salomão, em junho, durante conflito que teve a questão da terra como um dos motivos

Pacífico Sul

A propriedade da terra em debate

Os últimos conflitos das ilhas do Pacífico Sul expressam a crescente insatisfação dos povos indígenas quanto ao modo como os governos e as potências coloniais manejam o problema da propriedade da terra. Exemplos podem ser tirados de Fiji, o arquipélago que enfrentou um golpe de Estado, com a tomada do Parlamento, em 19 de maio passado, num conflito que têm provocado a violação dos direitos humanos e a destruição de propriedades. Nas ilhas Salomão, em junho, houve confrontos violentos entre as comunidades das províncias de Guadalcanal e Malaita, justamente pela questão da terra. Os nativos destes países do Pacífico Sul são os melanésios, que, semelhantes aos indígenas brasileiros, têm uma maneira particular de identificar-se com a terra. No entanto, desde tempos coloniais, eles sofrem a expropriação de suas terras.

Para discutir esse assunto, o Conselho Mundial de Igrejas e a Conferência de Igrejas do Pacífico realizaram em Fiji uma reunião de quatro dias para discutir o papel dessas organizações em casos de conflito. Nas ilhas Salomão, a Igreja teve forte influência no acordo de cessar-fogo.

Um dos principais partidários de que as igrejas intervenham nos esforços de paz é o ex-bispo boliviano Eugenio Poma, atualmente coordenador do Programa dos Povos Indígenas do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. "Os povos indígenas devem fazer escutar a sua voz. Eles têm sido oprimidos por muitos anos e ainda não são escutados nem pela Igreja nem pelo Estado, ficando excluídos dos processos de decisão em muitas regiões do mundo", disse o dirigente.

Países pequenos

Problemas especiais

Os países pequenos, com até 1,5 milhão de habitantes, e ainda subdesenvolvidos, vêm enfrentando desafios especiais no mundo globalizado, devido à capacidade limitada que possuem e ao isolamento a que estão submetidos. A falta de diversificação de sua produção, a susceptibilidade a desastres naturais e a mudanças ambientais são fatores que agravam a sua situação. Entre esses países estão os arquipélagos de Samoa, no Pacífico, com 170 mil habitantes; e o de Comoras, no oceano Índico, com 632 mil pessoas. Dos 77 países da África, Caribe e Pacífico que mantêm um regime especial de ajuda e comércio com a União Europeia (UE), 36 são pequenos Estados e 29 são ilhas.

Segundo os representantes dessas nações, reunidos recentemente no Primeiro Fórum Anual de Pequenos Estados, em Praga, a falta de coordenação política

dos países mais ricos prejudica os menores. A entrada de recursos estrangeiros, seja do Banco Mundial ou da UE, é engessada pela variedade de exigências feitas pelos investidores.

"Os pequenos Estados possuem uma capacidade muito limitada para tratar com as instituições financeiras e os órgãos multilaterais; e estes têm se concentrando em demasia na exigência de reforma do setor público. As condições dos diferentes doadores e investidores variam muito entre si, e com frequência promovem os seus próprios interesses", lamentou o presidente do Banco Central do Caribe Oriental, Dwight Venner.

A Comissão Europeia anunciou uma revisão de seus programas humanitários e de ajuda ao desenvolvimento para os pequenos Estados, em busca de simplificar os instrumentos de assistência, conforme solicitado pelo Fórum de Praga.



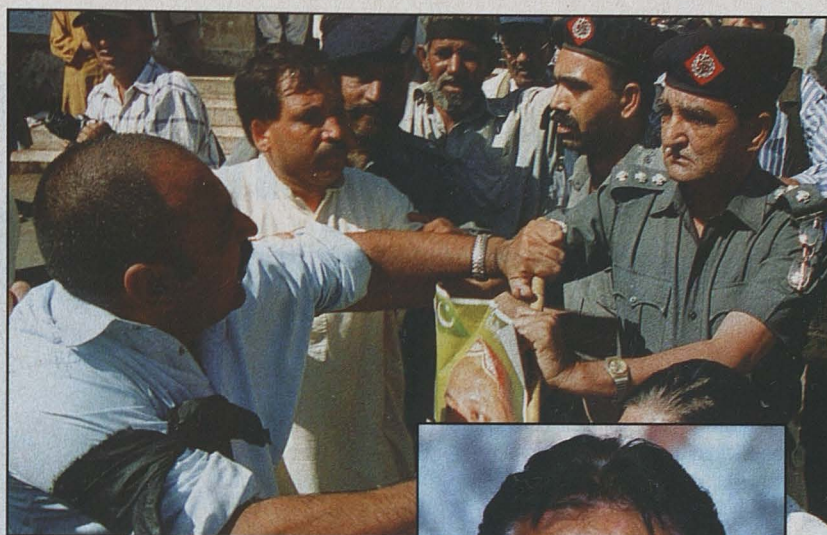
O líder da Coreia do Norte, Kim Jong-il, e a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, encontraram-se em Piongiang, na primeira visita oficial de um membro do governo dos EUA ao país depois de 50 anos de relações diplomáticas cortadas. A visita ensaia a aproximação das duas nações. Por enquanto, nenhum documento foi assinado, mas os EUA manifestam interesse no fim do programa norte-coreano de mísseis de longo alcance

Paquistão

Decepção com militares

O primeiro aniversário do golpe liderado pelo general Pervez Musharraf, chamado de "Dia Negro", foi marcado por uma série de protestos em todo o país, refletindo a insatisfação popular com o governo. Partidos políticos, organizações de direitos humanos e a comunidade internacional reivindicam a imediata restauração da democracia no Paquistão.

Depois do golpe de Estado de 12 de outubro de 1999, que derrubou o governo civil de Nawaz Sharif, Musharraf prometeu recuperar a economia e instaurar uma democracia "real". A Corte Suprema deu um prazo de três anos para que ele cumprisse as promessas. A agenda de mudança do governo militar incluía a recuperação econômica, boa gestão pública, restauração da lei e da ordem, reconstrução da confiança nacional, resolução da disputa entre as quatro províncias paquistanesas, controle da corrupção e a promoção da paz e da estabilidade regionais. Mas uma das principais promessas que deixou de ser cumprida foi o de aumentar o nível de vida da população.



Acusado de corrupção, o presidente militar Pervez Musharraf (ao lado) enfrenta um pedido de 'impeachment' e a revolta da população, que exige a sua renúncia



"O povo está realmente decepcionado", afirmou Ajmal Jattak, um líder político que apoiou o golpe. Grupos de direitos humanos também denunciaram o aumento dos ataques violentos a mulheres, principalmente aquelas envolvidas com a luta pela saúde, educação e pelos direitos da mulher. O Paquistão tem uma dívida externa de 38 bilhões de dólares e destina mais de 40% de sua renda para o pagamento dessas obrigações.

O Fundo Monetário Internacional prometeu ao país 3,5 bilhões de dólares, mas isso vem gerando protestos. "Muitas

medidas do governo, como o programa de alívio à pobreza, a expansão da base tributária, o controle da corrupção e a redução dos investimentos em defesa são antigas demandas do FMI. O regime não aplica sua própria agenda, mas receitas importadas que nunca deram bons resultados no país", afirma o analista político Najum Mushtaq.

O governador provincial Luis Singson (em destaque), ex-aliado do presidente Joseph Estrada, acusou o dirigente filipino de ter recebido suborno de 11 milhões de dólares de casas lotéricas ilegais, gerando um pedido de 'impeachment' do presidente. Os protestos de rua pedindo a renúncia do chefe de Estado uniram a vice-presidente Gloria Macapagal Arroyo, que renunciou ao cargo, a ex-presidente Corazón Aquino e milhares de cidadãos. O caso veio à tona quando o próprio Singson sentiu-se traído pelo presidente, que legalizou o jogo. O governador admite ter sido o responsável pela coleta do dinheiro em todo o país, entre novembro de 1998 e agosto de 2000. O presidente Estrada nega a acusação



FILIPINAS

Iugoslávia

Difícil transição

A pesar do fim da ditadura de treze anos, a situação na Iugoslávia ainda é delicada e a retomada da democracia vai ser um processo lento e complicado. Milosevic não aceitou a derrota nas urnas, nas eleições de 24 de setembro, mas o Parlamento iugoslavo se reuniu em 7 de outubro para empossar o novo presidente, Vojislav Kostunica.

Entretanto, a queda de Milosevic foi apenas o primeiro passo para a retomada da democracia. Os aliados do ex-presidente ainda detêm o controle de importantes órgãos do Estado e não demonstram interesse em abrir mão desses espaços. Após mais de uma semana de negociação, os assessores de Kostunica chegaram a um acordo com as autoridades da República Sérvia, a principal unidade da Federação Iugoslava. O primeiro-ministro, Mirko Marjanovic, aliado de Milosevic, continuará no poder até as novas eleições parlamentares, marcadas para 23 de dezembro, mas só poderá tomar decisões em consenso com o DOS, a aliança de Kostunica, e o Movimento de Renovação da Sérvia, que é independente de Milosevic e do novo presidente.

Os principais ministérios como Finanças, Justiça, Informação e Polícia ficam na mesma situação. Os partidários de Kostunica festejaram o acordo, pois conseguiram antecipar as eleições e diminuir a autonomia dos aliados de Milosevic durante o período de transição.

Na outra república da Federação Iugoslava, a situação é ainda mais complicada. Milo Djukanovic, governante de Montenegro, se recusou a reconhecer Kostunica como presidente por mais de dez dias. Quando finalmente o fez, ele se negou a discutir a formação do governo na federação e nas duas repúblicas, exigindo uma discussão prévia sobre a estrutura da Federação Iugoslava.

Esta exigência revela mais uma dificuldade a ser enfrentada por Kostunica: a manutenção da Federação. Após dez



O novo presidente Kostunica (à esq.) substituiu Milosevic - que ficou 13 anos no poder -, e tem pela frente o desafio de manter a Sérvia e Montenegro unidas na Federação Iugoslava



A oposição sérvia que foi às ruas exigir a renúncia de Milosevic e policiais convocados para combater os manifestantes acabaram comemorando juntos a queda do ditador, em Belgrado, dia 5 de outubro passado

anos de conflitos entre as duas repúblicas, o sentimento separatista cresceu muito. O governo deverá negociar cuidadosamente a unidade, para contornar a vontade de secessão de Montenegro e Kosovo, por exemplo.

Outro desafio do novo governo é a luta contra a corrupção do regime de Slobodan Milosevic, fundamental para a recuperação da economia, devastada também pelas guerras e sanções. "A economia iugoslava está reduzida a um caos mafioso, é uma zona de desastre que levará anos de árduo trabalho para ser corrigida", declarou Carl Bildt, enviado das Nações Unidas. Após a posse de Kostunica, foram instaurados nas principais empresas do país os "comitês de crise", formados por funcionários.

Os antigos dirigentes, partidários de Milosevic, vêm sendo banidos de seus cargos. Estas instituições estão enfrentando uma situação difícil após anos de corrupção. O enviado da ONU adverte que será necessária muita paciência. "Nada poderá ser corrigido rapidamente", conclui Bildt.

Apesar das denúncias de corrupção e dos massacres liderados por Milosevic nos últimos 13 anos, o novo presidente prometeu não extraditar o ditador. Desde a campanha eleitoral, Kostunica defende que Milosevic seja anistiado.

A comunidade internacional reagiu positivamente às transformações na Iugoslávia. Diversos líderes políticos como Bill Clinton, Tony Blair e Jacques Chirac manifestaram satisfação com o fim da ditadura e a União Européia (UE) começou a levantar as sanções impostas ao país em 1998. Os embargos aéreo e de venda de petróleo foram cancelados e os investimentos bancários e a concessão de vistos de viagem serão liberados progressivamente. Também os norte-americanos negociam com o novo presidente o fim do embargo.

ONU - OIT

Perigo para a saúde

As demissões, fusões de empresas, contratos de curto prazo e exigências de maior produtividade estão causando problemas graves na saúde do trabalhador. Essa é a conclusão de uma pesquisa desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho sobre os índices de ansiedade e depressão causados pelo ambiente de trabalho. Segundo se constatou, esses índices estão escapando ao controle.

A agência da Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu a pesquisa sobre os níveis de tensão nos locais de trabalho em cinco países: Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Finlândia e Polônia. Em todos os casos se constatou que o desespero dos assalariados é um problema cada vez maior, afetando pelo menos um em cada dez trabalhadores. "Eles enfrentam uma série de novas estruturas organizacionais e processos que podem afetar a sua saúde mental", alerta o relatório da ONU.

Na Inglaterra, de 15% a 30% da população economicamente ativa sofrem de ansiedade e depressão. Nos Estados Unidos, 10% apresentam depressão clínica e 40% reclamam do alto nível de estresse a que são submetidos.

Entre as consequências do quadro apresentado aparece o custo do tratamento desses pacientes, o que representa para o governo norte-americano mais de 43 bilhões de dólares por ano, quase três vezes o orçamento do Ministério da Saúde do Brasil.

Bélgica

Bloco contra o avanço da direita



Filip Dewinter, líder do Vlaams Blok (Bloco Flamengo), partido de extrema-direita belga, considera honroso ser comparado ao fascista Jörg Haider, do Partido da Liberdade austríaco

O avanço da direita nas últimas eleições provinciais da Bélgica, em outubro, mobilizou imediatamente os partidos políticos democráticos contra a formação de governos de coalizão com o neofascista Vlaams Blok (Bloco Flamengo).

O Blok conquistou representatividade na região de Flandres, a parte holandesa do país cuja independência é defendida pelo partido. O programa da extrema-direita inclui ainda o fim da imigração e a repatriação ou outras sanções contra os estrangeiros que não se integram. Segundo dados oficiais, 9,8% da população deste país é formada por imigrantes, sendo que nas duas maiores cidades - Bruxelas e Amsterdã - o percentual chega a 20% dos habitantes.

O Blok obteve 33% dos votos em Amsterdã; 26,3% em Malinas, outra localidade importante; 21,9% em Gante; e 20% em Beringen. Na maior parte das outras províncias de Flandres, ele somou pelo menos 10% da preferência dos eleitores. "Nenhum partido democrático formará coalizão com o

Blok", prometeu o primeiro-ministro Guy Verhofstadt, que classificou o resultado do pleito como "uma mancha" para o país.

A imprensa europeia costuma comparar o líder do Blok, Filip Dewinter, ao fascista austríaco Jörg Haider, do Partido da Liberdade, que atualmente integra o governo de coalizão. "A comparação é uma honra para mim", declarou Dewinter. O governo da Áustria enfrentou sanções da União Europeia este ano por causa do crescimento da extrema-direita. Mas na Bélgica a situação pode manter-se mais amena, caso os demais partidos realmente recusem qualquer coalizão com o bloco flamenco. Fora isso, diferentemente do Partido da Liberdade austríaco, o Blok não conquistou o poder em nenhuma localidade; e nas regiões de língua francesa ele não conseguiu uma votação significativa. Na capital, os vencedores foram os ecologistas do partido Ecolo. O governo central do país é formado por uma coligação de socioliberais, socialistas e verdes, que apresentou bons resultados nas urnas.

FAO

Fome ameaça o mundo

O mundo tem 826 milhões de pessoas passando fome, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). São pessoas que consomem quantidade de calorias aquém das necessidades diárias do ser humano (1.800kcal), o que afeta o crescimento e a capacidade de aprendizagem e diminui a energia do adulto para trabalhar.

A Índia e a China englobam 40% dos famintos, mas a situação é mais grave na África subsaariana, onde o déficit médio das 186 milhões de pessoas com fome é superior a 300 calorias por dia. Segundo a FAO, os conflitos e guerras são a causa da subalimentação na maioria dos países pobres do mundo.

A organização alerta para a dificuldade de o mundo diminuir o número de famintos para 400 milhões até 2015, conforme estabelecido na Cúpula de Roma, em 1996. Pelas projeções, esta meta só deverá ser alcançada em 2030, e, daqui a 10 anos, o número poderá crescer para 576 milhões. Nas últimas três décadas, a redução foi de 14%.

O relatório *O estado da insegurança alimentar no mundo* cita Somália, Afeganistão e Haiti como os países que enfrentam a pior situação.

A América Latina está entre a África e a Ásia, sendo que o Brasil ocupa a pior posição entre as nações sul-americanas. O total de pessoas que passa fome no país diminuiu de 13% dos habitantes, em 1992, para 10%, entre 1996 a 1998, mas o déficit é o mais alto da região: 250 calorias por dia. O Peru apresenta deficiência de 240; a Bolívia e a Guiana, 230. A Argentina é o país que está em melhor situação no continente.

Para a FAO, a reversão deste quadro mundial será possível com crescimento econômico de longo prazo, fim dos conflitos armados, programas especiais que priorizem os mais famintos e pesquisas na área alimentar.

O simples aumento da renda per capita, sem políticas adequadas de redistribuição, não vai mudar a situação, assegura a entidade.

Serra Leoa

Tribunal para os crimes de guerra

Os suspeitos de crimes de guerra e outras atrocidades cometidas em Serra Leoa serão julgados por um tribunal de justiça híbrido, ou seja, regido pelas legislações nacional e internacional. O pedido partiu do Conselho de Segurança da ONU, que entrou em acordo com o governo desse país africano. Deverão ser julgados crimes contra a Humanidade, como extermínio, tortura e violência sexual, crimes de guerra, violações da Convenção de Genebra e das leis de Serra Leoa.

Teoricamente, tanto chefes de governo quanto líderes rebeldes poderão ir ao banco dos réus. Uma discussão acirrada que está em pauta é o julgamento de menores de 18 anos, defendido pelo governo e pela população do país, de acordo com o relatório divulgado pela ONU. No entanto, organizações não-governamentais (ONGs) especializadas em direitos da infância e algumas agências das Nações Unidas se opõem à idéia. Para eles, os soldados menores de idade teriam sido vítimas e não responsáveis pelas atrocidades perpetradas, porque muitos foram raptados, drogados e submetidos a abusos pelos rebeldes.

O custo do primeiro ano de funcionamento do tribunal está orçado em 22 milhões de dólares, dinheiro que ainda está sendo angariado pela ONU. Paralelamente, o Conselho de Segurança trabalha para recompor as forças de paz que atuam no país, na tentativa de estancar a guerra que já vitimou milhares de civis, muitos deles crianças que foram mutiladas pelos rebeldes. A guerra em Serra Leoa, liderada pela Frente Revolucionária Unida (RUF) desde 1995, ainda continua, apesar dos esforços de paz.



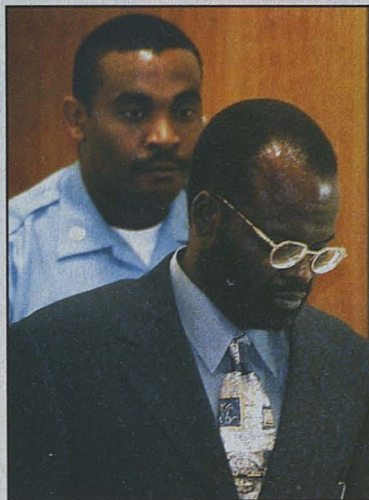
A população tomou as ruas de Abidjan, se rebelando contra a tentativa de golpe do presidente, o general Robert Guei. Ele havia se autoproclamado vencedor das eleições, interrompendo a apuração dos votos que dava vitória esmagadora ao socialista Laurent Gbagbo. Com um saldo de 60 mortos, os marfinenses conseguiram a deposição do general e Gbagbo foi empossado presidente, mas a violência não terminou. Os partidários do ex-primeiro-ministro Alassane Ouattara, excluído das eleições, exigem nova votação. Em confrontos com grupos políticos rivais, mais dez pessoas foram mortas na capital.

Fotos: AFP



Kim Dae Jung, presidente da Coreia do Sul, recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2000. A escolha foi motivada pelos seus esforços em prol da reconciliação com a Coreia do Norte, seu combate ao ex-ditador sul-coreano Chung Hee Park e sua interferência na luta pela paz em Myanma (ex-Birmânia) e no Timor Leste. Em 13 de junho, Dae Jung se encontrou com o presidente norte-coreano Kim Jong Il, retomando uma relação interrompida desde o fim da Guerra da Coreia, em 1953

O ex-primeiro-ministro de Ruanda, Jean Kambanda, foi condenado a prisão perpétua pelo Tribunal de Crimes de Guerra das Nações Unidas, como responsável pelo genocídio ocorrido no país em 1994. Na ocasião, 800 mil pessoas foram mortas em apenas três meses. Kambanda exercia o cargo interinamente durante a guerra civil que provocou um dos maiores derramamentos de sangue da história. Esta foi a primeira condenação de um governante por crime de genocídio feita pela ONU



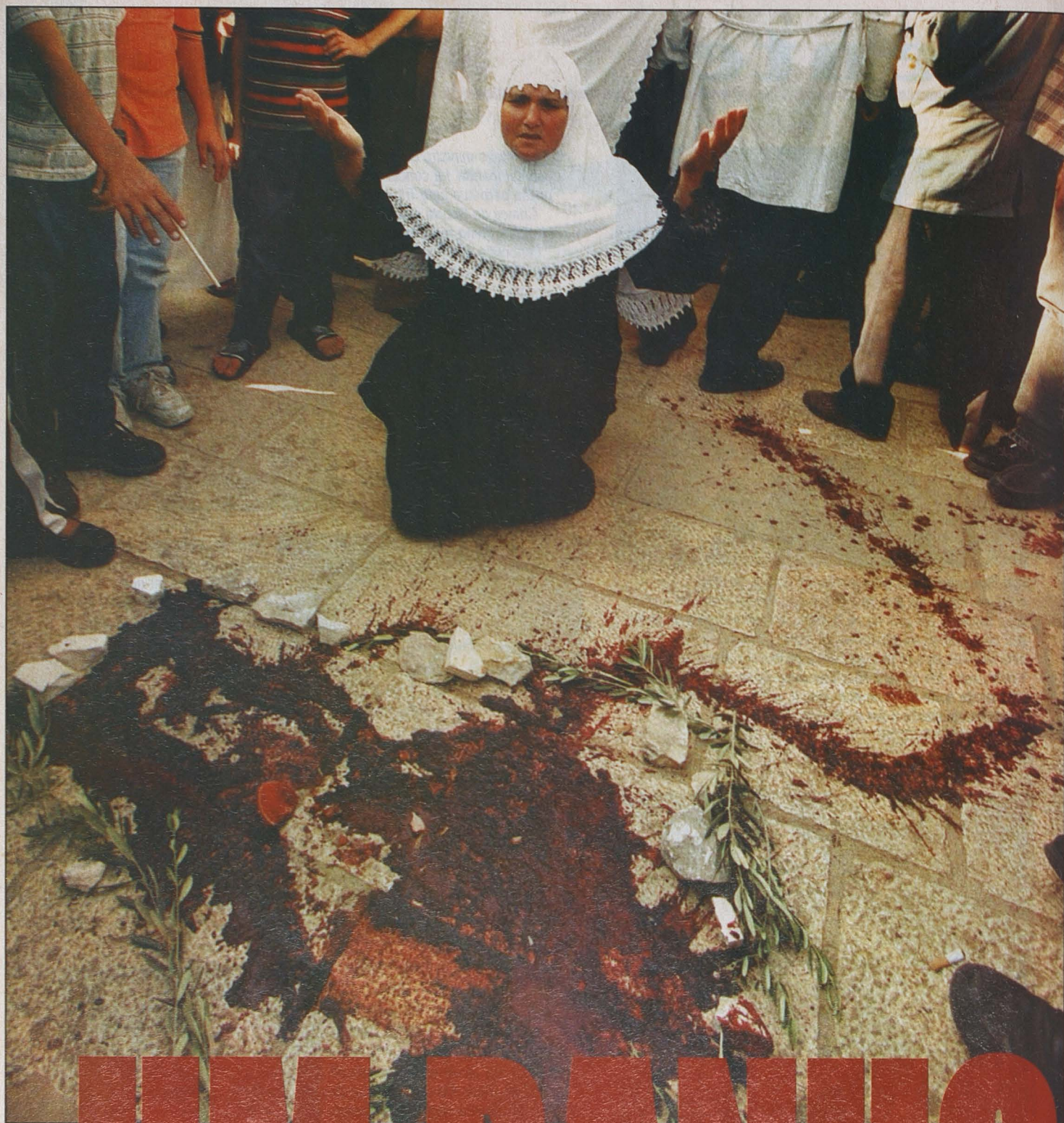
O norte-americano James Keckman sorri, no Rio de Janeiro, ao saber que recebera o Prêmio Nobel de Economia, juntamente com Daniel MacFadden. O prêmio é atribuído principalmente à preocupação social de ambos. Eles estudam aspectos da chamada econometria, ciência que mistura teoria econômica e estatística, incluindo dados populacionais e sociais



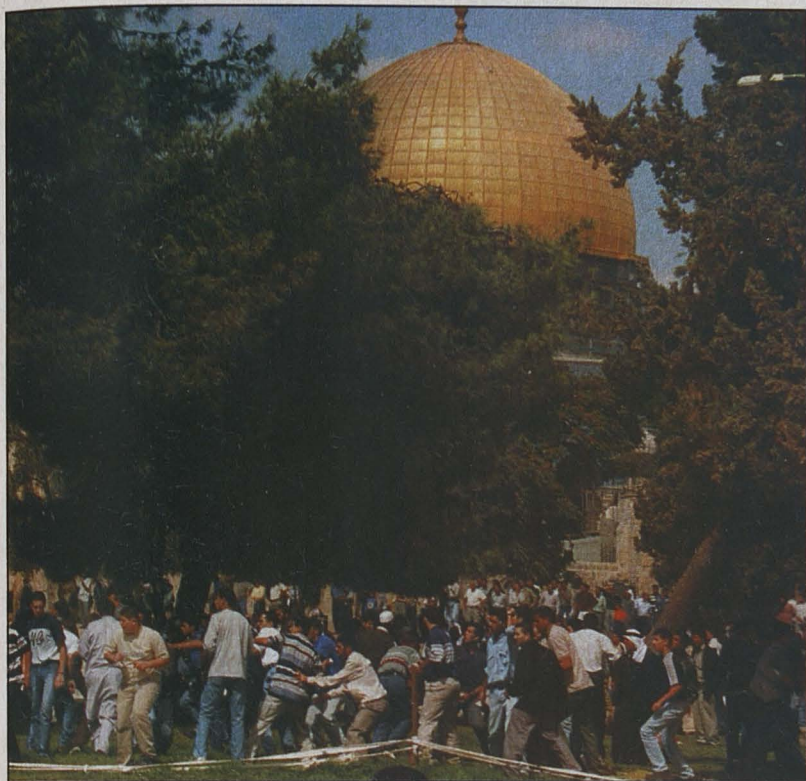
A primeira mulher do mundo a ocupar o posto de primeira-ministra, Sirimavo Bandaranaike, do Sri Lanka, faleceu em 10 de outubro passado, aos 84 anos de idade, após sofrer um ataque cardíaco. Ela era mãe da atual presidente Chandrika Kumaratunga e sentiu-se mal logo depois de votar nas eleições parlamentares. Sirimavo ocupou o cargo pela primeira vez de 1960 a 1965, depois do assassinato de seu marido, Solomon Dias Bandaranaike, então primeiro-ministro. Fundadora do Movimento dos Países Não-Alinhados, ela voltou a ocupar o cargo de 1970 a 1977 e de 1994 até agosto deste ano

Ex-primeiro-ministro do Canadá por 14 anos, Pierre-Elliot Trudeau morreu em 28 de setembro, aos 80 anos de idade. Ele sofria de mal de Parkinson e câncer na próstata. Trudeau, do Partido Liberal, venceu quatro eleições gerais: 1968, 1972, 1974 e 1980. À frente do país, ele ampliou os vínculos tradicionais do Canadá com a Europa Ocidental e os Estados Unidos, aproximou-se do Extremo Oriente, da África e América Latina e não aderiu ao bloqueio econômico contra Cuba. Devido ao seu senso de justiça, marcou fortemente a política canadense





UM BANHO



A repressão a bala do protesto palestino que se seguiu à visita do general Sharon à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém Oriental (foto acima), deu início a uma espiral de violência que já custou mais de 130 mortos e sepultou o processo de paz

Beatriz Bissio

"NÃO QUERO MORRER SEM VOLTAR À MINHA CASA, NA PALESTINA". Este singelo e comovente dese-

jo de Wafa, uma velha senhora que nos anos oitenta me recebeu com os netos na sua humilde casa do campo de refugiados palestinos de Burj-al-Barajni, na periferia de Beirute, me veio à memória enquanto assistia pela televisão a cenas da mais recente revolta nos territórios ocupados por Israel, chamada pela mídia de Intifada Al-Aqsa, para diferenciá-la do levante de 1987.

Os netos de Wafa - atualmente nos seus vinte e poucos anos - fazem parte da nova geração de palestinos, que cresceu em meio a todo tipo de carências materiais e se alimentou da frustração originada pela falta de uma identidade, consequência do forçoso estatuto de apátridas, de estrangeiros compulsórios, em algum país árabe ou no seu próprio território, ainda ocupado. Uma pátria não-concretizada pela qual, hoje, como mostram as fotografias e a cobertura televisiva, estão dispostos a morrer.

Quanto à geração daquela doce velhinha, que sofreu na própria pele o processo de expulsão das suas terras, essa está morrendo sem ter concretizado o sonho do retorno ao lar.

A pior crise entre palestinos e israelenses desde a assinatura do Acordo de Oslo, que deu o Nobel da Paz a Rabin e Arafat, em 1993, ameaça a estabilidade de uma das regiões mais estratégicas do planeta

DE SANGUE

Quase duas décadas se passaram desde aquele episódio, que vivi durante a trágica experiência de cobrir a invasão israelense ao Líbano e o bombardeio de Beirute, com o posterior massacre de mais de dois mil palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila. No entanto, desde então, a vida cotidiana do povo palestino pouco mudou.

Com 50 anos, o conflito protagonizado por israelenses e palestinos é um dos que o século XXI recebe como trágico legado. E a frustração - ainda que possa não ser definitiva - do processo de negociação, arduamente alinhavado nos últimos dez anos, não permite fazer prognósticos muito otimistas.

O estopim da crise que estamos vivenciando foi a visita, em 29 de setembro, do general Ariel Sharon, líder do partido direitista Likud, à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém Oriental, lugar sagrado de muçulmanos e judeus (que o chamam de Monte do Templo). Sharon comandou a invasão israelense ao Líbano em 1982, que teve um saldo de quase 20 mil mortos, e os massacres de Sabra e Chatila. Se estivesse em outro país, seria submetido a julgamento, para responder por esses crimes, que o colocam no mesmo nível do general Pinochet e de outros tantos carrascos do nosso século.

A "visita" à Esplanada das Mesquitas, acompanhada de grande contingente militar, não pode ser interpretada como um ato ingênuo, de cujas consequências Ariel Sharon estivesse desprevenido.

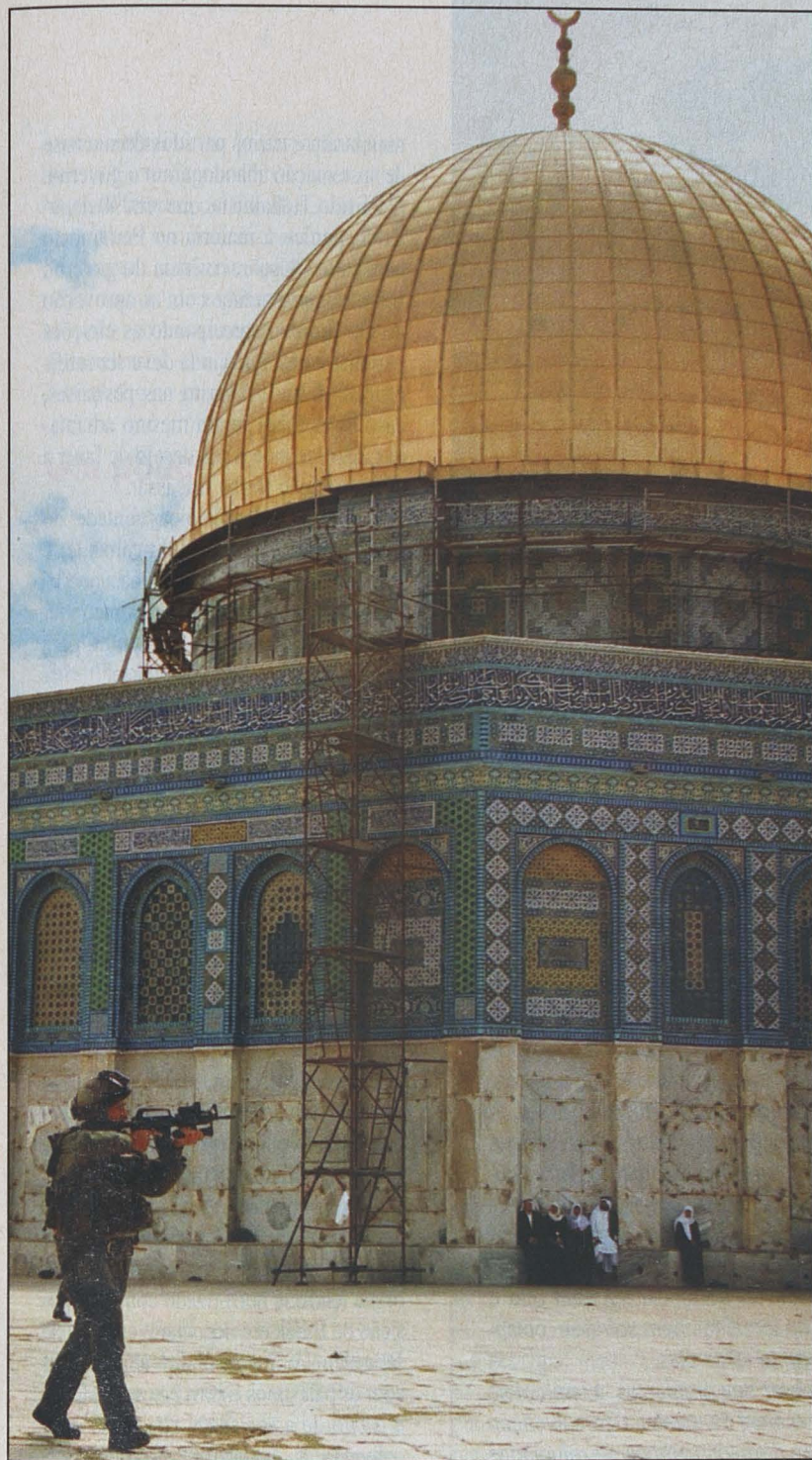
Como era previsível, bastou o general sair do local para que jovens palestinos, que estavam orando na mesquita de Al-Aqsa, corressesem atrás dele atirando pedras, respondidas com munição viva pelos policiais israelenses. Daí em diante, a violência não cessou e, no final de outubro, o processo de paz entre árabes e israelenses estava enterrado, as vítimas fatais do confronto eram mais de 130, das quais cerca de cem palestinos, e os feridos mais de quatro mil.



A Esplanada das Mesquitas, como aliás todo o lado árabe de Jerusalém (Jerusalém Oriental), é extremamente sensível à presença israelense. Junto à Cisjordânia e à Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental é parte do território palestino,

que Israel ocupa militarmente desde 1967, violando todas as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e o direito internacional.

Isso significa que a atitude do governo de Israel, de impor a Jerusalém



Oriental as suas leis nacionais, é também ilegal. No entanto, o recado que o general Sharon quis dar aos palestinos era que a soberania israelense sobre toda Jerusalém - Ocidental e Oriental - não podia ser questionada.

Riscos conhecidos

Yasser Arafat, em visita à Espanha poucos dias depois desse episódio, mostrou ao primeiro-ministro José Maria Aznar declarações do chefe do Estado-

O general Sharon (na pág. anterior, ao alto) mostra o local sagrado de judeus e muçulmanos em Jerusalém Oriental, que acabou sendo o estopim da violência que tomou conta dos territórios autônomos.

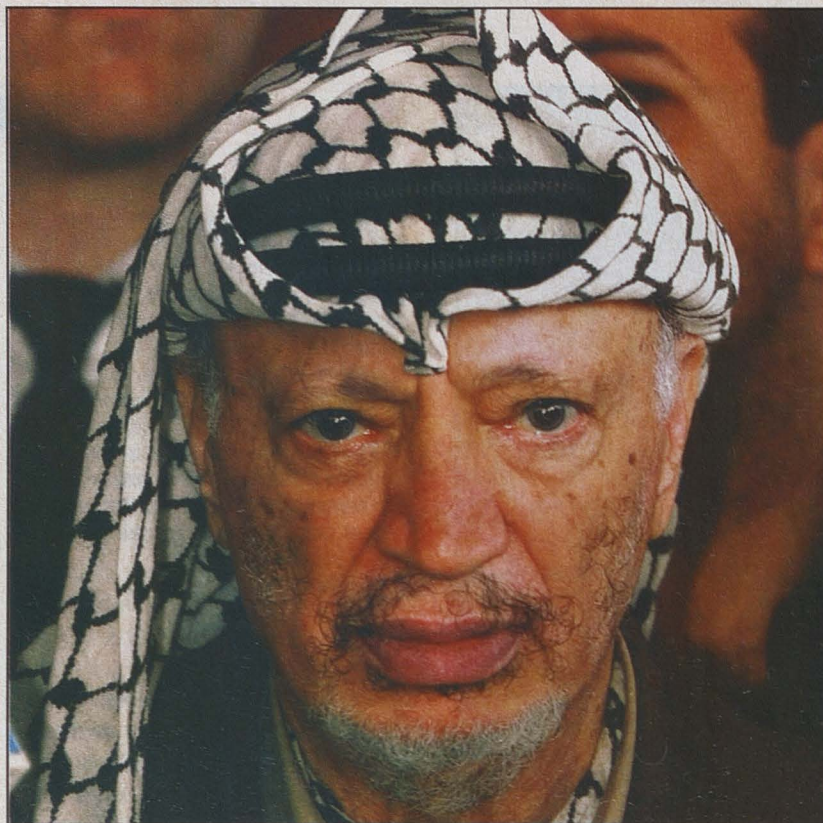
O primeiro-ministro Ehud Barak (pág. anterior, foto abaixo), cuja sobrevivência política está nas mãos do Likud, partido de Sharon, ordenou às tropas israelenses reprimir a repulsa de jovens palestinos, que oravam na Esplanada das Mesquitas (foto ao lado) quando o líder direitista para lá se dirigiu com grande contingente de força militar

Maior de Israel, Shaul Mofaz, recomendando a Ehud Barak não fazer acompanhar o general Sharon de qualquer soldado israelense na sua ida a Jerusalém Oriental, para evitar que fosse interpretada, como foi, como uma provocação. Esse episódio mostraria, alega o dirigente palestino, que nem Sharon nem Barak desconheciam os riscos dessa iniciativa.

No caso do primeiro-ministro, que foi o mais brilhante oficial do exército israelense e conseguiu ser eleito em maio de 1999, com base numa plataforma pacifista, pode ser que tenha avaliado mal a receptividade palestina à presença de Sharon em local tão caro aos muçulmanos.

Na última reunião de Camp David, em julho, Barak tinha avançado na flexibilização das suas posições. Embora menos do que Arafat e os palestinos esperavam, cedera mais do que qualquer dirigente israelense o fizera desde a assinatura dos Acordos de Oslo, em setembro de 1993, por Itzhak Rabin e Yasser Arafat. Pela primeira vez, ele tinha concordado em um ponto nevrálgico das negociações de paz, que constituiu o maior empecilho à concretização daqueles acordos: aceitou que Jerusalém Oriental pudesse ser a capital do futuro Estado palestino.

Mas o primeiro-ministro israelense não tinha retaguarda política para sustentar essa posição. Quando Barak voltou de Camp David, seis ministros re-



Arafat, doente e cansado, está perdendo o controle sobre a nova geração palestina, que diante da recusa israelense em implementar os acordos de paz se lançou às ruas

Intifada na internet

O conflito entre palestinos e israelenses chegou à internet. Os ataques na rede começaram no início de outubro, atingindo o servidor do grupo guerrilheiro Hezbollah, que ficou inutilizado após sofrer "ataques virtuais". O grupo, contudo, continuou a transmitir informações atualizadas sobre a situação nos territórios palestinos, através de caminhos alternativos. Ali Ayoub, um dos responsáveis pelo serviço de informática da organização, garante que ninguém vai conseguir tirá-los da rede mundial.

O sítio eletrônico do Hezbollah (hizballa.org) recebe entre 100 mil e 300 mil visitas diárias. No início de outubro, o número de acessos chegou a ultrapassar os 9 milhões por dia, dos quais 41% feitos de Israel. Ayoub enviou mensagem para os frequentadores, explicando as dificuldades. "O sítio do Hezbollah está sendo atacado por uma ofensiva dirigida pelo inimigo sionista", afirmou ele, que acredita que os principais ataques partiram de Israel, Estados Unidos e Canadá.

O portal do Hezbollah não foi o único a enfrentar problemas. O número de acessos à rede, em busca de informações sobre o conflito, aumentou muito, e outros também entraram em colapso. Nos feriados de Yom Kipur e Sukot, o Haaretz foi o único jornal israelense que manteve o serviço de atualização do noticiário na internet. A maioria dos meios de comunicação preferiu suspender este serviço em respeito ao feriado religioso. A falta de concorrência fez com que o portal do jornal também sofresse colapsos durante estes dias.

Apesar dos problemas, a internet se tornou o meio de manter a comunicação entre os diversos campos de refugiados palestinos, driblando o bloqueio das Forças Armadas israelenses. Graças a um programa instalado com ajuda internacional, os cerca de dez mil refugiados do campo de Deished, em Belém, vêm conseguindo se comunicar com os mais de 50 mil refugiados de Kahn Yunis, em Gaza.

nunciaram e vários partidos de sua base de sustentação abandonaram o governo. O Partido Trabalhista, que tem 30 deputados, perdeu a maioria no Parlamento israelense. A sobrevivência do governo ficou comprometida com a aprovação de um projeto, antecipando as eleições parlamentares, que ainda deve ser ratificado. O Likud, favorito nas pesquisas, caso as eleições sejam mesmo adiantadas, não esconde o seu desejo de fazer a administração Barak fracassar.

Por depender da boa vontade do Likud para sobreviver politicamente, é bem possível que Barak tenha concordado em enviar tropas para acompanhar Sharon à Esplanada das Mesquitas, para não desagradar o seu adversário.

Já o general Sharon, em aberta disputa pela liderança do Likud com o ex-premiê Benjamin Netanyahu - e é bom lembrar que, em um regime parlamentarista como o de Israel, o líder do partido majoritário é que assume o governo, nada tinha a perder com a exposição na mídia que o episódio poderia lhe render.

Os desdobramentos da crise mostraram que os riscos calculados de Sharon tiveram bons dividendos. Ele é hoje a figura central da política israelense, pois dele depende, em boa medida, o governo de coalizão entre o trabalhismo e o Likud. Nesse sentido, praticamente tem o futuro de Barak nas suas mãos.

Por outro lado, tendo sido sempre um crítico ferrenho dos acordos de paz e do que chama de "concessões" aos árabes, e tendo se horrorizado com a disposição de Barak em negociar o estatuto de Jerusalém, o fracasso das negociações com os palestinos estava nos seus planos e o fato de a sociedade israelense estar culpando a Autoridade Nacional Palestina (ANP) pela violência lhe amplia a base política.

Mas, em última instância, não foi a provação de Sharon que desencadeou a violência, porque as pedras dos jovens palestinos poderiam ter sido respondidas pela polícia israelense com bombas de gás lacrimogênio, jatos de água ou outras

formas admitidas de preservação da ordem pública. Como diz o comentarista Michael Binyon, do *The Times*, de Londres, "Israel tem policiais bem treinados e em número suficiente, que sabem tudo sobre formas de repelir uma multidão. Mas não está usando esses métodos. Para os israelenses, esta não é uma operação policial: é uma guerra não-declarada".

Um pouco de história

No Acordo de Oslo, pelo qual Yasser Arafat, Itzhak Rabin e Shimon Peres receberam o Prêmio Nobel da Paz, formalmente se afirma que "Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) reconhecem os seus direitos legítimos e políticos mútuos", definem o objetivo de "viver em um clima de coexistência pacífica, respeito e segurança mútuos, e pretendem instaurar uma paz justa, duradoura e global e uma reconciliação histórica". Dois princípios também foram definidos, a troca de território (ocupado por Israel) por paz e o começo de "um período de transição, que não deverá superar os cinco anos, para conduzir ao estatuto final", ou seja, a proclamação do Estado palestino.

Desde os primeiros momentos ficou clara a dificuldade (ou má vontade) de Israel no cumprimento dos prazos definidos em Oslo - o primeiro deles para a retirada dos militares da cidade palestina de Jericó e da Faixa de Gaza -, que só se concretizou com cinco meses de atraso. Foi preciso, nesse período, negociar e renegociar cinco acordos - Cairo, em maio de 1994; Oslo, 2 setembro de 1995; Hebron, janeiro de 1997; Wye River, outubro de 1998; e Sharm el Sheik, setembro de 1999 -, para se chegar penosamente a Camp David, em julho deste ano. Aí, finalmente, por alguns momentos, pareceu que a independência palestina estava próxima e os acordos de Oslo tinham sido honrados.

Aliás, segundo os compromissos assumidos em Oslo, o Estado palestino já deveria estar proclamado em setem-



Tanques israelenses controlam os movimentos dos habitantes de Ramalah, capital da Cisjordânia

bro de 1999, quando cessou, formalmente, o mandato da ANP, concebida como a administração para um período de transição, findo o qual deveriam ser realizadas eleições gerais para a escolha do primeiro governo da Palestina independente.

Desde aquela data, diante da passividade da comunidade internacional em face da política dilatória do governo israelense, a população da Cisjordânia e de Gaza exigia de Arafat que proclamasse a independência de forma unilateral. Mas, atendendo a um pedido do presidente norte-americano Bill Clinton - o principal mediador dos acordos de paz - e de importantes dirigentes europeus, que se comprometeram a pressionar a administração Barak para que honrasse os compromissos de Oslo e aceitasse terminar de negociar os temas pendentes, o presidente da ANP acabou concordando em dar mais uma chance a uma solução negociada.

Mas a que custo? Como viveu o povo palestino esse novo adiamento da independência? Como recebeu a falta

de compromisso de Israel com os acordos assinados? Múltiplos depoimentos colhidos pela mídia mostram que o desânimo e a frustração foram tomando conta, novamente, da população palestina e árabe em geral. E debilitaram a confiança na liderança de Arafat.

Isso não é bom para ninguém, porque gera um caldo de cultura para os extremistas e contribui para a dilaceração do tecido político palestino, criando novos pólos de poder. Arafat, debilitado também fisicamente em consequência de uma doença, que começou quando o avião em que viajava há alguns anos caiu no deserto do Norte da África, em um episódio ainda não esclarecido, e acusado pelos segmentos mais radicais de encabeçar uma administração de viés autoritário e relapsa na apuração de casos de corrupção, começa a sentir dificuldades para manter a mão estendida ao diálogo.

Quando, no meio de tantas decepções com os seus interlocutores israelenses e norte-americanos, ele mandou o primeiro-ministro Barak "para o in-

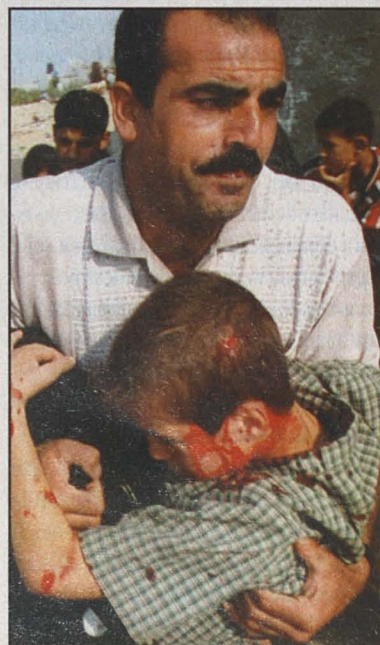
ferno", me lembrei do Arafat mais jovem que entrevistei em Beirute, em Argel e em Trípoli. A postos, dia e noite, vivendo na semiclandestinidade, administrando crises entre as diferentes facções da OLP, tendo os seus principais assessores assassinados pelos serviços secretos de Israel, ele sempre demonstrou confiança na vitória da causa palestina, porque era justa. Mas não se iludia sobre as dificuldades a enfrentar e a disparidade de forças, e por isso fazia um paralelo entre a luta palestina e uma longa caminhada, que acabaria por levar o seu povo à conquista da tão almejada independência. Chegamos ao final do século sem que a meta fosse atingida. O líder palestino poderá morrer, deixando para gerações futuras a concretização de seu ideal.

O martírio

Nesse cenário, para muitos palestinos, hoje mais do que nunca, soa atraente o conceito de martírio, de morte por uma causa justa, que é recompensada com o paraíso, segundo o Islã. Se a morte contribuir para libertar a sua pátria e ainda o transportar para a vida eterna, é mais gratificante que a mediocridade e desesperança que a vida real lhe oferece nas circunstâncias de opressão atuais.

O atentado suicida cometido por um jovem de 24 anos, Nabil al-Arair, que se imolou ao fazer chocar a sua bicicleta com seis quilos de explosivos contra o posto militar israelense que dá proteção ao assentamento judeu de Gush Katif, na Faixa de Gaza, é elucidativo a respeito desse sentimento.

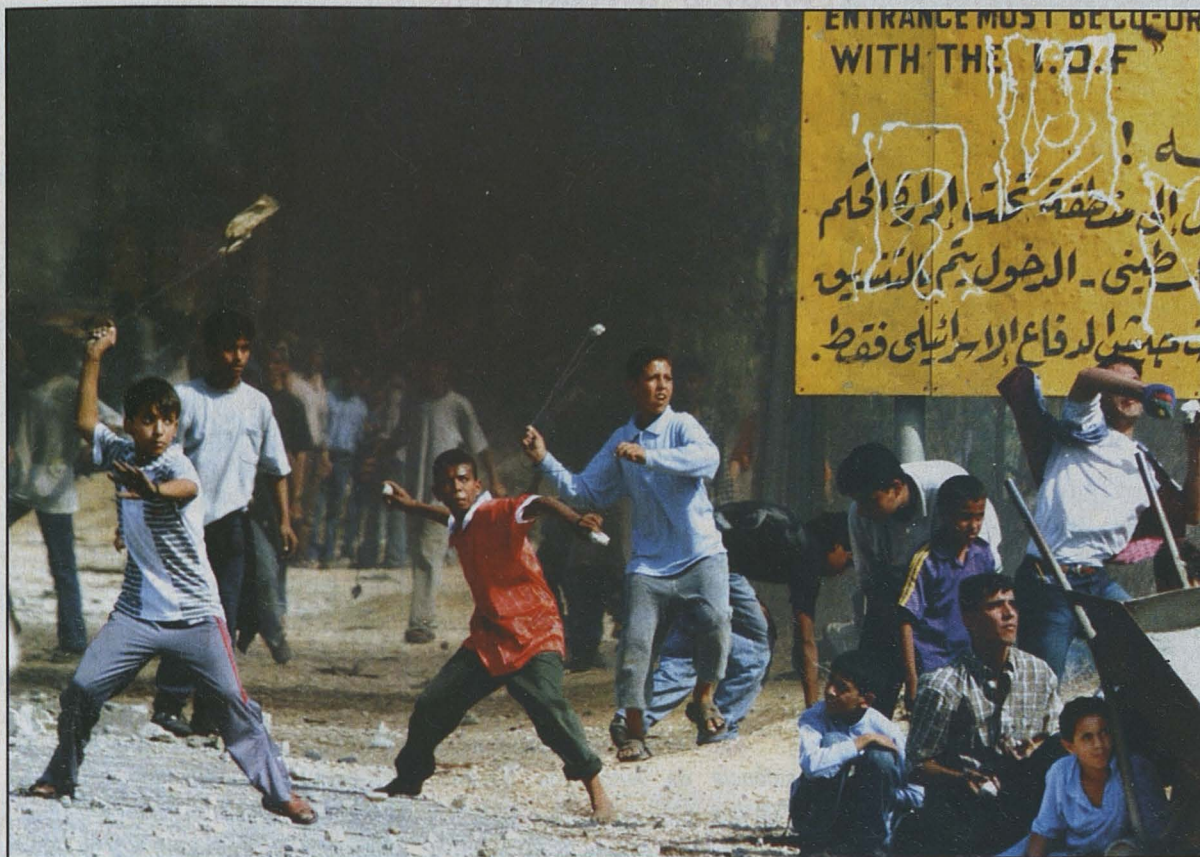
O jovem, que era porteiro em uma creche, teve morte instantânea e o seu objetivo não foi alcançado, pois não conseguiu destruir o posto. Só um soldado sofreu ferimentos leves. Mas teve um sepultamento de herói, vestindo as mesmas roupas ensanguentadas com que morreu, envolvido na bandeira palestina, carregado pela multidão e



com o rosto descoberto, como manda a tradição na despedida aos mártires, para que todos possam vê-lo. Foi o primeiro ataque-suicida desde o começo da Intifada Al-Aqsa.

O depoimento de Marwan Barghuti, considerado o líder da nova Intifada, também é esclarecedor. Professor

de Literatura Árabe e dirigente da milícia Tanzim, que faz parte do Fatah, o grupo de apoio a Arafat, Barghuti é pai de um filho de 15 anos e declarou recentemente ao jornal *El País*, de Madri, que tinha feito tudo para convencê-lo a não sair às ruas, mas fora em vão. "Fizemos um apelo público para que os menores



O fato de mais de cem dos mortos do primeiro mês do conflito serem palestinos e na maioria dos casos menores de 25 anos mostra, de um lado, a disparidade de forças entre ambas as partes - as armas dos árabes costumam ser pedras e estilingues para enfrentar tanques, soldados com munição viva e helicópteros artilhados - e, de outro, o fato de que a direção da Intifada não está conseguindo que os menores de idade atendam aos seus apelos de não se juntarem às manifestações contra a ocupação israelense. Na página anterior, à esquerda, Nabil al-Arair, que em operação suicida se imolou pela Palestina

de 16 anos não façam parte da Intifada, mas é impossível controlá-los. As ruas estão indignadas."

No mesmo sentido se pronunciou Arafat, em entrevista à BBC de Londres. "Não há forma de conter esses jovens", disse, acrescentando: "Eles devem ser convencidos pelo processo de paz, não pelos tanques que rodeiam as suas cidades. Estão enfurecidos."

Barghuti também se referiu às repercussões da Intifada, que, nas suas palavras, "cruzou as fronteiras e conseguiu influenciar os países árabes. Há mais solidariedade hoje do que nunca". Porém, ele está convencido de que "não há solução militar" e que os palestinos terão, no futuro, de conviver em paz com os israelenses. "Eles são nossos vizinhos. Estamos lutando em favor de uma reconciliação histórica, na qual sejam aceitas as condições mínimas: o retorno dos refugiados, a devolução dos

Cronologia - Israel x Palestina

1947 - A Organização das Nações Unidas (ONU) aprova plano de partilha da Palestina entre árabes e judeus.

1948 - Proclamação do Estado de Israel / Primeira guerra árabe-israelense termina com a vitória de Israel e o desaparecimento do Estado palestino previsto pela ONU.

1964 - Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

1967 - Guerra dos Seis Dias: Israel triplica seu território (a Península do Sinai e a Faixa de Gaza são capturadas do Egito; as Colinas de Golã são tomadas da Síria e a Cisjordânia e o leste de Jerusalém, da Jordânia) / Resolução 242 da ONU exige a saída de Israel dos territórios ocupados.

1969 - A OLP passa a ser dirigida por Yasser Arafat.

1970 - Os palestinos são massacrados e obrigados a fugir da Jordânia (Setembro Negro).

1972 - Terroristas palestinos matam 11 atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique.

1973 - Guerra do Yom Kippur; reação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) provoca a primeira crise do petróleo.

1978 - Acordos de Camp David (EUA): Israel concorda em devolver o Sinai ao Egito / Israel invade o sul do Líbano.

1982 - Nova invasão israelense no Líbano / Milícias cristãs libanesas, aliadas de Israel, massacram dois mil palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila.

1987 - Começa a Intifada, a revolta dos palestinos nos territórios ocupados.

1988 - Yasser Arafat condena o terrorismo e reconhece o Estado de Israel.

1991 - Realiza-se, em Madri, uma Conferência de Paz, com delegações de Israel, Jordânia, Líbano, Síria, além dos palestinos.

1993 - Yasser Arafat e Itzhak Rabin, primeiro-ministro israelense, assinam em Washington a "Declaração de Princípios para os Acordos Provisórios de Autonomia Palestina", baseada nas conversações realizadas em Oslo, a partir do início do ano.

1994 - Yasser Arafat assume a presidência da Autoridade Nacional Palestina (ANP), em Gaza.

1995 - Itzhak Rabin é assassinado por um extremista israelense.

1996 - Eleição de Benjamin Netanyahu, do Likud (partido de direita israelense), para o cargo de primeiro-ministro, interrompe o processo de paz.

1998 - Israel e a ANP assinam o Acordo de Wye Plantation, dando novo alento ao processo de paz.

2000 - O Exército israelense retira-se do sul do Líbano / Rodada de negociações entre Israel e a ANP, em Camp David, termina em impasse, principalmente sobre a questão da soberania de Jerusalém Oriental. / O processo de paz entra em nova fase de incertezas, com a crise provocada pela visita do líder direitista israelense Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém.

territórios ocupados em 1967, o direito de termos o nosso Estado, a total soberania sobre a nossa capital, Jerusalém Oriental."

A pele de tigre

Mas essas condições mínimas ainda são vistas como inaceitáveis pela cúpula dirigente e boa parte da população israelense. Por isso, nos sete anos que já se passaram desde Oslo, o presidente da OLP e da ANP só conseguiu libertar da ocupação militar uma pequena parcela de território - que está sendo chamada de "pele de tigre" - verdadeiras manchas isoladas, em meio às regiões onde Israel ainda mantém a sua soberania (ver mapa).

A Autoridade Palestina tem o controle de 70% de Gaza (360km²), 13,1% da Cisjordânia (5.673km²) e nem um centímetro quadrado de Jerusalém Oriental. Ou seja, exerce a sua soberania em não mais de 20% das terras conquistadas pela força por Israel, em 1967. Terras que conformam somente 22% do território original da Palestina, dividida pelas Nações Unidas.

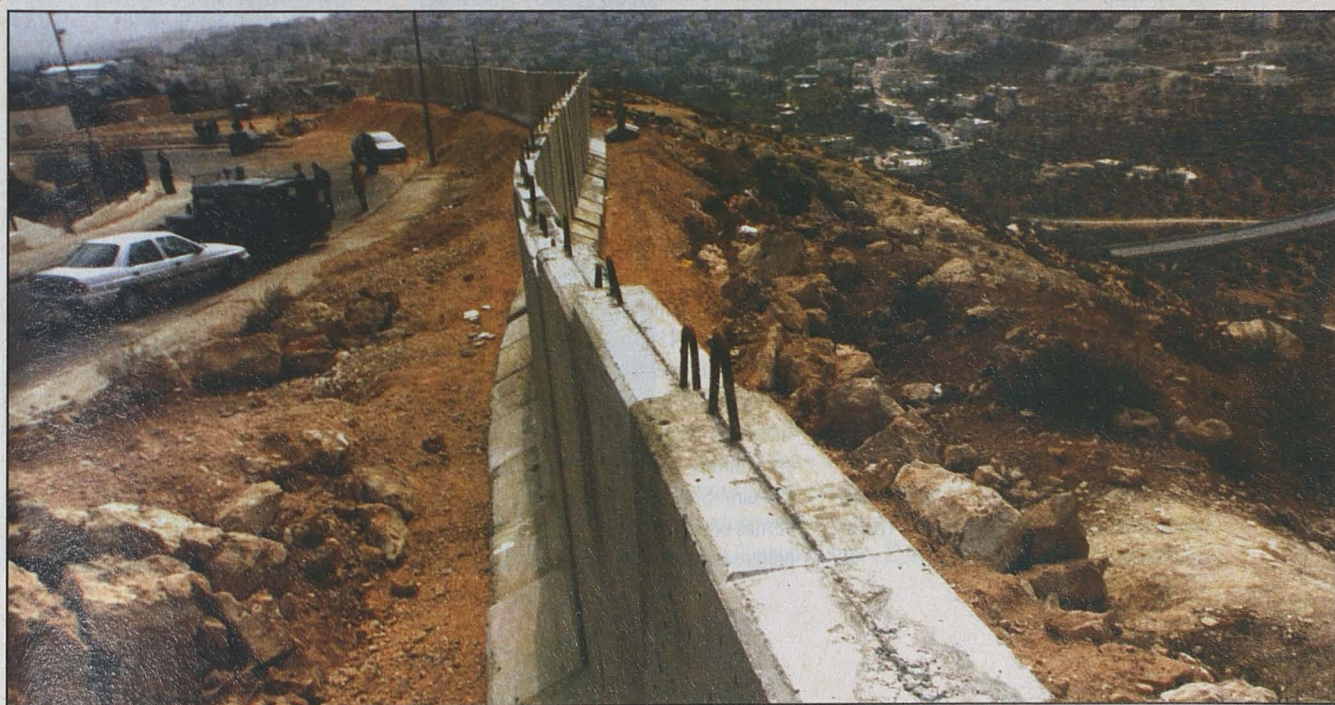
Na Cisjordânia, o território tem três estatutos diferentes: A, sob administração civil e militar da Autoridade Nacional Palestina; B, sob administração civil do governo autônomo palestino mas com a segurança sob responsabilidade de Israel; e C, sob total controle israelense. Os principais pontos da zona A foram libertados da ocupação israelense ao longo de quatro anos, tendo sido o último, Hebron (parcialmente, já que a cidade foi dividida em uma área palestina e outra israelense, onde ficaram os colonos judeus), em 1997.

No caso de Gaza, onde fica o aeroporto internacional que atende à população palestina, a retirada de Israel foi acompanhada da construção de um muro, como o de Berlim, de triste lembrança, que transforma o território em uma prisão. Só há uma passagem comunican-

A situação atual na Cisjordânia



Na passagem dos territórios controlados pela Autoridade Nacional Palestina para Israel, é exigida a apresentação de um salvo-conduto, como mostra a foto no alto à dir. Em certos pontos, por onde passam pedestres, existem roletas controladas pelas autoridades militares israelenses. Cercando muitas vilas palestinas e a Faixa de Gaza, existe um muro que está sendo ampliado e lembra o Muro de Berlim e a política do 'apartheid' na África do Sul





Do lado israelense, também tem havido vítimas fatais, em geral de colonos judeus dos assentamentos criados ilegalmente em território palestino. Esses colonos, vindos de várias partes do mundo, vivem em colônias defendidas militarmente por Israel e fortemente armados

do com Israel, a porta de Erez, que é atravessada unicamente por quem tem salvo-conduto.

Tal aspecto significa que a situação é pior do que antes de a Autoridade Nacional Palestina passar a administrar a área, já que na época da ocupação havia total liberdade de movimento entre Gaza e o território de Israel.

Atualmente, essa passagem costuma ser fechada pelas forças militares diante de qualquer situação considerada como de "ameaça".

Isto prejudica o povo palestino que trabalha em Israel e atrapalha, igualmente, a ligação entre as duas partes do território sob a administração de Yasser Arafat, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, que só estão conectadas pela rodovia que passa por Erez.

A situação degradante levou a antropóloga Laetitia Bucaille, que estuda a vida dos palestinos depois da instalação da ANP nos territórios ocupados, a dar a seu livro o título de "Gaza, a violência da paz".

A colonização continua

Um elemento que contribui para tornar a situação nos territórios palestinos ainda mais explosiva é o fato de as administrações de Rabin e Netanyahu, do Likud, e a atual administração trabalhista terem possuído com a política de incentivo aos assentamentos de colonos judeus em terras palestinas. Um aberto desrespeito à letra dos acordos de paz.

Segundo a ONG israelense B'T selem, desde 1993, pelo menos 78 mil colonos judeus se instalaram nos territórios ocupados, e as autoridades israelenses construíram 11.190 casas. O número de assentamentos pulou de 122, em 1993, para 141 em 2000, e neles já moram 200 mil pessoas.

Lembro-me de que, em uma das visitas aos territórios ocupados, estando em Nablus para entrevistar o prefeito Bassam Shakaa - que perdeu as duas pernas em atentado a bomba perpetrado pelos serviços secretos israelenses -, ele

nos mostrara, do jardim de sua casa, um desses assentamentos, no topo de um dos morros da cidade. Ao cair a noite, holofotes dos colonos iluminavam aquele jardim como se fosse um extraordinário e potente luar. "Daí de cima, eles vigiam nossos movimentos dia e noite, fazendo com que nos sintamos prisioneiros na nossa própria casa", havia comentado o prefeito.

Na sociedade israelense, não há consenso a respeito dessa política, como, aliás, não existe uma maioria definida nem a favor nem contra a paz, estando aí a origem de muitas das dificuldades em se sair do impasse nas negociações com os palestinos.

Jeff Halper, o coordenador do Comitê Israelense contra a Demolição de Casas (uma prática do governo israelense para punir as famílias dos palestinos "revoltosos", que se insurgem contra a ocupação), acredita que "não pode haver uma paz completa e justificável, enquanto os assentamentos se mantiverem e toda a infra-estrutura de controle israelense



Em resposta ao linchamento de dois soldados israelenses por populares palestinos em Ramallah, Cisjordânia, o governo de Israel bombardeou a delegacia onde fora perpetrado o crime (foto acima), e vários outros bairros palestinos, causando importantes perdas materiais e humanas. Na foto ao lado, mulheres palestinas da Vila de Beit Sahour mostram imagem e quadros de Nossa Senhora e Jesus Cristo, pouco do que restou da sua moradia atingida por um míssil antitanque



se (nos territórios palestinos) persistir”.

Em muitos casos, e Hebron talvez seja o exemplo mais acabado, os assentamentos judeus estão inseridos no âmago da comunidade palestina, o que não teria nada demais, se não fosse o fato de esses colonos costumarem ser elementos extremistas, altamente belicosos, e se os ânimos de ambas as partes não estivessem envenenados por anos de enfrentamentos e muito sangue derramado.

Só o fanatismo da maioria dos colonos é que justifica que insistam em ir morar nesses assentamentos, que são em si mesmos uma afronta permanente aos anseios de autodeterminação palestina.

Todos esses fatos - o atraso sistemático na execução do cronograma de retirada dos territórios ocupados, a não disposição de negociar os aspectos que os acordos não definiam claramente, como o estatuto de Jerusalém e a volta dos refugiados, e a continuação da criação de assentamentos judeus em terras palestinas - mostraram aos árabes e ao mundo que Israel não estava jogando limpo. E mais: no meio da crise desenca-

deada no final de setembro, a revista norte-americana *Newsweek* publicou uma matéria, afirmando que o exército israelense está preparado para ocupar de novo os territórios sob controle da ANP, e já tem um plano secreto para isso. O objetivo seria deixar Israel em melhores condições estratégicas, se houver uma ruptura total nas negociações de paz. O plano se chama "Operação Campo de Espinhos", e a pretensão de Israel é usar esses territórios como moeda de troca em negociações futuras.

Culpar a vítima

É bom lembrar que, a respeito dos problemas não negociados no Acordo de Oslo, as Nações Unidas têm um imperativo específico, definido nas resoluções 194, 242 e 238: Israel deve retirar-se de todos os territórios ocupados em 1967 (incluindo Jerusalém Oriental) e aos refugiados palestinos deve ser assegurado o direito à volta ao lar.

O argumento utilizado para justificar as ambigüidades dos negociadores israelenses sempre é o mesmo: a Autoridade Nacional Palestina não dá garantias suficientes de que a segurança de Israel seria preservada. Um argumento que grande parte da comunidade mundial aceitou sem maiores questionamentos, apesar da disparidade de forças de um e outro lado.

"Culpar a vítima tem sido o recurso comum dos culpados na racionalização e distorção do horror do crime em si. Perante mulheres espancadas, crianças vítimas de abuso, palestinos de longa data sujeitos à brutalidade da horrenda ocupação militar israelense, o primeiro (e último) recurso dos covardes baseia-se em malignar a vítima, em acusá-la de ter causado a crueldade merecida no crime. O pré-requisito essencial é a total desumanização das vítimas e a eliminação de seus direitos e atribuições básicos", escreveu Hanan Ashrawi, ex-ministra de Educação Superior da Autoridade Palestina, em artigo que percorreu o mundo e foi

reproduzido pelo *Jornal do Brasil*.

Ela credita à máquina propagandística israelense o fato de ter sido tão deturpada a responsabilidade sobre a violência que tomou conta de Jerusalém e dos demais territórios ocupados. "A forma básica de deturpação é a criação de uma falsa simetria entre ocupante e ocupado, opressor e vítima. A "violência" do poderoso exército de ocupação israelense, que utiliza munição viva, tanques e helicópteros-bombardeiros é (na melhor das hipóteses) igualada à "violência" de civis palestinos que protestam contra sua vitimização e contínua perda de direitos, terras, vidas", diz Ashrawi.

A espiral de violência desencadeada pela atitude de Sharon atizou os ódios de ambas as partes e teve, como consequência inesperada, um refluxo da esquerda israelense. Debilitados como consequência de anos de impasse nas negociações com os palestinos e de sua estreita margem de manobra na política interna - que há anos vive engessada pelo "empate" entre as forças moderadas e as conservadoras - muitos grupos de esquerda (partidos políticos, ONGs e os mais de 200 movimentos pacifistas), foram incorporando, talvez sem sequer se aperceberem, o discurso da direita de culpar a vítima. Em razão dos recentes acontecimentos, não são poucos os pronunciamentos de intelectuais e líderes de esquerda, que justificam o uso da violência contra os palestinos e os responsabilizam, sobretudo a Arafat, pela frustração do processo de paz. Como compreender essas atitudes, sobretudo quando não levam em conta o irracional uso da violência de parte de Israel?

O exemplo mais nítido é a reação do governo Barak ao linchamento, em meio aos ódios desencadeados pelos episódios dos últimos meses, de dois soldados israelenses em uma delegacia em Ramalah - crime cujos responsáveis estão identificados e presos. No mesmo dia dos fatos, 12 de outubro, Barak mandou bombardear as duas capitais dos territórios administrados pelos palestinos,

Ramalah e Gaza, destruindo numerosas instalações da Autoridade Nacional Palestina, incluindo a delegacia onde tinha acontecido o linchamento.

Entre os prédios atingidos estava a sede da rádio Voz da Palestina, alvo de sete mísseis e que ficou fora do ar. Importante fonte de informação da população da Cisjordânia, era acusada de "incitar à violência". O bombardeio alcançou também as vizinhanças da residência de Arafat.

O Conselho de Segurança da ONU condenou a violência usada pelo governo israelense, e várias organizações de defesa dos direitos humanos, como a Human Right Watch (HRW), enviaram delegações para investigar *in loco* o que está acontecendo. Uma missão da ONU também poderá investigar o uso da violência contra os territórios palestinos. Mas isso é muito pouco diante da gravidade da situação e as implicações que a mesma tem para a paz na região. O secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Cohen, afirmou que, "caso a violência não seja controlada, poderemos ver se alastrar o conflito, com envolvimento de muitos países e efeitos devastadores para todos quantos participarem".

A tensão vivida na região é tal, que levou o príncipe saudita Abdullah a afirmar: "Se a violência (contra os palestinos) continuar, ninguém pode pensar que a Arábia Saudita e toda a nação árabe islâmica irão ficar de braços cruzados". Bastou essa declaração para o petróleo, do qual a Arábia Saudita é o principal produtor mundial, subir de preço.

No entanto, no Cairo, convocados pela Liga Árabe, os líderes aprovaram medidas consideradas tímidas pelas suas próprias bases. É bem verdade que eles reiteraram o apoio à proclamação do Estado palestino, com Jerusalém Oriental como capital, e decidiram congelar as relações com Israel, apoiando a luta dos palestinos com um fundo de um bilhão de dólares. Também pediram à ONU a instalação de um Tribunal



Criança palestina segura cartaz com as cenas, veiculadas pela TV francesa e retransmitidas em todo o mundo, em que o menino Mohammed Jamal Al Durrah, de 12 anos, morre nos braços do pai depois de 25 minutos tentando escapar dos disparos israelenses

Internacional de Crimes de Guerra para investigar a atuação da polícia e das Forças Armadas israelenses durante os enfrentamentos. E o envio de forças de paz - nos moldes das que atuaram em Kosovo e Timor Leste - para se evitar novos confrontos.

Mas não era isso o esperado. No mínimo, a população árabe exigia a ruptura de relações com Israel. Decepcionados, mais de dois milhões de árabes saíram às ruas em diferentes países do Oriente Médio e do norte da África. "Queremos a guerra Santa (Jihad) para libertar Jerusalém e a Palestina. Vocês, líderes árabes, devem abrir as fronteiras e permitir que as suas populações se engajem na luta junto aos palestinos", gritava, em Amã, o jovem Mahmud Abu-Shanab, de 22 anos, em meio a uma das tantas manifestações pró-palestinas

que ocorreram na capital jordaniana.

Com presença muito discreta em todo o processo de paz, apesar de duas reuniões-chaves terem sido realizadas em solo europeu - a de Madri, de 1991, e a de Oslo, em 1993 -, a Europa Ocidental procura ampliar o seu papel.

Líderes europeus se manifestaram a favor de engajamento maior das Nações Unidas e fizeram um apelo aos EUA, para que aceitem que a mediação das negociações seja, de agora em diante, uma responsabilidade do foro mundial e não de Washington. Alegam que o fato de Israel ser o principal destinatário da ajuda norte-americana e serem estreitas relações entre ambos os países recomenda um afastamento dos Estados Unidos, os quais, no mundo árabe, não são vistos como negociadores isentos da paz e sim como parceiros de Israel.

A solução do problema palestino poderia ficar, mais uma vez, relegado a segundo plano. No entanto, dessa vez, o compromisso com a proclamação de um Estado palestino independente não foi assumido por Israel em negociações sigilosas, mas públicas, com a comunidade internacional como avalista e com a vida de um dos signatários do acordo, Itzhak Rabin, oferecida em holocausto.

Agora, outras 120 vidas foram cobradas e o número poderá aumentar. Porém tudo indica que - como aconteceu no caso do plebiscito pró-independência de Timor Leste, quando as milícias aliadas da Indonésia tentaram em vão deter o processo - a violenta resposta israelense à exigência palestina de independência pode acabar marcando o início do fim da ocupação militar na região. ■

Jerusalém

A disputada Cidade Santa de três religiões

Marco André Balloussier

JERUSALÉM, um dos focos principais de conflitos entre palestinos e israelenses, possui uma origem mais que milenar. O registro epigráfico mais antigo referente à cidade é uma placa de argila datada de 25 séculos antes de Cristo. Segundo as

escavações arqueológicas, seus primeiros habitantes se estabeleceram na colina de Ofel, posteriormente denominada de Sião - daí a origem do termo sionismo quando, no final do século XIX, o jornalista austríaco Theodor Herzl idealizou um movimento que tinha como objetivo estabelecer um Estado judeu independente na região.

A ENTRADA DOS CRUZADOS EM JERUSALÉM (1099)

" (...) Entre os primeiros a entrar estavam Tancredo e o duque de Lorena, e o que eles derramaram de sangue nesta jornada, mal dá para crer. Mal entraram os outros e eis os sarracenos em má situação. Mas, por incrível que pareça, devo dizer que, apesar da cidade estar de fato nas mãos dos francos, os sarracenos resistiam à tropa comandada pelo conde, como se eles jamais deveriam ser vencidos. Mas como os nossos estavam desde já de posse das muralhas e das torres, pôde-se ver coisas admiráveis. Dentre os sarracenos, uns tinham a cabeça cortada, estes os que tiveram a sorte mais suave; outros, crivados de flechas, viam-se forçados a saltar do alto das torres; outros ainda, após haver sofrido longamente, ficavam entregues às chamas e eram consumidos por elas. Viam-se pelas ruas e praças da cidade pedaços de cabeças, de mãos e de pés. Soldados e cavaleiros abriam caminho por entre cadáveres. Mas tudo isto ainda era pouco. Chegamos ao templo de Salomão, onde os sarracenos costumavam celebrar as solenidades de seu culto. Que acontecera neste lugar? Se dissermos a verdade ultrapassaremos o limite do acreditável. Basta dizer que, no templo e no pórtico de Salomão, cavalgava-se com o sangue até os joelhos do cavaleiro e as rédeas do cavalo. Justo e admirável julgamento de Deus, que quis que este mesmo lugar recebesse o sangue daqueles que, com suas blasfêmias, por longo tempo o haviam profanado. Enquanto a cidade se achava cheia de cadáveres e inundada de sangue, alguns sarracenos se refugiavam na torre de Davi e, tendo pedido ao conde Raimundo garantias para sua segurança, entregaram-lhe a cidadela."



Raymond d'Agile, *Historia Francorum qui ceperunt Hierusalem*

Por volta do primeiro milênio a.C., a cidade estava ocupada pelos jebuseus. Nessa época, ela foi tomada pelo rei David, que a transformou em capital do reino judaico. Salomão, filho e sucessor de David, construiu o primeiro templo, em 963 a.C. Em 930 a.C., o reino cindiuiu-se em dois, Israel e Judá, permanecendo Jerusalém como capital do menor deles, Judá. A partir do século VIII a.C., os hebreus viveram períodos alternados de independência e dominação estrangeira (assírios, babilônios, persas, macedônios e romanos).

A dominação romana começou no século I a.C. No ano 70 d.C., o Templo e boa parte da cidade foram destruídos na repressão romana a uma revolta dos judeus. No século IV, após a conversão do imperador Constantino ao Cristianismo, Jerusalém tornou-se um grande centro de peregrinação também para os cristãos.

A partir do século VII, Jerusalém caiu sob o domínio do Islã (primeiro os árabes e depois os turcos otomanos) que, assim como o Judaísmo e o Cristianismo, conferiu-lhe um caráter sagrado. Os muçulmanos acreditam que o profeta Maomé ascendeu ao céu do ponto onde hoje se localiza a mesquita do Domo da Rocha, o terceiro mais importante santuário do Islã, depois de Meca e Medina. Um breve interregno na dominação islâmica ocorreu entre 1099 e 1187, quando a cidade foi capturada pelos cruzados - que promoveram um terrível massacre de judeus e muçulmanos -, formando-se o Reino Latino de Jerusalém.

Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Palestina tornou-se um protetorado britânico, tendo Jerusalém como sua sede. Em 1948, após a partilha da Palestina decretada pela ONU, Jerusalém foi dividida entre Israel e a Jordânia, mas, desde a Guerra dos Seis Dias (1967), a parte jordaniana (Jerusalém Oriental) encontra-se unificada sob domínio israelense. A unificação da cidade, que foi proclamada capital de Israel, não é reconhecida pela comunidade internacional. ■

IMAGINE

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj

